

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE
MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

A ESCOLARIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ ENTRE 1890 E 1930

FÁBIO JÚLIO BIDO

Francisco Beltrão – PR
2021

FÁBIO JÚLIO BIDO

A ESCOLARIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ ENTRE 1890 E 1930

Texto apresentado ao programa de Pós-Graduação *em* Educação – nível de Mestrado – Área de Concentração: Educação. Linha de Pesquisa: Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. André Paulo Castanha.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Bido, Fábio Júlio
A ESCOLARIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ ENTRE 1890 E 1930 /
Fábio Júlio Bido; orientador André Paulo Castanha. --
Francisco Beltrão, 2021.
108 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Francisco
Beltrão) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação,
2021.

1. Sudoeste do Paraná. 2. Instrução Pública. 3. Fontes
Primárias. 4. Palmas - PR, Clevelândia - PR. I. Castanha,
André Paulo, orient. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

FÁBIO JÚLIO BIDO

TÍTULO DO TRABALHO: A ESCOLARIZAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ ENTRE 1890 E 1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa 02: Sociedade, Conhecimento e Educação, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Educação ao autor.

COMISSÃO EXAMINADORA

André Paulo Castanha (Orientador)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Cecília Maria Ghedini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Gilmar Fiorese

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Rogério Rech

Faculdade de Ampére (FAMPER)

Francisco Beltrão, 24 de fevereiro de 2021

Dedico a minha família, Mariza, João, José e Júlio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço com muito carinho e consideração ao meu orientador, que sempre se fez presente e disposto a me ajudar, aconselhar e me guiar para a melhor construção deste trabalho. Sou imensamente grato por tudo. És um exemplo de professor, orientador e um ser humano de um valor imensurável. Sou muito grato e orgulhoso por ter tido um orientador como o senhor, professor Dr. André Paulo Castanha.

Nessa trajetória, eu não poderia deixar de agradecer a minha mãe, Dona Mariza Bido. Mesmo sem entender muito bem o que é um Mestrado, não deixou de me apoiar e dar força, dizendo a todos orgulhosa que seu filho era mestrando, que não entendia muito bem o que era, mas sabia que era importante. Mãe, minha caminhada só foi possível pelo seu incentivo desde criança, da importância do estudo.

Ao meu irmão João Fernando, eu agradeço o apoio e o tamanho do esforço, você não mediu esforços para me ajudar sempre que necessitei.

Meu avô, seu Júlio, com seus 86 anos, agradeço as conversas enquanto me via estudando, me contava sobre o passado, sobre o que lembrava da região Sudoeste do Paraná há 50 anos atrás, o senhor é uma motivação e inspiração na minha vida.

Agradeço aos Docentes do Programa de Mestrado, que contribuíram para minha formação e propiciando em mim, mais conhecimento para produzir esta pesquisa.

Agradeço a Camila Taís Menegoto, Patrícia Gnoatto e Maria Roziane, amigas que o Mestrado me deu nas disciplinas que me inspiraram e foram parceiras de estudos. Amizades que quero manter para sempre.

Agradeço muito a Luana Ribeiro, pela força e apoio nas viagens, me auxiliando nas buscas e garimpagens, você é uma preciosidade em minha vida.

A Andrelissa, uma menina de ouro, uma amiga que mesmo de longe, me apoiou e foi uma parceira nas dificuldades.

Ao Departamento de Arquivos públicos do Paraná, Biblioteca do Paraná, agradeço a cordialidade, prestatividade e ajuda de seus funcionários com os documentos que eu

necessitava. O trabalho de vocês é indispensável e de extrema importância para a preservação da memória, do passado e da história.

Agradeço imensamente a Banca por terem aceitado avaliar meu trabalho, aos quais confio muito, eu sei o quanto essa pesquisa pode crescer e melhorar com a contribuição de vocês, Professor Dr. Gilmar Fiorese, Professora Dra. Cecília Maria Ghedini e Professor Dr. Rogério Rech. Minha gratidão aos senhores, por propiciarem as melhorias necessárias a esta pesquisa. Vocês são exemplos de profissionais que eu quero sempre inspirar em minha vida.

E por fim, agradeço a todos que contribuíram para esta pesquisa, amigos, familiares e outras pessoas que posso não ter citado, mas que contribuíram para esta pesquisa, com mensagens positivas, apoio e que oraram por minha caminhada.

Muito obrigado!

BIDO, Fábio Júlio. **A ESCOLARIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ ENTRE 1890 E 1930**. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2021.

Resumo: Esta pesquisa está articulada a linha de pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão e teve como objetivo compreender o processo de escolarização da região Sudoeste do Paraná entre 1890 e 1930. Nesse sentido, elegemos como problemática, explicitar a existência de Instrução Pública na região e como se organizava a educação no decorrer do período recortado. Para a construção dessa pesquisa, utilizamos de fontes documentais e Bibliográficas, que trazem dados referentes ao ensino da região. Buscamos informações referentes aos professores, alunos números de escolas, em quais vilas-cidades, quantidade de matrículas e outras informações pertinentes à temática da pesquisa, ainda pouco estudada. Os documentos que analisamos foram Relatórios, Mensagens do Governo, Mapas Escolares, ofícios e outros documentos variados que contém alguma informação sobre a educação na região. Justificamos recorte temporal, considerando a Proclamação da República (1890) e que se estende até 1930, ano de acessão de Getúlio Vargas ao poder. Esse período foi bastante conturbado na região com a disputa pelo território entre Brasil e Argentina e depois entre Paraná e Santa Catarina, explicitado no conflito do Contestado. A partir da análise realizada nesta pesquisa, conseguimos trazer à tona questões sociais, migrações, conflitos locais, ideologias que influenciaram na construção dos sujeitos da época e, conseqüentemente, na Instrução destes indivíduos na região. Conseguimos analisar documentos que retratam desde 1890 que a Instrução Pública na região Sudoeste estava presente. Os documentos trazem números, relação de escolas, alunos e professores, apontam também as dificuldades enfrentadas, necessidades expostas dos professores, as carências dos alunos, da estrutura das escolas, resistências dos pais, entre tantos assuntos abordados. Embora tendo encontrado algumas barreiras para conseguir acesso aos documentos, o que conseguimos dão uma base bastante consistentes sobre os fatos ocorridos na época. Com estes documentos, que registramos a história regional, servindo como suporte, vestígios, e testemunhos da existência da escolarização na região.

Palavras-Chave: Sudoeste do Paraná, Instrução Pública, Fontes primárias, Palmas - PR, Clevelândia - PR.

BIDO, Fábio Júlio. **SCHOOLING IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ BETWEEN 1890 AND 1930. 2021.** 109 f. Dissertation (Masters) - Postgraduate Program in Education, State University of Western Paraná - Francisco Beltrão Campus, 2021.

Abstract: This research is articulated with the research line Society, Knowledge, and Education, from the Graduate Program in Education at the State University of West Paraná - Francisco Beltrão Campus and aimed to understand the schooling process in the Southwest region of Paraná between 1890 and 1930. In this sense, we chose as problematic, to explain the existence of Public Education in the region and how education was organized during the selected period. For the construction of this research, we used documentary and bibliographical sources, which bring data related to education in the region. We searched for information regarding teachers, students, number of schools, in which towns and cities, number of enrollments and other information relevant to the research theme, which is still little studied. The documents we analyzed were Reports, Government Messages, School Maps, official letters and other miscellaneous documents that contain some information about education in the region. We justify a time frame, considering the Proclamation of the Republic (1890) and which extends until 1930, the year of Getúlio Vargas' accession to power. This period was quite troubled in the region with the dispute for territory between Brazil and Argentina and later between Paraná and Santa Catarina, explained in the Contestado conflict. From the analysis carried out in this research, we were able to bring up social issues, migrations, local conflicts, ideologies that influenced the construction of the subjects of the time and, consequently, the education of these individuals in the region. We were able to analyze documents that portray since 1890 that Public Instruction in the Southwest region was present. The documents show numbers, a list of schools, students and teachers, and also point out the difficulties faced, the exposed needs of the teachers, the needs of the students, the structure of the schools, the resistance of parents, among many topics covered. Despite having encountered some barriers to gaining access to the documents, what we have achieved gives a very consistent basis for the events that took place at the time. With these documents, we register the regional history, serving as support, vestiges, and testimonies of the existence of schooling in the region.

Keywords: Southwest Paraná, Public Education, Primary Sources, Palmas - PR, Clevelândia - PR.

Lista de Quadros:

Quadro 01: Quantidade de alunos matriculados nos anos indicados, no Paraná.	42
Quadro 02: Relação entre alunos matriculados e alunos não alfabetizados.	43
Quadro 03: Demonstrativo de alunos que frequentavam as escolas, recenseados e dos que não frequentavam as Escolas no ano de 1921.	43
Quadro 04: Número de escolas e matrículas na vila/município de Palmas entre 1854-1882.	66
Quadro 05: Nomes de alguns professores e localidades de escolas e número de alunos mencionados em documentos oficiais entre 1890-1922.	66
Quadro 06: Escola Federal de Palmas (General Carneiro), Professora Henedina Cardoso da Cunha de 1922.	70
Quadro 07: Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em Palmas, entre 1894 a 1916.	75
Quadro 08: Resumo de escolas em Palmas-PR, ano de 1894.	80
Quadro 09: Resumo de Escolas de instrução Primária dos municípios de Bela Vista de Palmas/Clevelândia e Palmas em 1897.	82
Quadro 10: Demonstrativo das Despesas com a Instrução Pública dos municípios de Bela Vista de Palmas/Clevelândia e Palmas em 1897.	82
Quadro 11: Comparativo de Despesas com vencimentos dos professores entre alguns os municípios do Paraná em 1897.	82
Quadro 12: Demonstrativo dos Professores Públicos Primários dos municípios de Bela Vista de Palmas/Clevelândia e Palmas em 1905.	83
Quadro 13: Conteúdo do Ensino Primário: distribuição das disciplinas no Curso Infantil, Elementar e Complementar.	84
Quadro 14: Lista de Professores da região Sudoeste do Paraná e suas respectivas localidades em 1916.	89
Quadro 15: Dados dos alunos matriculados e não matriculados no município de Palmas em 1916.	90
Quadro 16: Alguns Professores da região Sudoeste do Paraná em 1918.	91
Quadro 17: Matrículas nas Escolas Isoladas de Palmas em 1921.	92
Quadro 18: Mapa da Escola Mista de Mangueirinha, município de Palmas, Professor Manoel França do Nascimento, ano de 1924.	92
Quadro 19: Dados da Escolarização no município de Palmas, no ano de 1924.	93
Quadro 20: Movimento dos Alunos do Grupo Escolar de Palmas do ano de 1927.	93
Quadro 21: Nome dos Professores, localização e categoria, das escolas do município de Clevelândia em 1930.	95

Quadro 22: Situação das matrículas e exames dos alunos de Clevelândia em 1930.	95
Quadro 23: Nome dos Professores, localização e categoria, das escolas do município de Palmas em 1930.	96
Quadro 24: Situação de matrículas e exames dos alunos de Palmas em 1930.	97

Lista de Figuras:

Figura 01: Mapa destacando a área de conflito da Guerra do Contestado.	52
Figura 02: Pintura: Maria Rosa.	56
Figura 03: Mapa da Região Sudoeste do Paraná em 1892.	57
Figura 04: Mapa do Paraná do ano de 1924. Em destaque a região Sudoeste.	58

Lista de Documentos:

Documento 01- Ofício do Inspector Geral de Ensino Cesar Pietro Martinez enviando o Mapa Escolar para a professora Henedina Cardoso da Cunha, da Escola Federal de Palmas, no ano de 1922.	68
Documento 02- Mapa Escolar elaborado pela professora Henedina Cardoso da Cunha, da Escola Federal de Palmas no ano de 1922.	69
Documento 03- Estatística de Alfabetização da Escola General Carneiro, município de Palmas, ano de 1922.	71
Documento 04- Estatística de Alfabetização da Escola do município de Palmas, Professora Henedina Cardoso Da Cunha, ano de 1922 – Sequência.	72
Documento 05- Certificação de elevação a 2ª classe por tempo de experiência no exercício do magistério da professora Julieta da Silva Carrão, da Vila de Palmas-PR, 1912.	74
Documento 06- Orçamento de mobílias e objetos para a Escola do Sexo Masculino da Vila de Palmas no ano de 1890.	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	25
BRASIL-PARANÁ ENTRE 1890-1930	25
1.1. Contexto Socioeconômico e Político Brasil – Paraná	25
1.2. Projeto Educacional Republicano: Tendências, Correntes Ideológicas e Pedagógica na Instrução Pública no Brasil – Paraná	33
CAPÍTULO II	47
SOCIEDADE, CULTURA E CONFLITOS NO SUDOESTE DO PARANÁ	47
2.1. Sociedade e Cultura no Sudoeste do Paraná	47
2.2. Conflitos Pela Terra – A Guerra do Contestado.....	52
CAPÍTULO III	60
A ESCOLARIZAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ	60
3.1. Coleta de Dados a Partir de Fontes Documentais	60
3.2. A Coleta de Dados em Fontes Documentais	65
3.3. A Instrução Pública no Sudoeste do Paraná.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

INTRODUÇÃO

Em face de uma problemática pouco explorada, esta pesquisa se desenvolveu no intuito de desvelar o processo de escolarização do Sudoeste do Paraná durante o período da Primeira República (1890 a 1930), buscando trazer acontecimentos, dados históricos e o processo de construção da instrução pública da região.

O presente trabalho se articula aos preceitos da linha de pesquisa “Sociedade, Conhecimento e Educação”, com uma proposta de investigação embasada no estudo de fontes de época, tais como: a legislação, relatórios e mensagens do governo referentes ao ensino da região Sudoeste do Paraná no período de 1890-1930, ou seja, uma pesquisa que se utiliza de um estudo documental como método.

Na investigação, visamos o levantamento de documentos relacionados ao ensino da região Sudoeste do Paraná¹ junto aos arquivos públicos estaduais e em arquivos dos municípios existentes na época. Ao realizar o levantamento destes documentos fizemos a catalogação, análise e interpretação dos conteúdos abordados nestes achados.

O foco principal da pesquisa foi a documentação oficial, tais como: a legislação, decretos, prestações de contas, mensagens e relatórios do governo escritos anualmente por governadores, secretários, diretores, professores e inspetores de escolas, principalmente da região Sudoeste do Paraná, no período proposto da pesquisa.

Com o levantamento, catalogação e análise destes documentos, tornou-se possível discutir e realizar reflexões sobre a história da educação do Sudoeste do Paraná, identificando as primeiras escolas e professores, como era visto o ensino da região? Como ocorreu o processo de escolarização? Qual era o perfil dos alunos, pais, professores e comunidade da época? Qual a visão sobre o ensino, registrados nos documentos históricos oriundos dos administradores, professores, secretários e inspetores escolares? A partir destes documentos, procuramos construir conhecimentos históricos sobre a educação da região, já que são praticamente inexistentes, estudos sobre esta temática.

¹ Ao tratarmos da região Sudoeste no período da pesquisa, podemos dizer que se tinham em destaque os municípios de Palmas (1879) e Clevelândia (1892) e as vilas de Barracão, Mangueirinha, Bom Retiro (Pato Branco) e a Colônia do Chopim, que foram os primeiros povoados, vilas e cidades registradas nas documentações da época. Atualmente o Sudoeste do Paraná conta com 42 municípios, mas até o recorte final dessa pesquisa (1930) era só Palmas e Clevelândia.

As produções científicas encontradas, embora não sejam de mesmo cunho temático, nos ajudaram a se aproximar da temática, pois estão relacionadas ao contexto social, o desenvolvimento regional e acontecimentos, entre outros, podendo assim, propiciar maior clareza e interpretação dos documentos levantados. Partindo da análise destes trabalhos, abriu-se vieses de interpretação sobre o contexto em que estes documentos aqui pesquisados retrataram. Para Júlio Aróstegui uma fonte histórica é, primeiramente, “Todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo” (2006. p. 491). Entendemos, que os documentos são registros de produções humanas em seus percursos no tempo. Portanto, se faz necessário a compreensão do contexto, da situação e do tempo para correta interpretação dos dados e informações presentes no documento.

Dentre as produções encontradas e analisadas, nenhuma tem o mesmo foco da pesquisa e o recorte temporal. Todas as bibliografias levantadas tratam de localidades ou recortes diferentes, entretanto, possuem proximidade temática, trazendo informações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Podemos citar referente ao Sudoeste do Paraná, os seguintes estudos: “*Do Contestado a luta pelo Estado do Iguaçu: a ocupação do Sudoeste do Paraná*” (KIESKOSKI e CASTANHA, 2014), caracteriza-se por um estudo bibliográfico que procurou apontar historicamente o movimento de ocupação da região Sudoeste do Paraná. Outro estudo foi “*Os Caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado*” (WITTE, 2017). Trata-se de uma dissertação que traz a representatividade que foi construída sobre os caboclos dos Campos de Palmas, na Guerra do Contestado. Identificamos também o estudo “*A pesquisa em História da Educação no Sudoeste do Paraná: análise e perspectiva*” (SBARDELOTTO e CASTANHA, 2018), é uma análise historiográfica que procurou trazer os principais episódios históricos que figuraram a formação da região Sudoeste do Paraná, partindo da análise das ocupações que foram definidas pelas disputas de terras e foca nos estudos sobre educação. Já o texto “*A Colonização oficial do Sudoeste Paranaense e mito do “vazio demográfico”*” (ZATTA, 2016), buscou articular as ideias historiográficas de que o Sudoeste do Paraná era inabitado antes da colonização oficial; trazendo o relato de presença indígena na região com fonte primária, evidenciando a presença cabocla antes da chegada dos migrantes sulistas.

Quanto as produções sobre o Paraná, citamos os trabalhos: “*A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*” (SZESZ, 1997). Trata-se de uma dissertação que propõe uma análise reflexiva referente as construções narrativas e discursivas que inventaram e constituíram a identidade regional paranaense entre 1889-1920. Localizamos também o estudo, “*Instrução Pública no Paraná: o Ensino Primário na visão de Caetano Munhoz da Rocha expressas nas Mensagens de Governo (1920-1924)*” (FARIAS, 2018). A produção analisa o ensino primário a partir da visão do Presidente do Estado do Paraná: Caetano Munhoz da Rocha, trazendo documentos oficiais do Estado, as mensagens do Governo. Destacamos também a pesquisa “*O Ensino Primário e a Política Educacional do Paraná (1890-1892)*” (MELO e MACHADO, 2012), no qual as autoras apresentam argumentações sobre a política educacional do Paraná no âmbito organizacional da Instrução Pública Primária no recorte temporal de 1890 a 1892.

A fonte documental para pesquisa em história da educação, mais especificamente, documentação de arquivos públicos (legislativos, relatórios, ofícios) da época, torna possível identificar medidas e alterações no ensino, seus propósitos, metas e questões administrativas, pessoais, financeiras e de infraestrutura. Os relatórios e mensagens do governo, foram documentos escritos por funcionários do recém-criado Estado, semelhantes às atuais prestações de contas. Estes relatórios e mensagens descreviam a situação do ensino, dificuldades, questões curriculares, cursos, matrículas, desistências, sugestões e investimentos. Tais documentos estão carregados de certas visões e opiniões individualizadas de cada sujeito referente à educação da época, que podem ser uma ponte para estudar inúmeros temas de formas explícitas e implícitas. A pesquisa permite a realização de revisões historiográficas, a realização de estudos comparativos e a possibilidade de formulações ou refutações de conhecimentos histórico-educativos já difundidos.

O contato inicial com o tema da presente pesquisa se deu ainda durante a graduação, no curso de Pedagogia, no qual, surgiu a oportunidade de ser bolsista de iniciação científica de projetos em historiografia da educação. Nestes projetos²,

² As bolsas de iniciação científica ocorreram entre 2014 e 2017, com duração de um ano cada, com a orientação do professor André Paulo Castanha. Foram três bolsas, a primeira de 2014-2015 com a temática “Levantamento, catalogação e edição crítica da documentação educacional referente à Corte e ao Paraná entre 1872 e 1889”; a segunda, entre 2015 e 2016: “Levantamento, catalogação e edição crítica da documentação educacional referente ao Distrito Federal ao Estado do Paraná entre 1890 e 1911”; e entre 2016 e 2017 a última bolsa, com a proposta “Levantamento, Catalogação e Edição Crítica da Documentação Educacional Referente ao Distrito Federal e ao Estado do Paraná entre 1912 A

levantamos a legislação como fonte de pesquisa para a História da Educação do Brasil-Paraná. Para cada bolsa de pesquisa em iniciação científica, havia um recorte temporal para a realização da catalogação e análise dos documentos pesquisados.

Durante esses processos de catalogação, os documentos foram organizados por datas, temas, locais, entre outros. Percebemos a carência de documentos e informações sobre a região Sudoeste do Paraná. A dúvida sobre o que de fato ocorria na região, a escassez de informação sobre a existência de instrução pública, a caracterização do ensino e dos indivíduos, geravam inquietações. Sem contar, com o enfado decorrente da verificação de escassez em pesquisas sobre esta região.

Esta exiguidade incitou a esclarecer diversas lacunas mediante a realização desta pesquisa, buscando dados que desvelasse e trouxesse à tona a história da região Sudoeste do Paraná, revelando assim uma história pouco conhecida e pesquisada. Uma história merecedora de reconhecimento no meio acadêmico-científico, que se torne uma referência para outras pesquisas que podem vir a surgir.

Em decorrência de a pesquisa ser calçada em documentos oficiais, registros e legislações, tornou-se inegável a necessidade da utilização do estudo documental. A escolha por esta metodologia pode ser justificada por utilizar-se de documentações de fontes diretas — conhecidas como fontes primárias. Estes documentos de caráter primário podem ser definidos como testemunhos e relatos escritos por indivíduos que presenciaram os acontecimentos, ao contrário de fontes indiretas, que, conforme indicou, Júlio Aróstegui é “uma fonte mediada ou mediatizada, uma informação baseada, por sua vez, em outras informações não testemunhais (2006, p. 495).” Portanto, utilizar-se das fontes primárias torna possível o confronto entre informações, refutar ideias e até mesmo criar comparações com possíveis pesquisas de cunho secundário.

Ao buscar estudos sobre a educação na região no período indicado, não foi encontrado pesquisas concluídas, apenas alguns dados dispersos e não especificamente voltados ao mesmo objeto de estudo. Os estudos referentes à história da educação do Sudoeste do Paraná são escassos e, com base nas fontes da época, encontram-se ainda menos. Nesse sentido, é possível justificar a

1930”. As pesquisas consistiam no trabalho de levantamento e catalogação, em seguida, edição crítica e interpretativa das fontes históricas educativas referentes ao Brasil e o Estado do Paraná. Com a proposta das pesquisas possibilitaram a revisão de discursos historiográficos, a realização de estudos comparativos e para a construção e/ou reconstrução de conhecimentos histórico-educativos.

importância de uma pesquisa centrada nos documentos, pois, os poucos vestígios encontrados em outras pesquisas são de fontes indiretas/secundárias e de testemunhas, as quais eram pessoas que viveram na região, de pessoas que contam relatos ou provenientes de pesquisas de terceiros. Nesse sentido, geralmente relatavam informações fundamentando-se no que se foi vivenciado na época por determinados sujeitos que foram sendo contadas, passadas por gerações.

A utilização da legislação, documentos históricos, governamentais, relatórios e mensagens do governo, abrem janelas para uma vasta profusão de informações que proporcionam um olhar diferente para o passado, propiciando uma reflexão, provindo de pessoas que efetivamente administravam, participavam, lecionavam, governavam e compreendiam quais eram seus objetivos, cotidiano, opiniões, necessidades e ideologias referentes à educação do Estado e da região no período.

A escolha por este período de recorte temporal necessita ser esclarecida. De início, a escolha e o interesse pelo período se manifestaram pela percepção das constantes mudanças contextuais da época. Nesse período, ocorreram diversos episódios que interferiram na constituição do território Paranaense e do Sudoeste do Paraná. Podemos iniciar com a Proclamação da República em 1889, que mudou todo o modo político do Estado. Portanto, segundo Souza (2011), com o fim do sistema monárquico no Brasil e o Estado tomado por uma elite agrária com interesses políticos e econômicos relacionado ao desenvolvimento das relações capitalistas já hegemônicas no ocidente, tornou-se necessário a construção de novos símbolos e signos capazes de manter uma unidade nacional, “voltada ao desenvolvimento das relações que mantivessem a estabilidade política e econômica de todo o grupo hegemônico, que ocupava não apenas o Governo Federal, mas também os diversos poderes regionais (SOUZA, 2011, p. 4).

Outro aspecto importante foi a forte corrente de ideologia positivista e nacionalista que ganhou força no País, segundo Araújo, “A questão do positivismo estava ligada ao caráter doutrinário, o apelo ao rigor científico e ao matemático/quantitativo. Seus seguidores eram vistos como pensadores e não como membros de ação” (2009, p. 3). Já o nacionalismo, por sua vez, tinha mais cunho de valorização, da identidade, autonomia e bem-estar da nação. E isto, se percebe muito forte na região, por ser de fronteira com outros países, despertava este olhar de pertencimento, de ser brasileiro, de cuidar das terras, terras estas, palco de disputas territoriais.

Durante o fim do século XIX e início do XX, a região foi um território de disputa entre Argentina e Brasil por uma parcela do sul/sudoeste do Estado do Paraná, na época, mais especificamente, disputavam pelo território de Palmas, como apontou Christiane Marques Szesz:

Desde a primeira metade do século XIX, Brasil e Argentina conviviam com a indefinição de suas fronteiras. Em 1857, por iniciativa do governo brasileiro, os dois países iniciaram conversações sobre seus problemas fronteiriços. [...] as disputas pela região contestada de Palmas foram agravadas em 1888, quando os argentinos deram uma nova denominação para os rios das fronteiras. Passavam a considerar o rio Jangada como sendo o rio Santo Antônio. A disputa do território de Palmas foi finalizada somente em 1893. A região contestada, que abrangia todo o território entre os rios Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Iguaçu Jangada e Chapecó, passou então a pertencer ao Brasil. Mal essa querela fora concluída, iniciou-se, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, uma disputa efetiva pela posse dos campos de Palmas (1997, p. 6).

Entre 1912 e 1916 outro conflito de grandes proporções surgiu na região, A Guerra do Contestado, na disputa por um território na divisa entre Paraná e Santa Catarina, disputada por um lado Caboclos e Sertanejos e de outro Empresas privadas, policiais e coronéis, conflito que será discutido mais a diante.

O coronelismo, muito forte na Primeira República, também merece destaque como registro temporal da época como modelo de organização política e social. O coronelismo foi uma espécie de herança do Brasil Imperial, que permaneceu na Primeira República como forma de mandonismo, na combinação de votos, troca de favores e rotatividade de eleição presidencial entre São Paulo e Minas Gerais, conhecida como café com leite. Segundo Brito e Negro:

[...] a expectativa do rodízio das forças ao término de cada mandato, os efeitos das disputas e o esforço dos competidores no sentido de impedir a monopolização do poder por um ou por outro asseguravam a crença em campanhas futuras, inibiam o ressentimento de exclusão entre os perdedores e, nesse sentido, continham rupturas (2013, p. 197).

Essa política perdurou até o ano 1930, encerrando-se com a ascensão de Getúlio Vargas no poder. Segundo Gremaud: “Os anos 30 foram marcados por importantes mudanças de ordem política. A década inaugura-se com a Revolução de 30, que foi um movimento político-militar” [...] (2007, p. 369). O movimento acabou sendo liderado por Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições para presidente”

(2007, p. 369). A ascensão do grupo de Vargas alterou o foco econômico, político e social, o qual implicou em significativas mudanças na economia, política e na educação também.

Outro fato importante a ser ressaltado nesta pesquisa, foi/é a verificação sobre a existência de ensino na região anterior ao surgimento da maioria das cidades regionais, refutando, a ideia de ausência de povoamento e do ensino local na época, demonstrando como a imigração teve seu papel na instalação de escolas na região. Isso se deve em consequência da necessidade de desenvolver um novo tipo de mão de obra para trabalho, de modo a substituir o escravo, recorrendo assim, à imigração, sendo esta, um meio de formar trabalho. Considerando que o território disponível para produção era em considerável quantidade, o imigrante poderia nesse processo, ter a possibilidade de ser dono de sua propriedade, em vez de apenas trabalhar para algum grande dono de terra.

Portanto, o recorte temporal alinha-se a um período de importantes acontecimentos históricos de nível nacional, estadual e regional, que interferiram na educação, cabendo a esta pesquisa, apontar e trazer à tona esclarecimentos sobre a escolarização da região Sudoeste do Paraná, sem desconsiderar tais influências de acontecimentos em níveis regionais e nacionais.

A Fonte Histórica Documental para a Pesquisa

As fontes históricas, foram/são produzidas por diferentes razões, entre elas: para questões políticas e sociais, como registro de acontecimentos, contratos, decretos etc., nem sempre tinham/têm uma intencionalidade premeditada para uso em possíveis pesquisas futuras. As fontes servem como testemunho, achados históricos e registros de acontecimentos de determinada época. Segundo Aróstegui (2006), a pesquisa histórica surge de achados, desenvolve-se com a utilização de novas fontes, de novas conexões entre elas, de comparações, releituras, ou de inquietações com os acontecimentos ou explicações existentes, insatisfações que, por sua vez, são provocadas pelo aparecimento de novos pontos de vista, de novas teorias interpretativas, ou de novas formas de trabalhar com a documentação.

Para tanto, se faz necessário que o pesquisador fique atento à forma como realiza suas pesquisas, dando ênfase às fontes, correta organização dos dados, a

catalogação e sua usualidade, sem esquecer-se de analisar e relacionar com outras pesquisas da mesma área, ou semelhantes.

Embora sejam cruciais para o estudo historiográfico, as fontes não são testemunhos vivos. São os vestígios de manifestações do homem ao longo do tempo, e contribuem, mesmo que de forma limitada, para a compreensão histórica. É válido citar, que as fontes documentais são o ponto de partida para a pesquisa, conforme explicou Saviani:

Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, e nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (2004, p. 5-6).

Portanto, as fontes servem de apoio para a construção do conhecimento da história. As fontes surgem da ação do Homem na história, estas ações, mesmo que não sejam intencionais para registros de sua vida, tornam-se memoriais, testemunhando o mundo dos indivíduos as suas relações com outros indivíduos e com o mundo circundante (LOMBARDI, 2004, p. 155).

Sendo o único contato com o passado que permite ser verificado, cabe, portanto, ao pesquisador utilizar-se das fontes diretas, usá-las como ponte para o passado, se aproximar do presente ao interrogá-las e realizar comparações com outras metodologias para a verificação de veracidade da informação. Ragazzini afirma que “a fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado (2001. p. 14)”.

A utilização da legislação educacional como fonte de pesquisa é de extrema importância, porém não suficiente. Para que uma pesquisa seja consistente com resultados coerentes, é necessário estudar outras fontes que podem ser documentais, bibliográficas, entre outras, para a análise e comparação de dados. Castanha, afirmou que, para uma pesquisa efetiva com resultados consistentes, além da legislação, é necessário considerarmos outras fontes, tais como relatórios de autoridades públicas e educacionais, documentos internos às instituições escolares, dados estatísticos sobre a população, escritos de pessoas que vivenciaram os períodos em análise, dados econômicos, sociais e culturais, entre outros (2011, p. 324).

Na proposta, buscamos compreender o contexto social da época, para facilitar o entendimento destes documentos, para isso, conforme indicou Gramsci devemos

levar “em conta que muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter organizativo, isto é, ligados à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade” (2004. p. 239). Portanto, o contexto social não deve ser desconsiderado, mas sim, compreendido, pois os atos políticos surgem de interesses e propósitos que vão de acordo com a sociedade vivenciada na época (Castanha, 2011).

Assim podemos enfatizar que ao utilizar da legislação como fonte de pesquisa, ocorre um resgate da memória do passado e ao escrevê-la no presente, o presente torna-se um escrito histórico.

Como já citado, não encontramos pesquisas que estejam voltadas ao ensino da região Sudoeste, menos ainda, com a utilização de documentos históricos. No entanto, as pesquisas até o momento encontradas, são sob perspectivas mais gerais de organização do estado em sua totalidade, referentes a história, economia, política, geográficas, educação, entre outros.

De acordo com algumas pesquisas, embora muitas não tenham o mesmo recorte temporal, o Estado do Paraná, desde o Período Imperial, apresentou movimentações por todo o território, por disputas territoriais e políticas.

Como visto, era uma região notória do Estado com intensa movimentação, e já com algumas cidades como Palmas e Clevelândia fundadas, ainda no século XIX, com significativas transformações, tanto em aspectos políticos e econômicos, como culturais e sociais.

A produção agrícola era um destaque, assim como o aumento populacional de famílias oriundas de outras regiões que migravam em busca de terras, “antes de 1930, as indústrias existentes surgiram nas franjas da economia cafeeira, ou seja, de acordo com as necessidades de atender a um mercado consumidor incipiente, surgindo com o processo de imigração e a renda dos trabalhadores ligados ao setor agrário-exportador. (GREMAUD, 2007, p. 359). Esse movimento populacional aqueceu as atividades econômicas, produção agrícola e a extração da erva-mate, trazendo com isto, a possibilidade de fazer com que o Paraná fosse modernizado, populoso e difundindo a necessidade de uma criação estrutural para o estado, assim como, uma instrução pública para população.

Conforme indicam Melo e Machado, o início da República começava a ganhar relevância, tornando-se indispensável para o progresso social, sendo objeto de debates, e destacando-se como algo fundamental para a formação do cidadão, no

processo de assimilação cultural por imigrantes e na preparação para o trabalho (MELO; MACHADO. 2010, p.1) o ensino no Estado do Paraná. Segundo as mesmas autoras:

O ideário da necessidade de educar as classes populares e dispor maior oferta de educação a toda a população em condições de recebê-la fortaleceu-se ao lado do entendimento de que problemas sociais poderiam ser resolvidos, em parte, pela educação. Dessa forma, a primeira década republicana no Paraná foi marcada pela criação de diversas leis, decretos e regulamentos, com o objetivo de difundir escolas primárias (MELO; MACHADO. 2010, p. 1).

De fato, havia a preocupação com a disseminação da Instrução Pública pelo território do Estado, sendo de extrema importância para a cidadania e preparação para o trabalho. Alguns documentos oficiais, dentre eles, muitos que foram utilizados nesta pesquisa, como é o caso dos relatórios do Inspetor geral de ensino, Professor Cesar Prieto Martinez, trazem uma diferenciação entre escolas de acordo com a região do Estado, como por exemplo, definindo as escolas rurais, no interior do estado como sendo:

[...] aquela que ensina o filho do colono, a criança que mora na roça, anda descalça e em geral maltrapilha; que logo aos 7 anos já leva o almoço para o pai, quando não já capina ou puxa terra para os caules em crescimento; que monta a cavalo e toca animais do pasto para comerem o sal ou receberem cuidados (PARANÁ, Relatório do Inspetor Geral de Ensino, 1921, p. 11).

Embora houvesse essa preocupação com os filhos das famílias que viviam nos meios rurais, a disseminação do ensino era falha, estas escolas não eram fonte de sucesso, pois, existia grande resistência dos pais em matricular seus filhos nas escolas. Isso decorria por não verem importância no ensino de seus filhos, e sim, necessitavam que os filhos ajudassem no trabalho rural, no provimento do sustento da família.

Como visto, existem pesquisas referentes à Instrução Pública Paraense, porém sobre a região Sudoeste, são poucas. Em suma, são na sua maioria de grande escala, abrangendo de maneira mais superficial, juntando a instrução como um todo. Com estes documentos oficiais, seria possível confrontar e encontrar contradições em pesquisas já existentes e em ideias cristalizadas referentes à instrução pública do Paraná. Os documentos permitem que sejam feitas novas pesquisas, a interpretação

dos acontecimentos e nos ajudem a construir um entendimento sobre a história de forma mais consistente.

Seguindo os propósitos da realização de uma pesquisa documental e utilizando-se de fontes primárias, buscamos desvelar o processo de escolarização do Sudoeste do Paraná (1890-1930). Para tal, este trabalho está dividido em três capítulos.

Importante salientar que para a construção dos dois primeiros capítulos, fizemos uma busca bibliográfica, abordando assuntos mais amplos e de forma sucinta, a critérios de entendimentos gerais, sobre as condições nacionais e regionais, relacionando-os a documentos catalogados, que trazem conteúdos informacionais pertinentes aos resultados obtidos da busca bibliográfica.

Para uma interpretação mais fiel às reais informações do documento, a pesquisa bibliográfica é essencial no intuito de clarear o entendimento sobre o contexto em que os documentos catalogados foram registrados. Sem um embasamento contextual, abrem margens para uma pesquisa equivocada, rasa, facilmente contestável e duvidosa referente a veracidade dos fatos, do contexto, dos registros e demais elementos presentes, que devem ser considerados nos dados a serem analisados.

Para esta pesquisa foram desenvolvidos três capítulos. No primeiro capítulo, buscamos uma visão macro do Brasil, com questões de organização política, social, educacional e cultural, fazendo uma relação com o contexto Paranaense, estando dividido em dois subtítulos. No primeiro, trazemos a relação contextual entre Brasil-Paraná, apontando características gerais do país em seu contexto socioeconômico e político, retratando aspectos da sociedade, sua economia, sistema político, entre outros aspectos.

Já no segundo tópico, delineamos o projeto educacional republicano: as tendências e correntes ideológicas pedagógicas que estiveram presentes no país. Referindo-se a sociedade, cultura e educação no Sudoeste do Paraná, o segundo capítulo, busca dissertar sobre os seguintes temas: a economia produtiva, política no estado, o coronelismo, a forte religião local, com os messiânicos como personagens influentes nos conflitos regionais, cultura, família e os conflitos que caracterizam a região Sudoeste do Paraná no período.

Por fim, no terceiro capítulo, centramo-nos especificamente nos documentos catalogados, na busca de revelar dados sobre a escolarização no Sudoeste do

Paraná, organizando as informações sobre as escolas nas cidades/vilas da região, como: Palmas, Clevelândia, Pato Branco, Barracão e Chopinzinho. Apresentamos quadros informativos sobre quantidade de alunos matriculados, número de professores e escolas, quadro curricular de ensino, quadro da relação de vencimentos dos professores, imagens de relatórios e ofícios enviados ao governo, relatos e informações presentes nos documentos, analisando-os e discorrendo sobre os objetivos pretendidos no trabalho.

Convidamos a todos para fazer uma leitura crítica do texto.

CAPÍTULO I

BRASIL-PARANÁ ENTRE 1890-1930

O recorte temporal desta pesquisa se limita na Primeira República do Brasil. Foi um período de intensos acontecimentos e marcos históricos, significativos no percurso da história do desenvolvimento do país. Neste capítulo, pretendemos trazer uma análise referente ao contexto socioeconômico, político e educacional do Brasil e do Paraná. Discorrendo, primeiramente, sobre o contexto socioeconômico, político e educacional e em seguida, as tendências e correntes ideológicas pedagógicas que orientaram a educação no período. Relacionando o nacional ao local, buscamos o melhor entendimento dos aspectos abordados, identificando acontecimentos e fatos de âmbito nacional e seus impactos e inferências no Estado do Paraná.

1.1. Contexto Socioeconômico e Político Brasil – Paraná

O período da Primeira República teve seu início em 15 de novembro de 1889, durando aproximadamente 40 anos, prevalecendo até a “Revolução de 1930”, e como primeiro presidente, o alagoano Marechal Teodoro da Fonseca. Com a Proclamação da República, o Brasil deixou de ser uma monarquia, conhecida como Brasil Imperial, assumindo uma forma de governo republicano e adotando, o sistema presidencialista.

O Brasil no período da Primeira República, apresentava-se numa estrutura socioeconômica predominantemente voltada para a agricultura, com grandes fazendas, maioria voltadas para a produção e exportação do café, conhecido como ciclo econômico do café. A produção cafeeira foi responsável por grande imigração e povoamento de diversas regiões do Brasil, desde o Período Imperial. Promovidas pela emergente necessidade de mão de obra, famílias foram atraídas para o Brasil com a promessa de vida farta. A maioria dos imigrantes eram oriundos, principalmente da Europa, vinham pela promessa de pedaços de terras para o plantio.

Durante a Primeira República, embora com a forma de governo Republicana, com o Estado federalista, o Brasil ainda apresentava uma organização econômica não muito distante da estrutura econômica imperial, baseada principalmente no sistema de mandonismo, conhecido como coronelismo. Este modo político-social ocorria em diversos estados do país, antes mesmo da Proclamação da República, no qual, o coronelismo prevaleceu nas relações de poder.

O coronelismo foi a base da estrutura de poder no país, que permaneceu fortemente durante a Primeira República. Embora houvesse uma efervescência de ideologias, campanhas presidenciais, incursões armadas, lutas e reivindicações operárias, a pressão da burguesia, entre outras, que buscavam combater este sistema, sua superação como modelo de poder local foi lenta, pois em muitas regiões eles controlavam a força militar, limitavam a imprensa, entre outros modos de combater a oposição, o poder dos coronéis só foi limitado depois de 1930 (NAGLE, 1974 p. 03).

Com o advento do regime republicano, o coronelismo não fora extinguido, ou ao menos minimizado, mas sim, ainda mais sustentado. O regime republicano não conseguiu extinguir características gerais do Período Imperial, pois, os grupos rurais, grandes latifúndios e donos de terra reforçavam tal sistema. Nesse sistema prevalecia uma produção calcada numa cultura ruralista, em que a base da economia era gerada no meio agrícola. Sendo esta visão de futuro e prosperidade defendida por grande parcela da população que da agricultura viviam.

Conforme Goulard (s/d), o coronelismo aparentemente perdeu força na transformação do Paraná em estado federativo. Com o coronelismo era comum os cargos serem assumidos por pessoas de grande status, assim também, o poder permanecia com uma minoria, na qual, membros de uma mesma família assumiam diversos cargos durante anos, mostrando representar forte poder. No Paraná, conforme (GOULARD. p. 4) a família Araújo se destaca, podendo ser citada como um exemplo de como funcionava este sistema de mandonismo, principalmente, durante o final do Império.

A família Araújo era dona de uma grande produção e exportação de erva mate no Paraná. Conforme indicado no Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná, esta família sempre esteve ligada à erva-mate. Sendo proprietária de vários engenhos, principalmente em Curitiba. Entretanto, em 1906, à família Araújo não fora mais mencionada como proprietária de nenhum dos 32 engenhos do Estado do Paraná, o que indica uma diminuição da expressão econômica da família (Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná, 1991, p. 133-136).

Assim, a partir do Estado Republicano, percebe-se neste caso, que a família Araújo, começou a perder seu status e poder, uma vez que o sobrenome “Araújo” acabou-se descentralizando, sendo citados em localidades distantes uma da outra e em cargos diversificados espalhados pelo estado. Segundo Goulard:

Com a Proclamação da República estes nomes não apareceram mais no executivo estadual, nem mesmo no Senado e, tampouco, no Congresso Federal, ficando seu mando restrito somente aos limites estaduais, na ocupação do Congresso Estadual e prefeituras municipais. Assim, este sobrenome (que no período anterior era símbolo de poder e riqueza) passa a ter ressonância somente em termos municipais (GOULARD, s/d, p.4).

Porém, mesmo não ocupando mais cargos que expressassem maior poder durante o regime republicano, simultaneamente conseguem implementar condições de manter parte de seu mando, aparecendo o sobrenome “Araújo”, como chefia, ou participando de cargos através de prefeituras, em cargos de camaristas, suplentes, inclusive, como prefeitos locais. Isso ocorreu em vários municípios paranaenses até 1930, como em Palmas, Ipiranga, Guarapuava, União da Vitória, Jaguariaíva e Clevelândia entre outros (GOULARD. s/d, p.5).

O exemplo citado da família Araújo, no Paraná, revela que, a força que existia nos coronéis, chefes de localidade e grandes donos de terra, tornava o governo refém de um sistema de poder em que grupos oligárquicos exerciam grande influência na organização e administração do sistema recém-implementado. Assim sendo, os indivíduos com maior poderio de terras, de produção, de riqueza, chefes e militares, acabavam sendo os representantes, assumindo forças no âmbito Estadual e Federal (NAGLE, 1974).

No Brasil recém-republicano, os estados de São Paulo e Minas Gerais se destacavam por sua produção no ciclo do café, também, por terem produzido grande poder econômico e político, destaque que já vinha sendo conquistado desde o Brasil Imperial, mas foi na Primeira República, que ganharam ainda mais destaque. Segundo Leal, o grande peso econômico destes dois Estados, exerciam muita força no sistema, sendo inclusive, modelos seguidos por outros estados, eram referência ao se tratar de Estados promissores. Em decorrência do coronelismo, da potência e do modelo de desenvolvimento destes dois estados, gerou um ciclo de presidência e poder, formando assim, um rodízio presidencial, no qual, a cada eleição, os cargos eram alternados entre São Paulo e Minas Gerais, conhecida como política do Café com Leite.

A estruturação econômica e política do País, demonstrava as fortes relações de poder entre os chefes municipais, coronéis e senhores de terra, induzindo-se a troca de proveitos por questões de poder financeiro. Conforme Victor Nunes Leal:

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável (2012, p. 23).

Até o final da Primeira República, o coronelismo persistia neste ciclo repetitivo de presidentes, o que gerava muita indignação e constantemente indícios de fraudes e compra de votos em troca de favores. Leal (2012) apontou, que as fraudes eleitorais como mantenedoras do coronelismo eram constantes e de diversas formas, como o falso alistamento, burlas nas contagens dos votos, substituições de eleitores, o bico de pena, o reconhecimento de poderes, a degola etc. Ao descrever estas fraudes como troca de favores, Leal destacou:

Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. [...] E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça (2012, p. 23, 33).

Na maior parte do território brasileiro, embora em crescimento industrial, com o aumento da população em centros urbanos, grande parte da população, ainda residiam em áreas isoladas ou pelo interior dos Estados, tirando sustento da agricultura. Com o coronelismo, as trocas de favores geravam certa visão de status aos coronéis, grandes fazendeiros, que por terem vínculos com o Estado, criavam a alusão de terem conforto, poder e influência.

Segundo Décio Saes, o coronel tinha como tarefa, dentro de relações de dependência pessoal, “[...] manipular eleitoralmente o trabalhador do campo e, ao fazê-lo, participa da função do Estado burguês consistente em desorganizar as classes trabalhadoras...”, assim como, também, promove a manutenção da classe dominante no poder (1982, p. 115). Esta visão fazia com que pequenos produtores os vissem como superiores e que lhes pudessem oferecer alguma ajuda ou segurança econômica. Esta falsa visão de poder ficava atrelada ao poder do mandonismo, a alienação e dependência. Conforme Leal indicou:

Quem já andou pelo interior há de ter observado a falta de conforto em que vive a maioria dos nossos fazendeiros. Como costuma “passar bem de boca” — bebendo leite e comendo ovos, galinha, carne de porco e sobremesa — e tem na sede da fazenda um conforto primário, mas inacessível ao trabalhador do eito — às vezes, água encanada, instalações sanitárias e até luz elétrica e rádio —, o roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. [...] Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando gado fiado em armazéns para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades (2012, p. 24).

Em decorrência do Brasil apresentar uma estrutura de produção basicamente centrada na agricultura, a maioria das famílias enxergavam nos grandes donos de terra sua segurança e garantia, caso necessitassem de ajuda.

A representatividade para estas famílias, ficava nos senhores donos de terra e se sentiam dependentes deles. Os trabalhadores rurais, eram em sua maioria analfabetos, ou quase, sem assistência médica, não liam jornais, nem revistas, vivendo apenas para o trabalho braçal da roça. Os trabalhadores rurais, a não ser em casos esporádicos, tinham no patrão a conta de benfeitor, pois, era do patrão, dono das terras, que recebiam os únicos favores que suas obscuras existências conheciam (LEAL, 2012).

Nessa situação limitada de consciência, os trabalhadores, diante do seu direito, de suas possibilidades de independência e de uma vida melhor, ficavam impedidos de lutar por seus direitos de cidadãos. Ao analisar estes fatos, Leal percebeu que eles lutavam com o “coronel” e pelo “coronel” (2012, p. 25). Foi a partir destas relações

entre os grandes donos de terras e seus trabalhadores que se instituiu os votos de cabresto, que definiam a forma econômica ruralista e, as relações sociais, características da sociedade brasileira na Primeira República.

Vale ressaltar que existiram diferenças entre o coronelismo do Período Monárquico com o coronelismo do Período Republicano. Segundo Imasato, Martins e Moura (2011), o coronelismo anterior a Proclamação da República era firmado no sistema com força escravista, em que os coronéis tinham muito mais força e domínio sob a produção agrícola. Enquanto o coronelismo republicano, era estritamente local, de regiões isoladas, longe das grandes cidades, nas quais, os grandes donos de terras tinham domínio sob os pequenos produtores que viviam abaixo de alianças partidárias destes grandes fazendeiros e coronéis, ocorrendo as sujeições, as submissões, por interesses futuros e possíveis necessidades e favores que os fazendeiros pudessem dar aos pequenos produtores, conforme já enfatizado. Entretanto, embora locais, os impactos do coronelismo ganhavam dimensões em âmbito nacional.

O coronelismo perdurou por todo o Período da Primeira República, inclusive nos primeiros anos da Era Vargas, sob comando de Getúlio Vargas, em que ocorrem diversas regulamentações eleitorais. Conforme Chaía:

O Código Eleitoral de 1932 trouxe várias modificações: instituição do voto secreto; criação da Justiça Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais –, centralizando o processo eleitoral nesses órgãos do governo, determinação de que os trabalhos de alistamento, a organização das mesas de votação, a apuração dos votos e o reconhecimento e proclamação dos eleitores seria feito pela Justiça Eleitoral. Com esse novo Código tentou-se moralizar o processo eleitoral e acabar com o controle pela política local, já que toda centralização se daria pela Justiça Eleitoral (CHAIA, 2014. p.3).

O coronelismo, em relação à política, começou a ser limitado somente após o fim da Primeira República, sendo substituído pelo Período Vargas (tornando a Primeira República conhecida como Velha República). As diversas regulamentações, modificadas a partir de 1930 fizeram restrições a quem poderiam votar, dificultando os votos de cabresto. Conforme Chaía (2014), com a instauração do Estado Novo (1937-1945), foram retirados todos os direitos políticos dos cidadãos brasileiros, assim também, qualquer tipo de participação política. A corrente autoritária instalada por Getúlio Vargas, que detinha o poder, utilizava o discurso que faltava capacidade e

maturidade ao povo brasileiro, dessa forma, somente a elite política poderia representar e construir a nação brasileira.

No Estado Novo, na Era Vargas, boa parte dos cargos eletivos pela população foram extinguidos inclusive para governadores e prefeitos, a escolha passou a ser comandada pelo governo central, e o Poder Legislativo, em todas as esferas.

Conforme descrito, a organização do Brasil era baseada no coronelismo, em uma sociedade preponderadamente ruralista em um período de início das primeiras características capitalistas, principalmente na industrialização e agroexportação. Segundo Nagle (1974) alguns estudiosos da história econômica e social brasileira, afirmam que a instalação do capitalismo surge nos meados da década dos anos 1920, na qual, a sociedade deixou de ser, predominantemente, um sistema econômico de estilo colonial e passou por um processo de transformação para um sistema autônomo.

Transitando então, entre um sistema agrário comercial e urbano industrial, (NAGLE, 1974) tendo os estados de São Paulo e Minas Gerais destaque no que se refere a produção no País, com a efervescência da produção do café abriu margens a uma forte economia agroexportadora.

Dizer que um país possui uma economia agroexportadora, significa dizer que sua economia é voltada para fora, ou seja, sua principal fonte de renda advém das exportações de bens primários. Grande parte de seu processo de produção, oriundos do que chamamos de ciclos econômicos, são para suprir as exportações de tais bens. Durante a Primeira República, o ciclo econômico que estava em predominância no país era do café.

O café foi um dos produtos mais exportados do Brasil, gerando grandes produções, criações de fazendas e chamamentos de famílias para trabalharem nas terras. O Ciclo do café foi preponderante no Brasil, sendo o que mais inspirou cuidados dos órgãos, pois, fora tão grande a produção de café, que gerava uma superprodução, afetando seu preço, em decorrência das estocagens necessárias para não se perder o excesso produzido. Para não gerar crises, desemprego, perdas e demais prejuízos, constantemente eram necessários emissões e empréstimos aos grandes fazendeiros, amortecendo os impactos da superprodução.

Embora em grande parte do país, o café tenha sido o principal gerador de riquezas, no Paraná, por inúmeros fatores, inclusive climáticos (região com frios

intensos e fortes geadas); o café, no Período da Primeira República não foi o destaque, mas sim, a erva mate. O café só ganhou destaque a partir de 1930 quando passou a ser plantado no norte do Estado.

A erva mate é uma planta nativa da América do Sul, sendo muito utilizada pelos nativos da região, como alimento, estimulante e chá, sendo conhecida pelos europeus desde o início das explorações do território Americano. A exploração e produção de erva mate no Paraná foi tão significativa que influenciou, inclusive na emancipação da Província em 1853. Segundo Boguszewski:

Ao contrário do café e da cana-de-açúcar, trazidos de fora, o mate é um alimento extraído de uma planta nativa do Brasil. Neste aspecto, o Paraná é privilegiado, pois viu desenvolver-se com a erva-mate uma cultura original que influenciou os hábitos de castelhanos, portugueses e demais imigrantes de outras regiões do mundo, que aqui incorporaram o chimarrão e o chá-mate às suas comidas (2007, p.27).

A grande produção ervateira no Paraná foi responsável pela maior atividade econômica, durante um bom período, denominando-se ciclo da Erva-Mate. Segundo Boguszewski (2007), não foram poucas as tentativas de tornar a erva-mate um produto a ser consumido no exterior igualmente ao Café ou do Chá. “[...] apesar das tentativas realizadas, a erva-mate na forma de chimarrão nunca chegou a ter no exterior a mesma aceitação do café ou do chá” (2007, p.27). De acordo com o mesmo autor, o mais aceitável motivo da rejeição da erva mate, na qual, ainda que creditassem este insucesso ao sabor amargo da bebida, o mais provável que tenha acontecido foi que a não aceitação tenha ocorrido por dificuldades, principalmente, relacionadas aos utensílios para o consumo do mate, além da forma de prepará-lo (BOGUSZEWSKI, 2007, p.27).

A exploração da erva-mate foi uma das principais razões da ocupação e colonização da região sudoeste do Paraná, tanto por argentinos e paraguaios, como pelos brasileiros. Em vista ao que já fora até aqui descrito, pode-se compreender diversos fatores que constituíram aspectos socioeconômicos e políticos do Brasil-Paraná no período, demonstrando como o país, apesar da formação republicana instalada e dos propósitos para a época, persistia-se num sistema coronelista, ruralista, em que grande parcela da população, que por sinal era analfabeta, tiravam seu sustento da terra, enxergavam nos grandes donos de Terras, sua vida presa, com

dependência e submissão, vindo nestes, seus socorros em momentos de dificuldades que passariam ou poderiam vir a passar.

Tais fatores interferiram diretamente no ensino, tanto em nível nacional, quanto regional. No próximo tópico, vamos discutir o Projeto Educacional Republicano, evidenciando as tendências e correntes ideológicas e pedagógicas que permearam pelo Período da Primeira República, e como tais ideologias, pedagógicas diligenciaram a instrução pública no Brasil-Paraná, para na sequência, no capítulo II, realizarmos a análise específica da região Sudoeste do Paraná.

1.2. Projeto Educacional Republicano: Tendências, Correntes Ideológicas e Pedagógica na Instrução Pública no Brasil – Paraná

Após a Proclamação da República, o Brasil deixou de ser império adotando um regime federalista, no qual, o poder foi descentralizado, ou seja, o poder deixou de ser somente do imperador, sendo dividido entre os estados federativos. Assim, cada estado ficou responsável por sua própria administração. A Primeira República foi um período da história brasileira com intensos acontecimentos, que foram decisivos para os rumos da história do Brasil.

O significativo desenvolvimento industrial, a nova reestruturação econômica, gerou mudanças de mão de obra, que deixou de ser escrava, tendo a imigração como impulsionadora da nova força de trabalho, aumento populacional em grandes centros urbanos, entre outros tantos acontecimentos. Segundo Saviani:

[...] a economia cafeeira, contou, desde o início, com uma vanguarda constituída por homens com experiência comercial, entrelaçando-se, assim, os interesses da produção e os do comércio. Dessa maneira a formação da classe dirigente envolveu um conjunto amplo de aspectos articulados entre si: “aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferências política financeira e econômica (2013, p. 160).

Com o fim da escravidão em 1888, surgiu a demanda por mão de obra não mais escrava, ganhando incentivos a imigração de famílias para o trabalho em plantios. Com o considerável crescimento industrial, oriundos do sistema capitalista que vinha sendo implementado no Brasil, ocorreu a passagem do sistema agrário comercial para o urbano industrial, que foi se processando no tempo, rompendo-se,

de um lado com os alicerces da sociedade estamental e voltando-se a uma estruturação das bases em uma sociedade de classes (NAGLE, 1974).

Os resultados de tais transformações urbano-industrial, impulsionaram o aumento da demanda por mão de obra qualificada, levando a necessidade de disseminação da alfabetização e a ampliação da oferta da instrução pública para toda a população. A heterogeneidade sociocultural gerou inquietações e movimentos sociais na luta por direitos. O cidadão brasileiro até o momento era desligado de qualquer acontecimento, tendo suas experiências iniciadas na participação destes acontecimentos que foram modificando suas formas de viver. O país começava a encontrar-se consigo mesmo. Seu povo emergiu iniciando suas experiências de participação. Tudo isto, porém, estava envolvido nos embates entre os velhos e novos temas (FREIRE, 1967).

Nos aspectos sociais, em torno dos anos de 1920, o Brasil apresentava movimentos ideológicos, manifestações e reivindicações populares. Com tantas correntes ideológicas efervescendo na sociedade brasileira, a Primeira República foi palco de inúmeros movimentos sociais, inquietações e novas visões de valor social e educacional. Dentre os movimentos ideológicos e pedagógicos, podemos mencionar a Pedagogia Tradicional, a Escola Nova, a Libertária, o Positivismo, o Nacionalismo e o Catolicismo, que geraram um “Entusiasmo pela Educação” (NAGLE, 1974), que moldaram o setor social do Brasil e tiveram impactos no setor educacional. Notou-se que no Paraná, prevaleceu o ensino Positivista, porém com grandes traços e resquícios da educação tradicional, principalmente pelo interior do Estado.

Durante grande período da história da Educação Brasileira, desde seu início, com os jesuítas como pioneiros do ensino advindo da Europa, a educação, defendida pelas elites era calcada nos parâmetros da Pedagogia Tradicional de ensino, em que o saber estava centrado no professor, detentor do conhecimento. A criança, por sua vez, um recipiente vazio, uma folha em branco que precisava ser preenchida ou um mero receptor de conteúdo.

Num processo de autoritarismo e repetição não havia espaço para diálogo e reflexão sobre a prática desses conhecimentos no cotidiano. O conteúdo era transmitido para a criança e retomado, inúmeras vezes, até que fosse completada, sua memorização, mesmo sem entender ou contextualizar, mas por pura e simplesmente decoração. Este era o processo de retenção de saber do professor e

da técnica de assimilação e memorização, base da pedagogia tradicional na transmissão de conteúdo.

Essa prática de transmissão de conteúdos que são passados ao longo do tempo acaba se tornando verdades absolutas, sem espaços para que sejam discutidas ou contestadas sua veracidade. Com conteúdo que não exploravam temáticas sociais, apenas conteúdos bases e culturais, ainda as questões sociais deveriam ser discutidas e vistas socialmente, não cabendo a educação escolar tais discussões.

A Escola Tradicional foi firmada por um longo período pelas grandes elites. Sabemos que a educação não era para todos, sendo uma minoria que tinham acesso, geralmente pessoas da elite, que tinham na educação a garantia de manter-se no poder. Como a educação de fato não era para todos, grande parte da população brasileira não tinha acesso, e quando tinha, não via necessidade da escola, pois, a maioria da população vivia no campo. Não enxergavam a necessidade da escola, geralmente eram dependentes da agricultura, não vendo saída na educação para ascensão social.

A educação tradicional focava grande parte de sua utilização, no ensino elementar, o ato de alfabetizar, o ensino das quatro operações e do ensino religioso, conteúdos básicos para a mão de obra operária que estava aumentando, dando para estes cidadãos pouca liberdade de acesso ao conhecimento.

Outra forte corrente ideológica que teve notoriedade no ensino, foi o Positivismo. Foi na França que Augusto Comte desenvolveu todo seu trabalho, sendo conhecido como o pai do Positivismo.

Antes de adentrarmos no Positivismo no Brasil, é válido conceituar alguns aspectos do Positivismo de forma sucinta, para melhor entendimento de seus princípios e compreensão de seu percurso e a maneira como marcou a história da educação Brasileira, principalmente no Período republicano.

Frente a uma sociedade em constantes crises sociais, Comte elaborou suas teorias, analisando o meio social do século XIX. Realizando críticas ao conhecimento teológico, trazendo uma ruptura no pensamento social, defendendo o saber científico como solução para a desordem. Com base em seus estudos e nos pensamentos de outros estudiosos, Comte viu na ciência e no fator científico, a solução para muitos problemas sociais, defendendo uma Ciência pura, desinteressada de valores e neutra. Conforme Oliveira:

Augusto Comte é sem dúvida a maior expressão do positivismo, sendo seu grande fundador, apesar dele mesmo não considerar dessa forma e atribuir tal feito à René Descartes, Francis Bacon e Galileu Galilei, deve-se a ele a sistematização do pensamento positivista (OLIVEIRA, 2010, p. 4-5).

A partir de elucidações racionais, com experimentos que fossem comprovadas por dados científicos, foi na contramão e contradizia tudo o que a teologia defendia e negava explicações sobrenaturais que até então não eram questionadas.

Na ciência Positivista busca-se evitar pesquisas absolutas (que buscam a essência dos fenômenos), partindo de pesquisas com metodologias comparativas, das mais simples para as mais complexas. O cientista deve se posicionar como cético, sendo neutro e não deixando sua subjetividade e opiniões pessoais interferirem nos resultados.

A partir dos princípios de leis universais que regem fenômenos na Natureza, cabe a ciência observar estes fenômenos isenta de qualquer ambição, interesse financeiro, apenas e puramente a critério de conhecimento científico, uma vez que o conhecimento científico é o conhecimento da realidade natural e social.

Compreendendo brevemente o Positivismo de Comte, é possível perceber que a racionalidade do pensamento, a crítica ao teor teológico para a explicação da realidade deu enfoque para a importância dos dados quantitativos, da pesquisa experimental, da observação, da análise de dados, explicações racionais e a neutralidade da ciência.

Na metade do século XIX, Comte, que estava focado em estudos filosóficos, começou a mudar seu foco de estudo, dedicando-se a criação de uma religião chamada Religião da Humanidade. Não se tinha a crença em um Deus sobrenatural, mas que colocava a humanidade como centralidade. Criou um templo, catecismo e um calendário próprio, tendo como a sua fórmula sagrada: O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim.

Este lema consiste em ter o Amor como o princípio de todas as ações, sejam elas no coletivo ou no particular. A Ordem refere-se ao ato de manter e cuidar de tudo que for bom, útil e necessário. Já o progresso, é resultante da organização e aprimoramento da Ordem. Nesse sentido, a Ordem surge do desenvolvimento e é, consequência dos Progressos individuais do caráter e da sociedade.

Esta fórmula sagrada pode ser explicada no sentido da importância do respeito, dos valores, do cuidado, da valorização e das atitudes individuais e da sociedade em geral. A fim de propor uma transformação social a partir da defesa de uma racionalidade humana científica, o pensamento positivista disseminou-se por vários países, entre eles, o Brasil.

No Brasil, principalmente por meio do Catecismo e dos princípios da Igreja positivista, difundiu-se mecanismos de ensino, procurando mudar a sociedade, rompendo com o anarquismo, problemas sociais e imperfeições presentes na sociedade brasileira. Ou seja, seria por meio da educação o caminho para livramento da ignorância.

Os princípios gerais do Positivismo para a educação estavam norteados da liberdade e a laicidade, buscando um ensino formal com um currículo com teor científico e com desprezo pelas crenças religiosas. Nesse sentido, segundo João Carlos da Silva:

[...] a educação no conjunto do projeto educacional do Apostolado, consistia na transmissão de saberes visando a forjar o indivíduo para uma missão na sociedade a partir do desenvolvimento do sentimento, do entusiasmo, do respeito às hierarquias, do amor pela pátria e da promoção da harmonia (2016, p. 101).

Para o modelo positivista, todo o saber humano poderia ser sistematizado em critérios do saber verificado cientificamente, seguindo leis gerais, assim como também, os fenômenos sociais deveriam ser explicados a partir de saberes científicos, incluindo-se disciplinas como a física, por exemplo, para elucidar fenômenos e serem transmitidos no ensino.

Diante do dilema de reformar o ensino, visando criar novos hábitos, caráter e um padrão moral, a educação não poderia ocorrer somente a partir da construção de um novo currículo que estivesse voltado para o saber mais elaborado, era necessário ir além, precisava envolver as famílias. Sem a ajuda das famílias não seria possível o sucesso educacional dos alunos. Deixando a cargo da mulher, dona de casa, garantir a educação familiar, afirmando a ideia secular, de família patriarcal, de que a educação, primeiramente, vem de casa, sendo papel responsável da mulher.

Para os positivistas, suas ideias eram praticamente sagradas e totalmente perfeitas, e seus conselhos já eram o suficiente para as escolas solucionarem problemas sociais, porém ainda encontravam muitas dificuldades, as quais, vinham

de todos os sentidos. O lento desenvolvimento da educação no período foi um dos principais entraves para a expansão do positivismo no Brasil.

No Período Republicano, um dos ideários que também teve grande influência, que esteve bem próximo do positivismo, foi o nacionalista. Visando capacitar toda a população para as novas demandas sociais, principalmente trabalhistas, com a defesa do pensamento nacional, de se sentir brasileiro, valorizar o país, criando o hábito do respeito, moral e costumes da nação, vendo o Brasil como um todo em sua grandiosidade, não fragmentado. O nacionalismo, descrito por Smith, pode ser definido como:

[...] uma ideologia que coloca a nação no centro das suas preocupações e procura promover o seu bem-estar [...] um movimento ideológico para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns dos seus membros creem construir uma “nação real” ou potencial. (SMITH, 2006, p.16).

José Veríssimo em livro publicado em 1890 (2013), dialogando com o pensamento nacionalista afirmou que o brasileirismo não ocorreu de fato como o ideário carecia ser, isto decorreu das grandes extensões territoriais e quantidade populacional espalhada pelas localidades distantes, além da diversidade étnica. Estes fatores fizeram com que a população perdesse o sentido patriótico. Nesse sentido, José Veríssimo pontuou:

Isolados, nas capitanias e depois nas províncias, os habitantes, por assim dizer, viveram alheios ao país. Desenvolveu-se neles, antes o sentimento local que o pátrio. Há baianos, há paraenses, há paulistas, há riograndenses. Raro existe o brasileiro. É frase comum: *Primeiro sou paraense (por exemplo) depois brasileiros* (2013, p. 67).

Portanto, faltava desenvolver na população o espírito nacionalista, a ideia de nação, de república, daí a necessidade de difundir a escola para todos os cantos e difundir, também a língua e a história nacional, criando assim uma identidade de brasileiro

Ora, a importância da educação, naquele contexto se dava, principalmente para aumentar a massa de votantes, pois quem não sabia ler e escrever não poderia exercer o direito de votar e era considerado incapacitado de assumir cargos públicos nas inúmeras profissões que foram surgindo no novo contexto produtivo do país. Conforme Nagle: “A importância da escolarização, nesse contexto, é derivada de

necessidades políticas; devido a outros argumentos, quaisquer que sejam, a escolarização ganha prestígio” (NAGLE, 1974, p.102).

Nesse contexto da importância de se repensar o ensino como significativo implicador na sociedade, podemos utilizar os estudos do nacionalista José Veríssimo no esclarecimento sobre esta concepção. Ao estudar os sistemas de ensino da França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, José Veríssimo (2013), percebeu o quanto o ensino estava atrelado a consolidação do nacionalismo. Pensava-se que seria necessário disciplinas para a formação da índole e caráter da população. Diante de uma sociedade caracterizada pela falta de apatia, intolerância, por ser passiva, sem competitividade, ausência do sentimento de orgulho nacional, entre outros. Cabia a educação de modo geral, em história, geografia e inclusive em física, para tentar modificar essa forma dos cidadãos se verem como nacionalidade brasileira.

O nacionalismo, para melhor explicitar sua significância, pode ser remetido a atualidade. Por exemplo, existem diversas criações daquele período que se perpetuam na sociedade e na cultura brasileira do século XXI. Segundo Real (2013), as representações como o hino, a bandeira, o herói, o Exército, os desfiles da data comemorativa de 07 de setembro, entre outros, são elementos da cultura brasileira que foram criados no mesmo contexto de valorização da nação. Tais expressões do nacionalismo foram criadas com o objetivo central de ampliar o sentimento de nação entre a população (REAL, 2013, p.53).

Notória no ideário republicano, a instrução pública ganhava destaque, sendo vista como a propulsora da emancipação dos sujeitos. Ao eleger o analfabetismo como o grande mal da nação, intelectuais de várias correntes defendiam que somente pela difusão da educação se conseguiria extinguir a ignorância e construir uma sociedade civilizada.

Percebe-se que desde o início da República, os Estados estavam seguindo a lógica de um entusiasmo na educação, da disseminação da Instrução e expansão do atendimento para todo o território. No Paraná, também estava presente em mensagens e relatórios de governadores de anos anteriores, como é o caso do seguinte excerto, na mensagem de Américo Lobo Leite Pereira:

Considerando finalmente, ser de máxima vantagem a disseminação da instrução pública, primária e secundária deste Estado, sobre tudo no atual período em que a Nação vai entrar de regime de sufrágio Universal; resolve nomear uma comissão composta dos Drs. José

Joaquim Franco Valle, Justiniano de Mello e Silva, João Pereira Lagos, Generoso Marques dos Santos, Eusébio Silveira da Motta Emiliano Pernetta, que terá por objetivo organizar um plano imediatamente possível de execução relativo à instrução pública, primária e secundária deste Estado; plano esse que conterà a administração e fiscalização do serviço escolar, designação das escolas que devem funcionar, nos diferentes povoados, maiores ou menores, do território do Estado, as pessoas que, segundo as suas habilitações devem regê-las, e a gratificação que devem perceber funcionários ou professores, tudo adstrito à verba de 152 contos de réis de que pode dispor o Tesouro do Estado para tal fim (PARANÁ, Relatório do governador de 1890, p.11).

Para que pudessem acompanhar os novos rumos que a sociedade brasileira estava tomando, o ensino primário ganhou status de obrigatório, para difundir o sistema educacional em todo o Brasil, o Estado teve a possibilidade de chegar nos mais distantes cantos do país (REAL, 2013, p. 55).

José Veríssimo, ao discorrer sobre a educação nacional, afirmou que: “para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, é a educação, no mais largo sentido, na mais alevantada acepção desta palavra” (2013, p. 63).

A educação fora um tema comumente e constantemente discutido durante a primeira república, via-se nela, o resgate moral e cívico na reconstrução do caráter humano, sendo sempre afirmado a importância dela para a mudança social. O Nacionalismo, o Positivismo, o Escolanovismo, o liberalismo e o entusiasmo pela educação, imbricaram na construção histórica da educação no Brasil, mas, especificamente neste período pretendido da pesquisa, percebe-se principalmente a força da educação tradicional no ensino.

No Paraná, a partir dos documentos catalogados, entre as várias mensagens do governo elaboradas por presidentes de estado, encontramos diversos pensamentos e escritos referentes a situação da Instrução Pública. Nos documentos foram registradas diversas problemáticas do ensino, entre elas, a necessidade de combater um grande mal presente na sociedade brasileira na Primeira República, o analfabetismo.

Um destes documentos que merece a atenção, foi/é a mensagem do diretor de Instrução Pública, datado do ano de 1912, que apontava a dificuldade de formar corpo docente para combater o analfabetismo. Conforme escreveu o diretor-geral da Instrução Pública, o Dr. Claudino Ferreira dos Santos:

É mais fácil criar um exército de soldados, que um corpo de professores; o que prova custar menos defender o país contra os inimigos exteriores, que contra esse inimigo interior, que se chama a ignorância (PARANÁ, Mensagem do diretor de Instrução Pública, 1912, p. 4-6).

Conforme apontado acima, ficou evidente a preocupação em dar a população uma instrução que fosse capaz de alfabetizar toda a população, apontando também, a dificuldade da formação de professores, sendo um dos fatores prejudicadores para os objetivos da escolarização nacional. Ao analisar este excerto, é possível assimilar os pressupostos do pensamento nacionalista que apontava como sendo o grande mal da sociedade, a ignorância. De certa forma, também, culpando tal mal, pela falta de interesse ou dificuldade de formar um magistério suficiente para a Instrução Pública.

Existem inúmeros outros fatores que dificultavam que os ideais nacionalistas fossem postos em prática. Segundo José Veríssimo:

O nosso sistema geral de instrução pública não merece de modo algum o nome de educação nacional. É em todos os ramos – primário, secundário e superior – apenas um acervo de matérias, amontadas, ao menos nos dois primeiros, sem nexos ou lógica, e estranho completamente a qualquer concepção elevada da pátria (2013, p. 77).

Em meados dos anos de 1920, uma série de reformas educacionais foram implementadas em diversos estados, dando uma efervescência nos movimentos em prol da educação. Produzindo um novo conceito definido por Jorge Nagle (1974) como o Otimismo e o Entusiasmo Pedagógico pela Educação. Os conceitos do Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico foram criados por Jorge Nagle para caracterizar a educação na primeira República. O Entusiasmo pela Educação estava mais ativo no início da primeira República, período em que todos defendiam a difusão da educação como salvadora da nação. Já o Otimismo Pedagógico, estava ligado as reformas produzidas na década de 1920, as quais introduziram novos métodos de ensino, especialmente a Escola Nova.

Na tentativa de fazer o mesmo que era feito em outros estados, o Paraná, defendia a disseminação da instrução Primária e Secundária, características do Entusiasmo pela Educação, nas quais compreendiam basicamente o ensino de ler e escrever, as quatro operações matemáticas, além do ensino, moral e cívico. E

algumas disciplinas específicas para meninos e outras para meninas, havendo distinção entre o ensino destinado para cada sexo.

Conforme deixado registrado pelo Presidente do Estado Fernando Xavier da Silva, na mensagem anual referente ao ano de 1912, apontando a instalação de escola por todo o território:

De acordo com o pensamento do Poder Legislativo, e tendo em consideração o acentuado interesse que se manifesta no Estado pela instrução pública, o Governo tem se esforçado pela sua difusão, provendo as cadeiras criadas em todas as cidades, vilas e em geral as de povoados, e concedendo às escolas particulares a subvenção de que trata a lei n. 810 de 5 de maio de 1908 (PARANÁ, mensagem do governador de 1912, p. 12).

Embora houvesse a obrigatoriedade do ensino, pelo menos o Primário, no Paraná, ainda assim havia empecilhos. Era obrigatório as famílias matriculem seus filhos nas escolas, fossem elas, públicas ou subvencionadas (escolas particulares que recebiam subsídios do Estado para sua manutenção e atendimento). Entretanto, a diferença do número de crianças matriculadas em relação a quantidade de alunos que frequentavam o ensino, era muito grande, pois o número de matriculados era maior que o número de alunos frequentes.

O quadro a seguir, demonstra uma esquematização de quantidade de alunos matriculados, dados embasados nos relatórios e mensagens do Governo que mostram o gradativo aumento de Alunos:

Quadro 01: Quantidade de alunos matriculados nos anos indicados no estado do Paraná.

Ano	Quantidade de alunos matriculados
1912	20.840 Alunos
1914	24.330 Alunos
1921	40.409 Alunos
1927	68.044 Alunos
1930	62. 259 Alunos

Fontes: PARANÁ, 1912,1914, 1921,1927 e 1930. Dados organizados pelo autor.

Conforme visto, a quantidade de alunos decaiu no decorrer dos anos de 1927 a 1930, o motivo para esta queda não está descrito nos documentos. Entretanto,

podemos remeter esta queda, possivelmente, a resistência e dificuldade dos pais manterem seus filhos nas escolas, fato bastante mencionado nos relatórios.

Ao observar o relatório de 1921 do Paraná, encontramos informações pertinentes da quantidade de alunos que não eram alfabetizados no Estado. Trouxemos informações da quantidade de alunos matriculados e a quantidade de não alfabetizados, possibilitando perceber que, praticamente 20% dos alunos ainda não sabiam ler e escrever. Conforme quadro a seguir:

Quadro 02: Relação entre alunos matriculados e alunos não alfabetizados.

Alunos matriculados nas escolas	Alunos não alfabetizados
40.409 Matriculados	Aproximadamente 9. 200 Alunos analfabetos

Fonte: PARANÁ 1921. Dados organizados pelo autor.

Ao analisar os dados do quadro 2, aparentemente, podemos considerar baixo o número de analfabetos, se considerado à época, em um contexto social que a Instrução Pública estava sendo disseminada pelo território Paranaense. Mas com um olhar mais atento aos dados, podemos verificar que os valores não eram tão baixos, pois dos 40.409 que frequentavam as escolas, 9.200 eram analfabetos. Além disso, tinha o número dos alunos não alfabetizados, que não frequentavam as escolas, fazendo com que os números saltassem e mudassem por completo. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 03: Demonstrativo de alunos que frequentavam as escolas, recenseados e dos que não frequentavam as Escolas no ano de 1921.

Alunos que frequentaram a Escola	Recenseados	Alunos que não frequentaram a Escola
40.409	76.545	36.136

Fonte: PARANÁ, 1921. Dados organizados pelo autor.

Conforme indicado no quadro, a lista o total chegava a 76.545 crianças. Se calculado, as porcentagens de alunos que não frequentavam à escola, mais os analfabetos que frequentavam, chegamos ao índice de aproximadamente 55% de analfabetos, pois, logicamente, quem não frequentava à escola, era analfabeto.

A partir destes dados é possível perceber que a dificuldade do Estado em conseguir alcançar seus propósitos de uma educação para toda a população era

imensa. Era difícil conseguir manter os alunos com frequência e realizar novas matrículas.

No Paraná, eram muitas as limitações para pôr fim ao analfabetismo e garantir o atendimento escolar para toda a população. Mesmo existindo escolas espalhadas pelas principais cidades do Estado, as pequenas vilas ficavam de fora, pois ficavam distantes de cidades, dificultando que as crianças pudessem frequentar as escolas ou grupos escolares.

A permanência e frequência dos alunos era outro grande problema. Sabemos que o Brasil vivia da agricultura, principalmente nos estados menos industrializados e urbanizados, como o Paraná. Os pais tinham muita resistência em mandar seus filhos para a escola, uma vez que precisavam de seus filhos no auxílio dos trabalhos na roça. Isto faz com que repensemos, até que ponto os planos dos entusiastas pelo ensino estavam sendo efetivados e onde estavam encontrando barreiras.

Ao analisar o relatório do Inspetor geral de ensino Professor Cesar Prieto Martinez, de 1921 notamos entre as declarações sobre o andamento da Instrução Pública do Paraná. De acordo com o Inspetor, dentre as crianças do interior do Estado, de famílias que tiravam seus sustentos do trabalho rural, não eram poucas as que não tinham acesso à educação ou não eram permitidas frequentar às escolas. Muitas destas crianças precisavam ficar com os pais, pois, desde muito cedo já ajudavam no trabalho braçal. Não era possível auxiliar os pais e ir para a escola por questões de tempo e distância. Assim preferiam ou eram obrigadas a auxiliar os pais, do que ir para a escola. Na época havia algumas escolas na forma de internatos, porém, ainda havia resistência dos pais em mandar seus filhos para tais instituições.

A estas crianças do interior do Estado, era oferecida uma educação básica de ler, escrever, aritmética e dogmas de moral cívica e religiosa, de bons costumes, temor a Deus, bondade e caridade. Ainda em vilas e cidades pequenas, as escolas recebiam a nomenclatura de semigrupos grupos escolares. Em sua maioria, os professores destas localidades distantes dos grandes centros urbanos, eram professores que se disponibilizavam ao magistério sem formação para tal, passando por exames admissionais com certo grau de exigência. Estas aulas geralmente aconteciam nas casas destes professores com grupos de crianças de faixa etária variada.

De fato, ao analisarmos os relatórios e mensagens do governo elaborados por inspetores e diretores da Instrução Pública, eram raros os documentos que não apontavam dificuldades vivenciadas nas escolas. As poucas escolas públicas

primárias que existiam pelo Paraná, permaneciam em estado precário, estas escolas, ainda se organizavam de forma multiseriada, ou seja, uma única sala, com único professor regente, que se ocupava em administrar e ministrar aula em todas as séries no mesmo espaço de ensino (NASCIMENTO, 2003, p.2).

Em todo o território emergia a ideia de disseminar a Instrução Pública para a população. Estados com maior desenvolvimento, como por exemplo, São Paulo, foram pioneiros em tendências e projetos de escolarização no país, enquanto os estados menos desenvolvidos, tentavam espelhar e reproduzir tais projetos de instrução em ritmo mais lento. Segundo Nobrega: “No ideário Republicano, desde cedo houve a vinculação entre regime político e instrução como manifestação de progresso, de modernização” (2014, p. 101).

Com o advento da República, o sistema escolar que era presente na monarquia foi muito criticado pelos republicanos por ser considerado arcaico e precário, pois se baseava num ensino memorialístico e repetitivo. Assim buscavam uma grande mudança no campo educativo na tentativa de superar os problemas da sociedade brasileira e para consolidar o próprio movimento republicano (MACHADO e MELO, 2012).

Surge a percepção da necessidade de disseminar pelo território Paranaense instrução para toda a população. De modo, a combater o analfabetismo que era alto. Assim, viram nos grupos escolares um caminho para tentar suprir tal dificuldade. Os grupos escolares foram sendo criados de forma gradativamente e, na região Sudoeste do Paraná não foi diferente. No período tivemos a criação de um semigrupo³ escolar em Palmas no ano de 1914 (MULLER, 2021).

Como já citamos e, de acordo com Nobrega, as causas de um sistema problemático de ensino, eram atribuídas a vários âmbitos (culturais, regionais, metodologia, entre outros).

Nas mensagens oficiais associavam as insuficiências do arcaico com o regime monárquico, por exemplo, a escola isolada com seus métodos de ensino superados; as qualidades do moderno eram identificadas com a República e com o grupo escolar e “seus modernos métodos de ensino”, científico, o “método intuitivo” (NOBREGA, 2014, p. 101).

³ Semigrupo escolar era designação utilizada para caracterizar uma escola que continha de 2 a 4 turmas/classes. A partir de 5 classes, denominava-se grupo escolar. No Estado de São Paulo era utilizada a nomenclatura de escolas reunidas, esse tipo de instituição.

Os grupos escolares se tornaram na Primeira República, exemplos de um ensino que poderia superar muitos problemas da Instrução Pública que funcionavam em escolas isoladas. Conforme afirmou Nobrega:

A escola isolada, pública, era apresentada como arcaica em termos de organização e métodos de ensino: turmas heterogêneas (idade/aprendizado), ensino mútuo ou individual, desorganização administrativa, arquitetônica e econômica. Enquanto os grupos escolares representaram no Brasil a presença da escola primária pública moderna: ensino graduado, homogeneidade das turmas de alunos por idade e nível de aprendizado, seriação, método intuitivo, ensino simultâneo, concêntrico. Uma nova racionalização administrativa, econômica, arquitetônica e pedagógica (2014, p.102).

A partir dos grupos escolares surgiu um novo modelo de organização escolar na Primeira República, trazendo as principais características da escola graduada, ou seja, escolas seriadas.

Os grupos Escolares eram exigentes quanto a regras, obediência, disciplina, com horários definidos e seguindo calendário. Utilizando de métodos intuitivos, com diversificados materiais didáticos, que contavam também, com laboratórios e museus. Obviamente, as escolas mais distantes das grandes cidades tinham dificuldades de conseguir aplicar todos os princípios do ensino estabelecidos para os grupos escolares, ou seja, constituíram-se apenas semigrupos, escolas com menos de 4 salas, tendo aulas para mais de uma turma ao mesmo tempo.

O capítulo a seguir, orienta-se nas características da região Sudoeste do Paraná, como os aspectos culturais, sociais, movimentação de migração e conflitos. Apresentaremos a região Sudoeste, região fronteira, entre os limites do Paraná e de Santa Catarina e com o país vizinho, a Argentina, sendo palco de diversos conflitos territoriais, de rota de fugas, de tropeiros, ponto de migração e esconderijos de fugitivos e escravos.

CAPÍTULO II

SOCIEDADE, CULTURA E CONFLITOS NO SUDOESTE DO PARANÁ

Ao se refletir sobre a ocupação/colonização da região Sudoeste do Paraná, pouco destaque é dado à população que morava na região antes dos anos de 1940. Em 1890, já existiam as cidades de Palmas e Clevelândia, povoadas principalmente por caboclos e indígenas, que viviam em um sistema de subsistência, basicamente da caça, pesca e plantio para seu sustento, distantes dos meios capitalistas. Geralmente a história da região Sudoeste é contada a partir dos acontecimentos na região que ocorreram nos meados dos anos de 1940 a 1950, quando foi instalada a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) às margens do rio Marrecas. Ignorando-se um passado que deve ser contado e lembrado, pois fez/faz parte da história local.

Segundo Ribeiro, os indígenas que ocupavam a região:

[...] viviam em recesso nas matas, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina eram conhecidos com Guainá, Bugres ou Botocudos, de língua Kaingang. Alguns deles habitavam a orla das matas, haviam sido subjugados pelos criadores de gado vindos do Sul e sobreviviam nos capões de mata, desde os campos de Guarapuava, Ivaí, e Palmas até o Rio Grande do Sul (1982, p. 10).

A região Sudoeste do Paraná, fica localizada abaixo do Rio Iguaçu, na divisa com a região Oeste de Santa Catarina ao sul e com Argentina ao Oeste. É uma região conhecida pelo seu clima agradável, solo produtivo, rica flora. A partir da década de 1940, do século XX, tornou-se espaço atrativo e oportunidade para muitas famílias, geralmente do estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Devido à falta de terras, começaram a vir para a região objetivando conseguir um pedaço de terra para o sustento.

2.1. Sociedade e Cultura no Sudoeste do Paraná

Anteriormente a ocupação efetiva do Sudoeste do Paraná nos anos de 1940, mesmo que separadamente, já havia algumas populações na região. Mondardo, afirmou que por volta da década de 1850, na região Sudoeste do Paraná, já existiam alguns poucos “caboclos e alguns estrangeiros aculturados, os quais pouco faziam

além de prover às suas próprias necessidades imediatas. Faltavam meios de transporte e de comunicação com o mundo exterior” (2008, p. 3).

De acordo com Corrêa, em 1920:

O Sudoeste tinha aproximadamente 0,5 habitantes por quilômetro quadrado. Já em 1940 havia dois habitantes por quilômetro quadrado. Essa população fundamentalmente era constituída por um grupo social denominado de caboclos: “esses pioneiros anônimos eram de origem lusobrasileira, tendo sido genericamente conhecidos como caboclos pela ocupação de colonos que mais tarde ocupou a região” (CORRÊA, 1970, p. 88).

Sendo definido por Camargo (2006, p. 94), o caboclo é aquele indivíduo mestiço, resultante do cruzamento entre o branco, o índio e o negro, que habitam casas de pau-a-pique e barro e dedicavam-se ao cultivo de cereais. Eram sóbrios, corajosos, se alimentavam mal e extremamente conformados com a vida que levavam.

Sobre a vida cabocla no Sudoeste do Paraná, segundo Steca e Flores (2002), os caboclos eram pobres, moravam em ranchos construídos com pequenos troncos de árvores ou lascas de pinheiro cobertas com ramos de bambu ou tabuinhas de pinheiros. Casas extremamente simples de chão batido. Entre os caboclos havia poucas diferenças sociais econômicas, exceto quando, um ou outro possuía um cavalo, “uma roupa de missa”, facão e armas de fogo (STECA e FLORES, 2002, p.76).

Corrêa, apontou em seus estudos que o “Sudoeste paranaense foi habitado, antes da vinda dos colonos, por uma população de origem luso-brasileira que se dedicava a algumas atividades extensivas”. O mesmo autor, também afirmou que “esses pioneiros anônimos eram de origem luso-brasileira, tendo sido genericamente conhecidos como caboclos pela população de colonos que mais tarde ocupou a região” (1970, p. 88).

No entanto, Wachowicz (1985), afirmou que nem sempre o caboclo precisava ser originário de índio. Para ser considerado caboclo, bastava ter crescido no sertão, ou, na floresta. Tendo características de costumes de sertanejo, em outras palavras, ter os mesmos hábitos de viver da caça e pesca, da extração na natureza de alimentos apenas no intuito de sua subsistência. Mas, para ser um caboclo não poderia ser de pele clara, pois sempre era comparado a um tom de pele mais escura (WACHOWICZ, 1985, p. 85).

Segundo Boneti, alguns dos primeiros habitantes, sem ser indígenas nativos, que se adentraram nas matas do Sudoeste do Paraná eram fugitivos; uns, da justiça, por serem criminosos, outros, remanescentes da Revolução Farroupilha do Rio Grande do Sul, que ficaram conhecidos na região Sudoeste paranaense como “farrapos”, ou, ainda, sobrantes da Guerra do Contestado (1998, p. 86). As autoras Steca e Flores (2002) afirmaram, que as terras contestadas foram uma rota de fuga para muitas pessoas envolvidas na Revolução Federalista, entre o Estado do Rio Grande do Sul e São Paulo, que em consequência da derrota do Rio Grande do Sul passaram por perseguições por questões políticas, tendo assim, a região Sudoeste como local de fuga.

O tropeirismo teve grande importância no desenvolvimento da região. A estrada dos tropeiros que passava em Palmas foi uma ramificação do Caminho das Missões, rota transitada efetivamente pelos tropeiros a partir da década de 1840, construindo com a ocupação da região e favorecendo a formação dos municípios de Palmas e Clevelândia (MULLER, 2021, p. 10). As terras do Paraná serviam como descanso e ponto estratégico para os viajantes que por aqui transitavam. Conforme descreveu Muller:

Com o trânsito de tropeiros pelo Caminho do Viamão, os Campos Gerais adquiriram importância e com a abertura do Caminho das Missões, foram os Campos de Guarapuava e de Palmas que possibilitaram áreas para os animais descansarem das longas viagens (2021, p. 10).

Estas passagens pela estrada Missões, fizeram com que a cultura destes tropeiros deixasse seus rastros, marcando parte da cultura local, tendo influência em anos mais tarde no processo de escolarização.

Devido a Primeira República ser palco de inúmeros conflitos por todo o território brasileiro, muitos ocorreram na região Sul, que afetaram a região Sudoeste. Entre os impactos, está o elevado crescimento populacional que ocorreu entre os anos de 1900 e 1920 pela procura de local para viverem, se refugiarem e encontrarem formas de sobreviverem. Conforme destacou Steca e Flores:

Eram peões de fazendas de Clevelândia e Palmas à procura de oportunidades; das regiões de Guarapuava e Campos Gerais, que queriam terras para cultivar gêneros de subsistência; procurados pela justiça dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e

Corrientes (Argentina); posseiros expulsos das terras da região do Contestado pela Brazil Railway Co.; argentinos e paraguaios que procuravam ervais nativos e, as pessoas nascidas na região (2002, p. 74).

Os argentinos vinham para o território do Sudoeste paranaense e se situavam próximos aos rios da região (principalmente no Rio Quatorze ou Lajeado Grande), ficavam morando de safras em safras, extraíndo a erva-mate, caçavam e, deste modo, com o passar do tempo se fixaram nesta terra, até então denominada de ninguém, pois haviam dispersos e desconhecidos habitantes (BONETI, 1998).

Alguns grupos de caboclos vindos do Rio Grande do Sul, ligados ao Tropeirismo, sendo tropas que atravessavam o Paraná e Santa Catarina, percorrendo um caminho do Rio Grande do Sul até São Paulo, para o comércio de animais. Muitos caboclos dessas tropas, se instalaram nas regiões próximas, e se infiltraram nas matas. Inclusive, muitas cidades e vilarejos foram surgindo em meio a rota dos tropeiros, que serviam como paradas de descanso para tropas e viajantes (MULLER, 2021).

A floresta densa e pouco movimentada, serviu para que diversos caboclos achassem aqui abrigo para viverem, como não eram proprietários das terras, viviam semelhantes aos posseiros. Se instalavam, viviam da subsistência, quando o local já estava saturado para sua sobrevivência, buscavam outro local na mata.

Segundo Abramovay (1981), não era mais que refúgio que os caboclos encontravam nas florestas do Sudoeste do Paraná. Mesmo não aparentando ser algo hospitaleiro, a mata ganhava significado de liberdade, de lugar livre, sendo melhor e mais adequado para a sobrevivência da população cabocla.

Em relação a formação familiar, segundo Mondardo (2008):

As famílias caboclas conformam-se e reproduzem-se em um ciclo longo, geracional. É através do casamento que se estabelece o controle social da divisão dos bens econômicos e culturais, que garantirão a reprodução do segmento. Desse modo, é preciso saber com quem os filhos vão se unir e se os futuros cônjuges atendem aos critérios socioculturais idealizados pelo segmento caboclo (2008, p. 13).

Como visto, os caboclos eram conformados com a vida que levavam, da subsistência, colhendo e plantando o necessário. Tendo na família seus principais laços de relações, não se sentiam presos a um espaço de terra, quando necessário

buscavam outro lugar. A educação era informal construída no meio das relações familiares e sociais das crianças, com conhecimentos transferidos de geração em geração, com saberes não sistematizados, mas sim de convivência e sobrevivência.

De forma geral, a história da região Sudoeste do Paraná tem sido considerada a partir do ano de 1943, com a criação da CANGO, instalada provisoriamente em Pato Branco - PR e depois transferida, em 1948, para a vila de Marrecas, que mais tarde, se transformou em Francisco Beltrão. Este projeto agrícola foi instituído pelo presidente da República, Getúlio Vargas, que fez parte da política da “marcha para o oeste”, com o propósito de povoar a região com agricultores descendentes, principalmente de Alemães e Italianos. Oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que migrava para a região, para viverem de uma economia baseada na agricultura familiar de pequena propriedade (VORPAGEL; DIAS, 2008).

Segundo Vorpapel e Dias (2008), com a CANGO, uma série de assistências necessárias para que as famílias que viessem para a região foram oferecidas (terra, casa, ferramentas, sementes, até mesmo, ajuda médica). Embora recebessem estes benefícios sem custos, estes imigrantes não eram donos das terras que estavam vivendo. Estas famílias não tinham nenhum documento que atestasse serem donos da terra, tinham apenas a posse da terra. Este fato de serem posseiros das terras e não proprietários/donos resultaram em um conflito de grandes proporções na região, como a Revolta dos Posseiros em 1957 (VORPAGEL; DIAS, 2008). Como nosso recorte vai até 1930, essa questão não será abordada nesse estudo.

Com a vinda dos posseiros, os caboclos que já não eram muito bem-vistos, foram sendo cada vez mais excluídos. Pois os posseiros e famílias de imigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estavam vindo para as terras do Sudoeste do Paraná com a promessa de terras para a produção e rentabilidade. Enquanto os caboclos, não tinham a mesma visão mercantil e capitalista. Segundo Mondardo (2008), a situação ficou desfavorável para a permanência dos caboclos na região com

[...] a chegada das relações mercantis, que se iniciaram ainda com os caboclos, especialmente com a produção das safras, mas aceleraram-se à medida que os migrantes foram ocupando os espaços na região. A falta de habilidades dos caboclos no manuseio com o dinheiro, na lida com relações capitalistas (trazida pelos migrantes para a região), fazia com que, pouco a pouco, estes entrassem num violento processo de “exclusão social” e perda de suas posses (MONDARDO, 2008, p. 14).

A exclusão do caboclo era cada vez maior, sejam em questões políticas, financeiras e econômicas, embora alguns alfabetizados participassem de cooperativas e grupos, eram sempre desmerecidos, sempre sofrendo por serem pertencentes de tais grupos.

2.2. Conflitos Pela Terra – A Guerra do Contestado

Com parte de seu território definido dentro dos limites do 3º planalto, a região Sudoeste do Paraná foi palco da guerra do Contestado entre 1912 e 1916, sobre a qual (THOMÉ, 2002. p. 7-8) afirmou ter sido um conflito que envolveu a população sertaneja (cabocla) e de outro lado, forças militares e civis. Santa Catarina e Paraná disputavam pelas terras desta região, terras estas ricas em produção de erva mate e madeira. Anteriormente a esta disputa já ocorrera outro conflito territorial, entre Brasil e Argentina por estas terras, resolvida em 1895, dando causa ganha ao Brasil.

O território disputado na guerra estava localizado no Oeste de Santa Catarina, no Sudoeste do Paraná e na divisa com a Argentina, sendo uma terra rica em floresta praticamente intocada. Este território disputado compreendia aproximadamente 48.000 Km², uma quantidade de terra que somada, ultrapassaria as dimensões territoriais da Bélgica, Holanda e a Dinamarca (STECA E FLORES, 2002, p. 65).

Figura 01: Mapa destacando a área de conflito da Guerra do Contestado.



Fonte: Agência Senado.

Dentro deste território, em acordo com o Estado, Percival Farquhar (1864-1953) proprietário da empresa ferroviária Brazil Railway Company, foi incumbido da tarefa de construir uma ferrovia que ligasse São Paulo ao Rio Grande do Sul, ganhando em troca, uma considerável quilometragem de terras ao redor da ferrovia, estas terras já eram habitadas por inúmeros moradores (posseiros) que tinham sua renda provinda da madeira. Ao mesmo tempo, o governo cedeu estas terras a outra empresa estrangeira, porém, também de propriedade de Percival Farquhar, para a exploração da madeira. Conforme indicou Machado:

Outro elemento que contribuiu fortemente para a instabilidade social na região contestada, bem como no conjunto do planalto Catarinense, foi a introdução da ferrovia. [...] A empresa concessionária responsável pela exploração da linha por 90 anos era a Brazil Railway, formada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar com a contribuição de capitais ingleses e franceses, o qual além da garantia de juros em caso de prejuízo, recebia uma doação por parte do governo federal um trecho de até 15 quilômetros de terras de cada margem da linha. [...] (2004, p. 142-143).

A exploração da madeira realizada pela empresa Southern Brazil Lumber & Colonization Company, Percival Farquhar, ocasionou dificuldade para o trabalho das famílias que viviam da extração da erva-mate e da madeira. Segundo Steca e Flores, na região prevalecia a estrutura de poder coronelista, os caboclos e sertanejos que habitavam, viviam em situações precárias, mal produziam para seus sustentos, retirando dos ervais e da madeira seus recursos principais. Estes caboclos que já eram mal vistos por viverem em condições de posseiros de terras devolutas, passou a ser explorada pelos grandes latifundiários como mão de obra barata. A dificuldade aumentou ainda mais quando a empresa de Farquhar assegurada pela concessão começou a tomar as terras destes caboclos (STECA E FLORES, 2002, p. 68).

Após um período de construção da ferrovia, a empresa desinstalou-se da região e não se preocupou em levar consigo seus milhares de empregados, tornando alto o número populacional com relação aos meios de trabalho, faltando terra para estas pessoas e, conseqüentemente muita insatisfação.

Estas famílias de caboclos, sertanejos e desempregados da empresa ferroviária, se viram rendidos a tal situação, estupefatos assistiram suas terras serem vendidas em lotes por preços baixos para imigrantes Europeus, que vinham principalmente do Rio Grande do Sul. Presenciando assim, a mudança de um sistema

de subsistência para um sistema de relação de trabalho capitalista (STECA e FLORES, 2002, p. 71).

De acordo com Steca e Flores, o Governo via estes sertanejos como um “bando de Fanáticos” e em nada se preocupavam em ajudar os sertanejos: “os Governos Estadual e Federal, ao invés de tentarem solucionar o problema dos trabalhadores daquela região, reprimiam lhes com forças policiais militares” (2002, p. 72). As autoras afirmam que a alternativa encontrada por esta gente sem terras, foi de se instalarem nos trechos da ferrovia, uma forma de sobreviverem e se protegerem dos ataques de policiais dos dois estados e de capangas dos coronéis que com medo de uma revolta, utilizavam da ameaça e violência a estes sujeitos (STECA E FLORES, 2002, p. 71).

A indignação e revolta era cada vez mais crescente, inclusive contra os imigrantes, que estavam comprando os lotes e nestas terras vindo morar. Nesse contexto, a revolta deixou de ser apenas territorial e política. Os sertanejos encontraram na religiosidade a esperança de último recurso. Foi na busca religiosa dos sertanejos que resultou no conflito conhecido como Guerra do Contestado.

A Guerra do Contestado teve seu início em 22 de outubro de 1912, envolveu, de um lado, as forças do Regimento de Segurança e empresas privadas e do outro, sertanejos e camponeses que haviam perdido suas posses, que, se reuniram em torno da figura do “monge” José Maria. Sendo um dos conflitos armados mais intensos do Brasil.

A passagem de “Monges e Santos” pela região era comum, como essas pessoas conheciam muitas plantas, eram vistos como curandeiros, uma espécie de médico para as famílias que viviam em regiões isoladas de recursos. O Monge José Maria, em meio aos problemas com terras instalados na região, criou um movimento que rapidamente ganhou seguidores.

José Maria era conhecido na região do Contestado por ser curandeiro, fazer orações e simpatias, uma pessoa mística, que tinha supostas visões. Sua personalidade assemelhava-se ao um outro monge que também já tivera passado pela região em anos anteriores, o João Maria, que misteriosamente sumiu, mas afirmou que um dia retornaria em forma de reencarnação. José Maria conquistou a confiança da população pela semelhança aos feitos do antigo Monge, acreditando-se ser a reencarnação do João Maria.

Após juntar muitos seguidores, os coronéis acionaram o governo estadual para agirem contra este movimento, com medo de uma futura revolta. Mas a própria ação,

resultou na revolta. Uma revolta que resultou na morte de 10.000 a 15.000 pessoas, dentre elas, a de José Maria.

Durante esta guerra, várias pessoas ganharam destaque, mas algo interessante foi a presença ativa das mulheres frente aos combates. Mesmo em uma sociedade baseada num sistema patriarcal, tendo a mulher como submissa, frágil, com pouquíssimos direitos e sem voz na sociedade, no Conflito do Contestado, a mulher teve grande papel no rumo em que a guerra tomou. As virgens como eram chamadas as mulheres que acompanhavam o monge José Maria, eram líderes de redutos, e traziam aproximação divina. Conforme afirmado por Tonon:

Mesmo vivendo sob acentuado domínio patriarcal, muitas mulheres desempenharam papéis importantes no movimento do Contestado. A começar pelas “virgens”. O monge José Maria se fazia acompanhar de um séquito delas para auxiliá-lo nas rezas, nas pregações e no preparo de chás homeopáticos. As “virgens” eram escolhidas por ele e pelas lideranças dos Redutos – ou Cidades Santas – entre aquelas que manifestavam piedade e pureza de alma. Não precisavam ser virgens no sentido biológico, pois havia entre elas mulheres casadas. Mas as que mais se destacaram eram adolescentes. A proximidade com o monge lhes dava respeitabilidade e poder junto à comunidade. Na ausência do líder religioso, assumiam o papel de videntes [...] (2012, s/p).

A menina Maria da Rosa, de 15 anos, foi umas das mulheres líderes no conflito, ela dizia escutar vozes, tinha visões e recebia coordenadas supostamente do monge José Maria. Como a religiosidade era muito forte entre os sertanejos, confiavam nestas mulheres, inclusive em Maria da Rosa que comandou milhares de revoltados durante o conflito. Maria da Rosa, conforme Queiroz era uma adolescente:

[...] loura, cabelos crespos, pálida, alegre de extraordinária vivacidade” e mesmo sendo analfabeta falava sem embaraços e, que teria se alfabetizado nos redutos caboclos, para dar ordens e nomear seus guerreiros, sobretudo na frente de controle territorial sertanejo. [...] Andava amiúde com um vestido branco, enfeitado de fitas azuis e verdes e de penas de pássaros, de todos os matizes, em profusão. Era ela quem nas procissões marchava à frente, carregando uma grande bandeira com a cruz verde. (Queiroz, 1981, p. 151).

Figura 02: Pintura: Maria Rosa.



Fonte: Zumblick, 2018, s/p.

Maria da Rosa era vista como a principal representante do Monge e ficava a serviço dela, a instrução de uma disciplina militar e comando de batalhas. Segundo Rubim:

Maria da Rosa, aos 15 anos, em meio a orações, entrava em transe e discursava dizendo receber ordens do monge José Maria. Durante os transe tinha visões de batalhas e, daí em diante, era ela quem definia as ordens recebidas pelo espírito do monge para organizar o comportamento do grupo. Com o passar do tempo, além de líder espiritual, a virgem Maria Rosa se transforma em chefe militar e comandou a retirada estratégica, após a primeira batalha de Taquaruçú, em 1913, para o novo reduto em Caraguatá (RUBIM, 2008. Apud TRENTO, Aline Eloíse; LUDKA, Vanessa Maria e FRAGA, 2014, p. 279).

Foi no ano de 1915, no vale de Santa Maria, hoje nos limites dos municípios de Timbó Grande e Lebon Régis, em Santa Catarina, durante o período da Páscoa Sangrenta do Brasil, Maria da Rosa morreu, lutando contra as tropas do Capitão Tertuliano Potyguara, em um grande cerco final da Guerra do Contestado. A participação das mulheres que apresentamos, até aqui, mostra como mulheres, igual Maria da Rosa, foram guerreiras na busca incessante de justiça social e pelo direito à terra do seu povo (ZATTA, ROCHA, FRAGA, 2018, p. 7).

Cabe aqui, refletirmos, inclusive assunto que instigaria outras pesquisas, sobre a instrução das meninas na região, podemos nos indagar: a menina Maria, personagem marcante do conflito frequentou alguma escola? Se sim, como será que

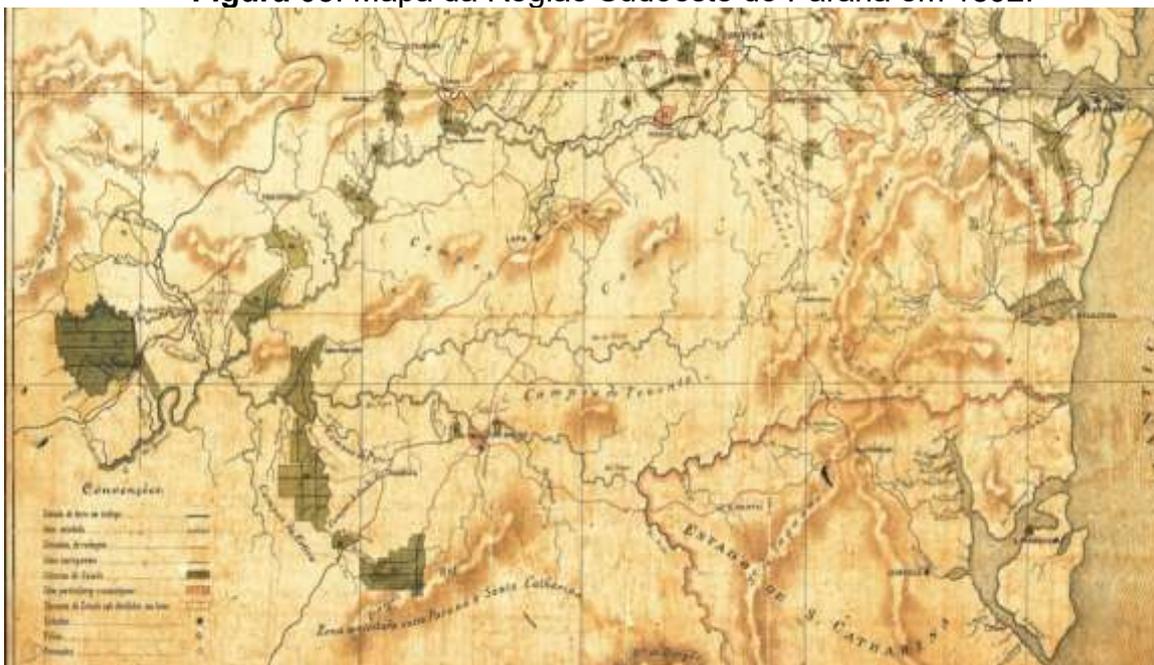
foi sua educação? Ela sabia ler ou escrever? E de outras meninas de sua idade? Ficam questões que surgem para refletirmos sobre estes personagens históricos da região.

Voltando ao Conflito, a disputa sangrenta que foi a Guerra do Contestado, perdurou até o ano de 1916, depois de inúmeros conflitos armados entre os sertanejos e as forças policiais dos dois estados (Paraná e Santa Catarina), as autoridades locais apelaram para o governo federal, solicitando ajuda, alegando que os rebelados eram monarquistas. O governo prontamente atendeu ao pedido, enviando várias expedições (STECA e FLORES, 2002, p. 72). Nesta guerra armada, contabilizou-se milhares de mortos. Encerrando-se o conflito com as terras voltando a ser dos grandes ervateiros, fazendeiros, coronéis e demais posseiros das terras.

As primeiras localidades surgidas após os problemas territoriais entre Santa Catarina e Paraná serem resolvidos foram: Barracon (Argentina), Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Barracão (Paraná) (STECA e FLORES, 2002, p. 74).

Conforme a seguir, o mapa de 1892, apresenta o estado do Paraná. No canto inferior esquerdo, na região Sudoeste, percebe-se que as cidades mais antigas da região como Palmas e Clevelândia não aparecem no mapa. A partir deste mapa, o rio Preto era o limite entre Santa Catarina e Paraná.

Figura 03: Mapa da Região Sudoeste do Paraná em 1892.

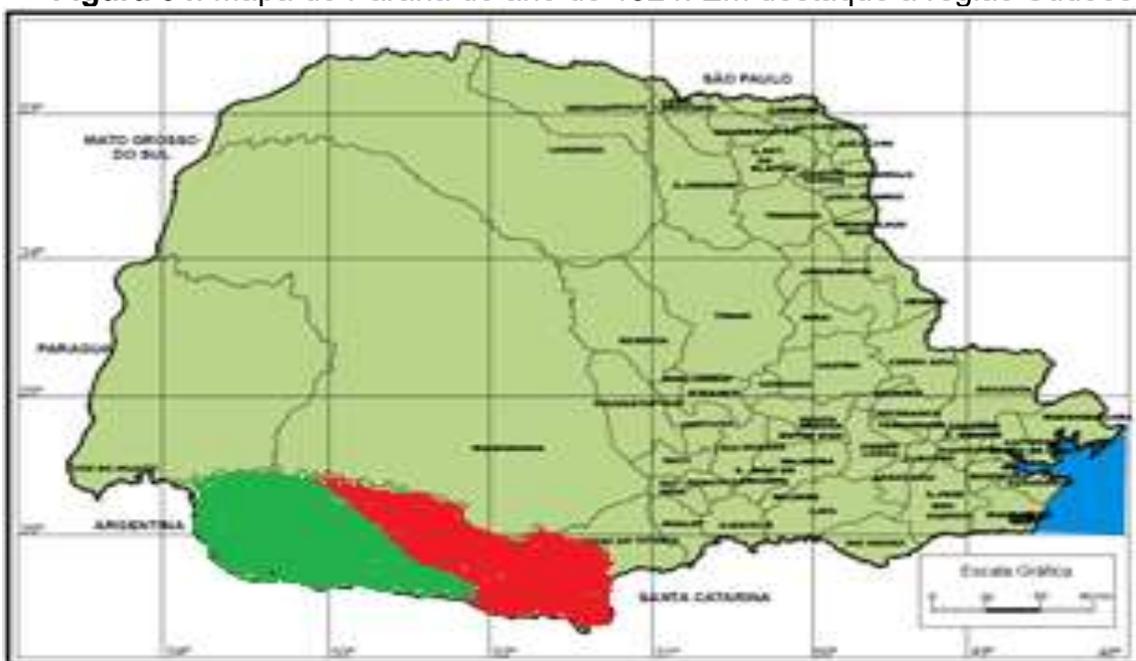


Fonte: Coletânea de Mapas do Paraná – IAT s/p.

Aproximadamente quatro anos mais tarde, em 1896, outro mapa do Estado já apresenta mais dados, aparecem a Vila de Palmas, Colônia de Chopim, Mangueirinha e algumas cidades como Chapecó, por exemplo.

No mapa do Paraná de 1922, já se percebe algumas alterações, nas quais, a Vila de Pato Branco aparece demarcada no mapa, estando logo acima de palmas e Clevelândia, nas proximidades do Rio Chopim.

Figura 04: Mapa do Paraná do ano de 1924. Em destaque a região Sudoeste.



Fonte: PARANÁ. ITGG, 2003, p. 3. Adaptado pelos autores.

Com o desfecho da Guerra do Contestado, ficou para Santa Catarina uma determinada quantidade do território que antes era do Paraná. Muitos paranaenses ficaram descontentes com a situação, se recusaram a ficar morando em território que não era mais do Estado do Paraná. Muitas destas pessoas abandonaram as terras e se instalaram na região Sudoeste. O governo do Paraná preocupado com estas famílias e com os “caboclos”, fundou a Colônia Bom Retiro⁴, por meio do decreto Nº 382, de 7 de maio de 1918 (STECA e FLORES, 2002, p. 74).

⁴ Em 1918, a Colônia Bom Retiro foi criada para receber as famílias que estavam insatisfeitas com as decisões tomadas no conflito do Contestado. Entre os motivos, se recusavam morar nas terras Contestadas que ficaram pertencentes à Santa Catarina. Em Bom Retiro, na época, se destacaram duas Vilas: Bom Retiro e Vila Nova. Conforme a prosperidade da nova região foi tomando notoriedade, muitas famílias e moradores de Palmas e Clevelândia resolveram mudar-se para as vilas. Em meados da década de 30, o Governo Federal criou uma linha Telegráfica de Ponta Grossa até Barracão, passando por Guarapuava e Clevelândia. Entre as vilas de Clevelândia e Barracão foram colocados dois postos de telégrafo, sendo um deles em Bom Retiro, conhecido como Posto do Rio Pato Branco.

De acordo com Wachowicz, “os trabalhos iniciais foram excessivamente morosos e a falta de maior controle da ocupação das propriedades, levou a trocar de lotes e alterações aleatórias das divisas das mesmas pelos colonos ali estabelecidos” (1985, p. 62). Os sertanejos tinham como lição a Guerra do Contestado, ficaram inseguros, assim, sabiam que posse era uma incerteza e, que poderiam perder as terras. Isso fez com que muitos que tinham pouca quantidade de terra venderam-nas por valores irrisórios, praticamente de graça, em troca de animais, armas ou poucos trocados. Os que permaneceram com as terras ficaram por anos pagando seus lotes, só receberam o título de posse após quitarem as dívidas da compra, o que poderia levar até 20 anos. Essas transações, também não eram documentadas, por que a maioria dos caboclos eram analfabetos, prevalecendo o acordo verbal (STECA e FLORES, 2002, p. 76).

Como visto, o Sudoeste do Paraná era uma região que embora com poucos moradores, recebia olhares, era cobiçada, por possuir grande riquezas de madeiras, terras férteis e propícias para desenvolvimento. Esses movimentos indiretamente, exerceu influência para as pessoas se instalarem na região e, conseqüentemente, a instrução Pública se fez necessária.

No próximo capítulo, trataremos especificamente da documentação catalogada sobre a região Sudoeste. Apresentamos dados que se relacionam com o contexto até aqui apresentados, mostrando como a educação esteve ligada a esse contexto social.

Anos mais tarde, a Vila de Bom Retiro recebeu o nome de Pato Branco. (PATO BRANCO).

CAPÍTULO III

A ESCOLARIZAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ

Com objetivo de desvelar a escolarização no Sudoeste do Paraná, trazendo à tona a presença de ensino anterior ao surgimento da maior parte dos municípios da região, evidenciando a existência populacional na região, organizamos este capítulo em três tópicos. Primeiramente buscamos explicitar como se deu a coleta de dados das fontes documentais, descrevendo o processo de levantamento, os caminhos percorridos e suas dificuldades. No segundo tópico, apresentamos os tipos de documentos que conseguimos coletar. Posteriormente, partimos para a análise dos dados encontrados, trazendo em si, a centralidade desta pesquisa. Nesta parte analisamos os dados encontrados, referentes aos municípios de Palmas e Bela Vista de Palmas/Clevelândia⁵, identificando suas vilas, distritos e colônias, as escolas ou grupos escolares existentes, número de alunos, professores, avanços e possíveis regressos, dificuldades, características do ensino e a quem se destinava. Também, buscamos analisar os discursos presentes nos relatórios e mensagens do governo que foram elaboradas pelos responsáveis pela administração da Instrução escolar da região.

Entendido a organização do terceiro capítulo, partimos para a análise referente ao processo de escolarização, indicando dados, compreendendo a estruturação, elementos e características gerais da Instrução Pública na região Sudoeste do Paraná, buscando elucidar e responder os questionamentos e objetivos propostos para esta pesquisa.

3.1. Coleta de Dados a Partir de Fontes Documentais

A dificuldade de encontrar documentação e informações referentes a região Sudoeste do Paraná, durante o levantamento e catalogação dos documentos pesquisados, marcaram este trabalho. Estas dificuldades vêm desde a bolsa de Iniciação Científica, raramente encontrávamos documentos relacionados a região

⁵ A freguesia foi criada com a denominação de Bela Vista de Palmas pela Lei Provincial nº. 789, de 16 de outubro de 1.884. Em 28 de junho de 1.892, pela Lei nº. 28, foi elevado à categoria de município. A denominação de Clevelândia se deu pela Lei nº. 862, de 29 de março de 1.909, em homenagem ao Presidente Cleveland, árbitro solucionador da questão Brasil – Argentina em 1895 (Prefeitura Municipal de Clevelândia, 2021).

Sudoeste do Paraná. A falta desses dados, como já dito na introdução, foi um dos motivos que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa sobre a escolarização da região Sudoeste do Paraná, visando reunir e analisar os dados sobre a educação regional do período.

Iniciamos a pesquisa com a catalogação de fontes digitalizadas em sites como o do Arquivos Públicos do Paraná e da biblioteca do Paraná. Após reunir certa quantidade de documentos online para posteriormente serem analisados, iniciamos outra etapa da pesquisa, as buscas in loco em instituições⁶ para garimpagem de documentos históricos ainda não digitalizados. Dentre as visitas nestas instituições, o local que mais possui arquivos de documentos históricos é a cidade de Curitiba-PR. Em Curitiba visitamos o Arquivo Público e a Biblioteca Pública do Paraná⁷. As idas até Curitiba eram geralmente feitas a cada 90 dias, com duração de uma semana cada.

No Departamento de Arquivos Públicos, as buscas se deram mediante a solicitação do material a uma atendente, responsável por buscá-los nos arquivos e entregando-nos para consulta no local. Os documentos foram disponibilizados de imediato. Primeiramente, era necessário olhar os “APs⁸”, uma espécie de sumário que registra a lista de documentos catalogados dentro de caixas de arquivamento, possuem um código de localização, referente aos documentos que estão em posse da instituição. Cada ano tem em média 2 caixas de APs, cada caixa, contendo ainda, em seu interior em média 25 livretos com “sumários” de cada ano.

Pode-se dizer que a pesquisa se tornou lenta e exaustiva, pois, foi necessário verificar todos os APs, de cada caixa na busca de possíveis documentos. Quando encontrado algum tema relacionado ao ensino na região Sudoeste ou, algum documento que pudesse ser relevante, anotávamos o código do documento e a página para na sequência solicitarmos para alguma das atendentes buscarem o documento para a leitura e análise.

⁶ Departamento de Arquivos Públicos (Curitiba-PR); Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba- PR); Prefeitura de Palmas e Secretária de Educação - PR, Prefeitura de Clevelândia- PR. Instituto Federal do Paraná (Campus de Palmas).

⁷ O Arquivo Público e a Biblioteca Pública do Paraná, estão situados em Curitiba- PR, e disponibilizam de um ótimo acervo documental, e em obras raras. Para acesso aos documentos é necessário agendamento de visita nas instituições.

⁸ APs são apêndices, semelhante a um sumário, que contém o assunto do documento e o local que está arquivado e a página. Estes APs, facilitam a organização e a localização dos documentos, além de preservá-los, pois evita o manuseio de todos os documentos para encontrar os que se quer.

Importante reforçar a necessidade da preservação e dos cuidados com o manuseio destes documentos. São documentos antigos que, obviamente, estão com marcas do tempo, fragilizados, com alguns rasgos, amarelados e desbotados. Fazendo com que ao utilizá-los para a pesquisa, sejam tomados alguns cuidados: a utilização de luvas, sem iluminação muito forte, manuseio com as duas mãos, com cuidado, sem puxá-los, sempre apoiando-os em alguma superfície limpa, fixa, seca e plana. É permitido registrar e arquivar estes documentos em dispositivos fotográficos ou scanner portáteis, porém, somente fotografias sem o uso de Flash. Se possível também, é orientado ao pesquisador utilizar vestimentas de manga cumprida, máscaras, óculos e jalecos, de modo a evitar o contato com possíveis substâncias e materiais desconhecidos, que podem causar alergias e irritações na pele, por exemplo.

Pode-se dizer que no departamento de Arquivos Públicos do Paraná, está disponível um considerável número de documentos que podem embasar e suprir grande parte dos objetivos propostos para as pesquisas históricas e, é claro para outras tantas de diferentes problemáticas.

Do período de 1890 até 1900, foram os períodos que exigiram mais tempo de levantamento de documentos, pois era necessário verificar os APs para saber quais documentos desta época estavam disponíveis.

A partir dos 1900/1901, o Departamento de Arquivos Públicos não utiliza ainda de APs para a organização dos documentos, pois, segundo as responsáveis pela conservação e disponibilização dos materiais, os sumários (APs) estão em processo de produção. Estão realizando o escaneamento dos documentos para a consulta ao acervo online, que por sinal, já possui bastante documentos disponíveis de diferentes períodos e assuntos da História Paranaense no site da Instituição.

Este escaneamento para consulta online, segundo o departamento, possibilitará maior preservação destes documentos, evitando o constante contato dos visitantes com os documentos físicos, buscando sua preservação. Entretanto, não há data para tal disponibilização na internet, pois é feito de forma gradual.

A coleta de dados se tornou ainda mais difícil sem a consulta aos sumários, pois sem os APs, a busca tem de ser diretamente com os documentos, que não estão separados por assuntos, temas, regiões, autores, entre outros. São livros, sem exageros, gigantescos, contendo em média 600 a 800 páginas, que devem ser verificados folha por folha, com todo o cuidado possível no manuseio destes

documentos, já fragilizados pelo tempo. Além disso, tivemos certa dificuldade para a compreensão da escrita, em decorrência de utilizarem de uma estilística e caligrafia diferente da usualmente nos dias de hoje. Muitos documentos com folhas rasuradas, borradas, apagadas pelas agressões do tempo, entre outros tantos empecilhos que aumentaram o tempo levado para catalogá-los.

Portanto, o acesso ao Departamento estadual de arquivos Públicos, seja por meio online, ou de visitas no local, tornou possível encontrar variados documentos de diversos anos e assuntos que estão dentro do recorte temporal, que com certeza, podem propiciar um bom resultado de análise documental em diferentes pesquisas.

A biblioteca Pública do Paraná também foi local de coleta de dados. Para a realização do levantamento e a busca por possíveis documentos, sendo necessário agendamentos de visitação, pois, existe o controle de entrada e preparação do local para receber visitação.

A primeira visita a Biblioteca Pública ocorreu exatamente no período em que estava sendo mudado o local do setor de Obras Raras (local da biblioteca dedicado a obras e documentos históricos), saindo do subsolo e indo para o 2º Andar do Prédio. Devido a estas mudanças, o acervo estava todo encaixotado e desorganizado. Cabendo assim, aguardar outras idas até Curitiba-PR, para conseguir acessar os documentos.

De fato, na segunda ida até a capital Paranaense, os documentos já estavam nas prateleiras da Biblioteca, entretanto, sua alocação ainda não estava completa, ou seja, estavam desorganizados e misturados, os livros estavam em fase de organização por assuntos e, principalmente por datas que, por sinal, estava longe ainda do período pretendido em nossa pesquisa, dificultando encontrar dados.

Os documentos encontrados na Biblioteca Pública do Paraná foram de nível estadual, não eram específicos da região Sudoeste. Porém, nestes documentos encontrávamos vestígios, dados sobre a Instrução Pública no interior do Paraná, como por exemplo, quantidades de escolas, alunos, professores, remunerações, entre outros dados que geralmente estavam em Quadros Gerais sobre a Instrução Pública do Paraná, raramente distinguidos entre distritos e municípios. O desafio maior foi analisar esse conjunto de documentos, extrair dados que pudessem nos subsidiar na demonstração/compreensão de vestígios sobre a educação na região e, logo, como se dava o processo de escolarização do Sudoeste do Paraná entre 1890 e 1930.

Quanto as pesquisas realizadas nas localidades da região Sudoeste, as buscas por documentação histórica se deram primeiramente na cidade de Palmas-PR, na qual, buscamos incessantemente por todos os órgãos públicos possíveis de conter registros históricos. Buscamos acesso em Escolas, Secretaria de Educação de Palmas, Biblioteca Pública Municipal e Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus de Palmas-PR.

Durante as buscas, os atendentes de vários locais que fomos buscar vestígios de dados, nos informavam que se houvessem documentos sobre o assunto, estariam sob os cuidados da IFPR, no campus da cidade. Segundo informações a nós passadas pelos atendentes, o material histórico da cidade foi recolhido e estava no Instituto Federal para a conservação e manutenção.

Segundo informações no protocolamento na prefeitura de Palmas, podem existir documentos históricos numa sala de arquivamento, dentro de um ginásio municipal. Entretanto para poder manusear estes documentos, era necessário entrar com um pedido ao Prefeito da cidade, registrando o interesse no protocolo da Prefeitura para obter liberação e acesso ao local. Fizemos o pedido no protocolo, identificamo-nos, descrevemos para qual uso seriam os documentos, quais tipos de documentos, cuidados de manuseios, período de permanência no local e claro, da sua importância para a pesquisa e ciência. Enquanto aguardávamos a liberação que seria feita através de assinatura pelo Gabinete da Prefeitura, concentramo-nos na coleta de dados na IFPR. Que por sinal, foram bastante prestativos, acessíveis e rápidos no atendimento.

O acervo documental que está sob responsabilidade do Instituto Federal do Paraná na cidade de Palmas-PR, é significativamente interessante, possui muitas obras raras desde o surgimento da vila de palmas, muitos registros de terrenos, prestações fiscais da cidade, impostos e registros diversos. Os documentos arquivados na IFPR, ainda não estavam organizados e catalogados, estavam aguardando pessoal especializado para realizar tal organização do espaço e dos documentos.

Embora considerável acervo, não foram encontrados muitos documentos sobre a Instrução Pública da região, sendo que estes achados eram de anos subsequentes do período da nossa pesquisa.

Ainda sob o pedido protocolado para o acesso ao acervo da Prefeitura de Palmas, foram três idas ao protocolo, refeito ajustes nas informações e enviado para

a liberação, novamente. Foram duas idas para a cidade em busca da liberação, sem sucesso nas mesmas. Isto nos gerou preocupações, pois, possivelmente os documentos com dados relacionados a Instrução da cidade, de fato, estão neste suposto Ginásio e não obtivemos êxito no acesso.

Na cidade de Clevelândia, também buscamos por supostos locais que pudessem estar arquivados estes documentos históricos. Semelhante ao que aconteceu em Palmas, não conseguimos ter acesso a possíveis documentos. Ao perguntarmos nos órgãos públicos da cidade, as respostas eram que não saberiam informar e para ter acesso aos documentos internos precisaria de uma autorização da administração, a qual não tivemos acesso.

É importante ressaltar, que não foi em momento algum negado o acesso ou que não poderíamos ter contato com qualquer documento por parte das pessoas que entramos em contato, ora são documentos públicos, de direito ao cidadão acessá-los. Entretanto, a incerteza nas respostas, o pouco caso feito sobre a importância da pesquisa e dentre outras respostas, ficamos impossibilitados e limitados aos estudos.

A pesquisa encontrou outro entrave com a pandemia do vírus SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, que fez com que vários órgãos públicos fechassem o atendimento ao público e suspendessem suas atividades por determinados períodos, houve também restrições de mobilidade entre as cidades e o isolamento social que impediram progressões de garimpagem de documentos históricos nas cidades, restando-nos concentrarmos novamente nas pesquisas em documentos digitalizados e disponíveis online.

Nos documentos digitalizados que estão disponíveis nos sites já citados anteriormente, foram encontrados relatórios de Inspectores de ensino, de Presidentes de Estado, de obras e prestações de contas, relatórios anuais das escolas, quadros com informações de matrículas e quantidades de escolas no estado do Paraná, entre outras informações, que constam dados sobre as escolas e professores que atuaram no Sudoeste do Paraná, no período.

3.2. A Coleta de Dados em Fontes Documentais

Diante da trajetória da pesquisa em meio a tantos percalços, obtivemos alguns documentos interessantes e de grande valor para a pesquisa, apontando que sim, de fato, existia uma movimentação escolar na região. Dos anos iniciais da pesquisa, não

encontramos muitos documentos, porém se usarmos documentos ainda mais antigos do Paraná, comprovamos que a primeira escola criada em Palmas, registra de 1854 (MIGUEL, 2000, p. 4). No entanto, segundo Muller (2021), as aulas só iniciaram em meados de 1856. A mesma autora organizou um quadro sobre a educação em Palmas, antes de 1890.

Quadro 4: Número de escolas e matrículas na vila/município de Palmas entre 1854-1882.

Ano	Escolas	Matrículas
1854	1	-*
1856	1	21
1861	2	28
1867	-	-
1873	-	-
1878	2	35
1882	2	-*

*não foram identificados o número de matrículas nos referidos anos.

Fonte: MULLER, 2021, p. 104. Dados adaptados pelo autor.

Como visto, o número de escolas e matrículas era bem pequeno no período, ficando praticamente estrito a vila de Palmas. Neste capítulo, obviamente, vamos nos ater nos registros entre 1890 a 1930, todavia, não traremos informações de todos os anos, pois buscamos apresentar alguns tipos de documentos produzidos no período do recorte que trazem elementos mais fortes e interessantes de discussões e análises.

Grande parte dos documentos catalogados, foram datados de 1920 adiante, sendo a maior parte dos dados obtidos em mapas escolares, que apresentam informações passíveis de análise, verificação, comparação e ajudam na construção de Quadros demonstrativos, que estão dispostos no decorrer do capítulo.

A seguir, apresentamos dados gerais resumidos em quadros com nomes de professores encontrados nos documentos, suas respectivas escolas e quantidades de alunos matriculados em cada escola. Vale a ressalva, que muitos dados estavam borrados e ilegíveis, dificultando a leitura.

Quadro 05: Nomes de alguns professores e localidades de escolas e número de alunos mencionados em documentos oficiais entre 1890-1922.

Professor	Ano	Escola	Alunos
João Manoel Cunha Sobrinho	1890	Escola do Sexo Masculino da Vila de Palmas-PR	40 Alunos
Joaquim Antônio Prestes	1890	Não Informado	40 Alunos

Maria Muniz do C.Pacheco	1890	Não Informado	39 Alunos
Maria Magdalena dos Santos Costa	1892	Não informado	Não informado
Maria dos Anjos Cunha	1894	Escola do sexo feminino na Vila de Palmas – PR	Não informado
Leocádia Dias de Camargo	1894	Escola Promiscua de Palmas-PR	Não informado
D. Maria José de Oliveira	1905	Não Informado	Não informado
Eugenio dos Santos Justen	1905	Não Informado	Não informado
Julieta da Silva Carrão	1912	Escola do sexo feminino na Vila de Palmas- PR	Não informado
Henedina Cardoso da Cunha	1922	Escola Federal de Palmas-PR	24 Alunos
Manoel (sobrenome ilegível)	1922	Escola Subvencionada de Mangueirinha-Palmas-PR	20 Alunos
Sem dados	1922	Escola General Carneiro	23 alunos
Hercília França do Nascimento	1922	Escola Mista de Mangueirinha – Palmas -PR	17 alunos

Fonte: MAPAS ESCOLARES, 1922, v.2, A.P. 2321. Dados organizados pelo autor.

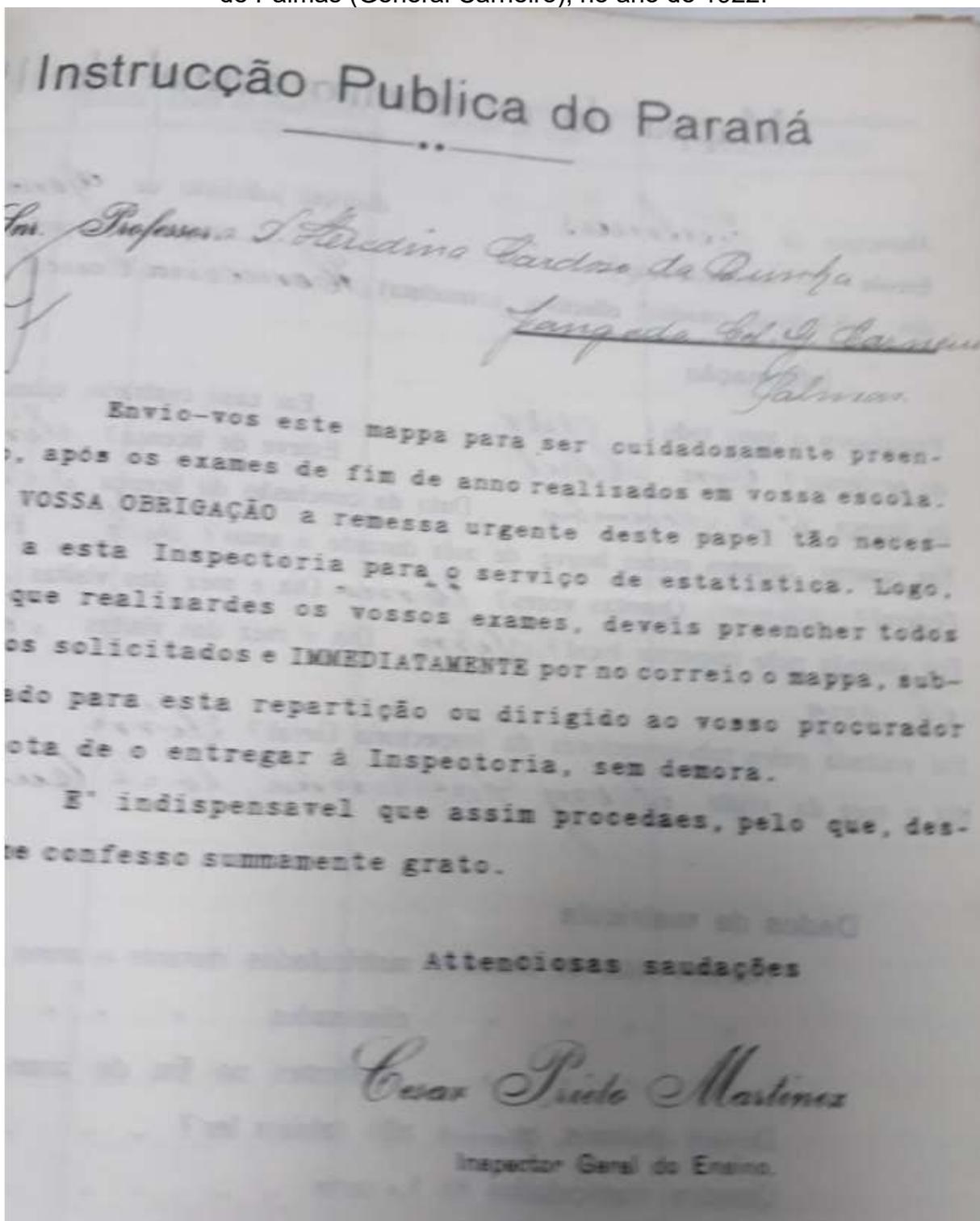
O documento traz o registro de algumas escolas e professores que atuaram em Palmas entre 1890 e 1922.

3.2.1. Mapas Escolares de Palmas-Paraná

Os Mapas Escolares eram preenchidos pelos professores no encerramento de cada ano letivo. O Inspetor Geral de Ensino, mediante suas atribuições, encaminhava aos professores das escolas e grupos escolares por meio de correspondências ou pelos inspetores locais os modelos de Mapas Escolares (um modelo padrão de ficha a ser preenchido), buscando informações sobre o ensino, principalmente após as avaliações finais do ano letivo, cabendo aos professores preencherem e devolverem com os respectivos dados. A partir desses dados, o Inspetor Geral ou secretário de estado organizava o relatório da sua seção e encaminhava ao governador do estado.

Para demonstrar essa prática, reproduzimos a seguir, alguns documentos expedidos pelo Inspector Geral de Ensino Cesar Pietro Martinez, solicitando que fosse enviado o Mapa Escolar do ano de 1922 pela professora da Escola Federal, Henedina Cardoso da Cunha.

Documento 01: Ofício do Inspector Geral de Ensino Cesar Pietro Martinez enviando o Mapa Escolar para a professora Henedina Cardoso da Cunha, da Escola Federal de Palmas (General Carneiro), no ano de 1922.



Fonte: Mensagens do Governo. Arquivos Públicos do Paraná, 1922.

Depois de preenchido os dados, a professora devolveu o mapa ao Inspetor Geral, como ficou indicado abaixo.

Documento 02: Mapa Escolar elaborado pela professora Henedina Cardoso da Cunha, da Escola Federal de Palmas (General Carneiro), no ano de 1922.

Mappa do movimento annual de

Município de *Palmas* distrito judicial de *Heraciina*
 Escola *Federal* região *palmarina*
ção: sub-federal, estadual, effectivo, normalista)

Informação

Funcionou o anno todo? *Não*
 do professor? *Em Abril* Em caso contrario, quando
 da licença *de 1.º de Novembro* Esteve de licença? *Sim*
 Data da conclusão da licença *de 1.º de Maio*
 Em resumo: quantos mezes houve de aula durante o anno? *Seis*
 Federal? *Sim* Quantas vezes? *Uma* Dia e mez das visitas *16 de Maio*
 Foi visitada pelo inspector local? *Sim* Dia e mez das visitas *16 de Maio*
de Maio
 Foi visitada pelos sub-inspectores da Inspectoria Gerai? *Sim*
 dia e mez da visita *Lery Salbunha, 16 de Setembro*

Dados de matricula

Numero total de alumnos matriculados durante o anno	<i>24</i>
eliminado	<i>4</i>
existentes no fim do anno	<i>20</i>
Desses alumnos, quantos não sabiam ler?	<i>24</i>
Quantos matriculados na 1.ª serie	<i>6</i>
2.ª	<i>7</i>
3.ª	<i>10</i>
Quantos alumnos aprenderam a ler durante o anno de 1922?	<i>14</i>
Qual foi a frequencia media annual?	<i>20</i>

Dados pedagogicos

Vossos alumnos fizeram exercicios de calligraphia, dictado e composição? *Sim*
 Fizeram exercicios de arithmetica? *Sim* Ensinastes Geographia e Historia? *Sim*
 Ensinastes Sciencias Naturaes? *Sim*
 Foram colleccionados e guardados os trabalhos escriptos? *Sim*
 Quaes as datas nacionaes que foram commemoradas? *7 de Setembro*

Fonte: Arquivos Públicos do Paraná, AP 2320 v. I, 1922.

Os Mapas Escolares visavam colher várias informações sobre o funcionamento da escola, o nível de aprendizagem dos alunos e os conteúdos trabalhados. O documento acima (figura 2) trouxe algumas informações detalhadas

sobre o desenvolvimento do ensino na instituição. A Escola Federal que a Professora Henedina Cardoso da Cunha lecionava, possuía 24 alunos matriculados, sendo que apenas 1 aluno tinha saído da escola. Neste mesmo documento, foi informado que a Professora trabalhava ditados, produção de texto, caligrafia, testes de aritmética, ensino de Geografia, História e Ciências.

A partir das informações presentes no documento, ficou registrado que, dos 24 alunos matriculados no ano de 1922, nenhum sabia ler. Porém ao final do ano, dos 23 alunos frequentes, 17 sabiam ler. O Documento demonstra que dos 23 alunos, que 10 chegaram ao final do ano e estavam matriculados na 3º série, 7 alunos na 2º e 6 alunos na 1ª série. Esses dados geram algumas dúvidas, sobre como funcionava a divisão das classes nessas escolas, estes alunos da 3º série levaram 3 anos para aprender a ler? Ou já se adotava a divisão de classes pela faixa etária? Ou a classificação da qualidade da leitura era uma definição da própria professora? Estes questionamentos são interessantes para refletirmos sobre o funcionamento das escolas desse período. Em alguns outros mapas apresentam-se mais informações e a faixa etária em que os alunos começaram frequentar as escolas.

No documento foi identificado que a escola não funcionou o ano todo, iniciou-se em abril, pois, a professora estava de licença, estando a escola em funcionamento durante oito meses, tendo recebido a visita do inspetor de ensino, para vistoria, uma única vez no ano. Resumimos os dados do documento no quadro abaixo.

Quadro 06: Escola Federal de Palmas (General Carneiro), Professora Henedina Cardoso da Cunha de 1922.

Número total de Alunos Matriculados durante o ano	24 Alunos
Eliminados ⁹	1 Aluno
Existentes no fim do ano	23 Alunos
Destes, não sabiam ler	24 Alunos
Matriculados na 1ª Série	6 Alunos
Matriculados na 2ª Série	7 Alunos
Matriculados na 3ª Série	10 Alunos
Alunos que aprenderam a ler durante o ano de 1922	17 Alunos
Frequência média anual	20 Alunos
Alunos fizeram exercícios de Caligrafia, ditado e composição?	Sim
Exercícios de Aritmética?	Sim
Ensino de História Pátria e Geografia?	Sim

⁹ Eliminados, é uma palavra encontrada em vários mapas e relatórios escolares analisados, entretanto, não sabemos ao certo o seu significado, se está relacionada a desistências de alunos, se foi o professor que pediu que estes alunos saíssem da escola ou se eram reprovados, nenhum dos documentos usados na pesquisa, menciona de forma específica qual o sentido aplicado à palavra.

Ensino de Ciências Naturais?	Sim
Guardados e colecionados trabalhos escritos?	Sim
Quais datas nacionais que foram comemoradas?	Dia 07 de setembro e 15 de novembro

Fonte: Arquivos Públicos do Paraná, AP 2320 v. I, 1922.

Na mesma pasta encontramos outros documentos da mesma escola, que apresentava mais dados da ficha, provavelmente, a ficha síntese da relação de alunos matriculados na escola. Nessa ficha outras informações foram registradas, como questões de saúde, filiação e idade dos alunos, conforme apresentamos abaixo.

Documento 03: Estatística de Alfabetização da Escola Federal de Palmas (General Carneiro), Professora Henedina Cardoso Da Cunha, ano de 1922.

Esta das alunas da escola de General Carneiro que entraram analphabeta em 1922 e que aprenderam a ler, escrever e contar.

Nome da alumna	Edade	Data da matricula	Nome do pae
Olga Wolf	8	16 de Abril	João Wolf
Esther Maria Fuchs	12	" " "	Augusto Fuchs
Maria Fuchs	10	" " "	Augusto Fuchs
Esther Maria Fuchs	12	" " "	Augusto Fuchs
Olga Fuchs	10	" " "	Augusto Fuchs
Henriette Fuchs	10	" " "	Augusto Fuchs
Maria Fuchs	8	17 " "	Augusto Fuchs
Maria Fuchs	10	" " "	Augusto Fuchs
Anna Fuchs	12	" " "	Augusto Fuchs
Anna Fuchs	11	11 " "	Augusto Fuchs
Maria Fuchs	13	" " "	Augusto Fuchs
Henriette Fuchs	8	22 " "	Augusto Fuchs
Colla Fuchs	10	6 " julho	Augusto Fuchs
Maria Fuchs	12	12 " Outubro	Augusto Fuchs
Maria Fuchs	8	8 " Novembro	Augusto Fuchs
Emma Fuchs	10	" " "	Augusto Fuchs
Maria Fuchs	11	" " "	Augusto Fuchs

Fonte: Arquivos Públicos do Paraná, AP 2320 v. I, 1922.

Documento 04: Estatística de Alfabetização da Escola Federal de Palmas (General Carneiro), Professora Henedina Cardoso Da Cunha, ano de 1922 – Sequência.

1922

... particular

... particular proxima á vossa? *Sim*

... professor estrangeiro ou brasileiro? *Sim*

... estrangeiro, fala o portuguez e ensina essa materia? *Sim*

Estado sanitario

... gozam saude? *Sim*

... recebeu visitas do medico desta Inspectoria ou da Prophytaxis Rural? *Não*

Quando? *~*

medidas? *~*

medicamentos? *~*

doença que reinou durante o anno? *~*

Dados relativos ao professor

... deito no lugar? *Sim*

... alguma queixa a fazer? *Não*

Data *20 de Novembro de 1922*

Assignatura *Henedina Cardoso da Cunha*

NOTA: — A frequencia média é tirada do seguinte modo: Somam-se as frequencias médias de todos os mezes e divide-se o total pelo numero mezes em que funcionou a escola.

Fonte: Arquivos Públicos do Paraná, AP 2320 v. I, 1922.

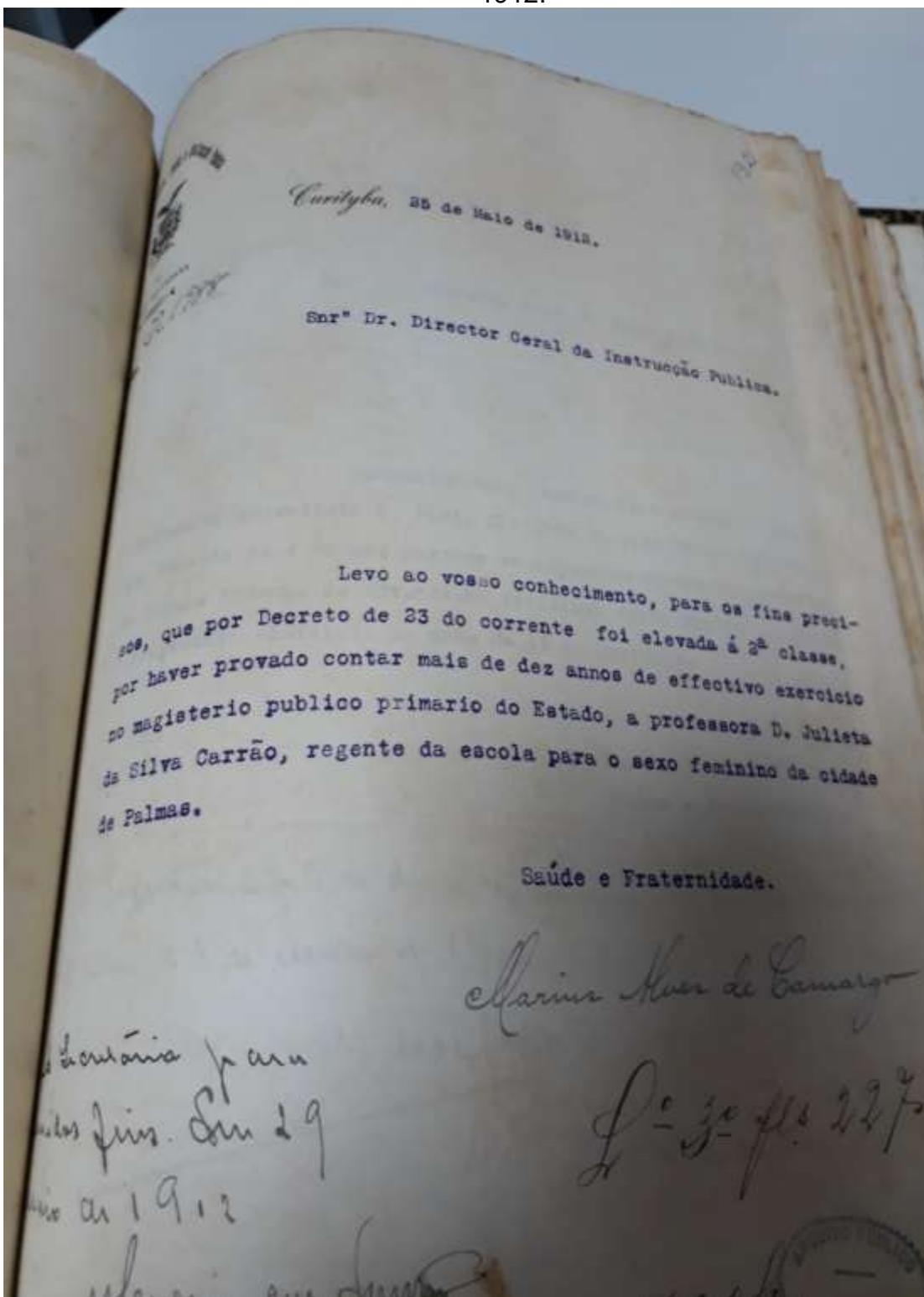
Nestes documentos, os professores eram questionados, se existiam escolas particulares próximas a sua escola, se existiam professores e se estes falavam ou lecionavam português. Questionava-se também, se todos os alunos estavam bem de saúde, se não havia alguma doença, por fim, se o professor estava satisfeito ou tinha alguma queixa. Alguns destes documentos apresentam a forma como a frequência escolar deveria ser medida, somando-se a quantidade de frequência, dividida pela quantidade de meses de aula.

Ao todo, foi levantado aproximadamente 12 mapas escolares do município de Palmas, 15 relatórios que eram enviados aos presidentes de Estado, geralmente escritos por Inspectores de Instrução Pública do interior, alguns ofícios, que geralmente eram pedidos de mobília, solicitação de licença, pagamentos entre outros assuntos.

De fato, as fontes documentais nos permitem retratar um panorama da história da instrução pública, pois são registros de ações humanas que marcaram o percurso da história, mesmo que sem a intenção. Dentre os documentos coletados, os Mapas Escolares foram importantes fontes de informações, sendo possível identificarmos diversos documentos históricos que podem nos ajudar a compreender o processo de escolarização da região Sudoeste do Paraná, mas também, localizamos outros documentos que permitem registrar essa história.

No ano de 1912, por Decreto, foi elevada à categoria de 2ª classe, a professora Julieta da Silva Carrão, por ter mais de dez anos de exercício de magistério na cidade de Palmas. Esta professora, provavelmente já trabalhava na região desde os meados de 1900. A seguir, figura da certificação de tal elevação:

Documento 05: Certificação de elevação a 2ª classe por tempo de experiência no exercício do magistério da professora Julieta da Silva Carrão, da Vila de Palmas-PR, 1912.



Fonte: PARANÁ, OFFICIOS, 1912, v.11, A.P. 1430, p.192.

Esse foram alguns dos tipos de documentos que tivemos acesso e que nos ajudaram a construir essa narrativa histórica.

3.3. A Instrução Pública no Sudoeste do Paraná

Durante a pesquisa, conforme relatado no início deste capítulo, tivemos dificuldades de permissão de acesso aos locais que estão guardados estes documentos nos municípios de Palmas e Clevelândia, únicos da região na época. Em função de ser o primeiro município da região, Palmas foi o município onde encontramos mais registros documentais. Desse modo, é evidente que trouxemos mais dados sobre a escolarização no município de Palmas, mas fizemos um esforço para levantar e analisar os dados da escolarização no município de Clevelândia e, assim cobrir todo o território do atual Sudoeste do Paraná, como proposto nesta pesquisa.

Conforme indicado no quadro a seguir podemos ter uma síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares no município de Palmas entre os anos de 1894 a 1916.

Quadro 07: Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em Palmas, entre 1894 a 1916.

Ano	Número de escolas	Ano	Número de matrículas
1894	3	1894	-
1896	3	1895	82
1903	5	1906	120
1906	3	1912	122
1914	5	1914	363
1916	16	1916	-

Fonte: MULLER, 2021, p. 128.

Como já foi enfatizado, nossa pesquisa busca cobrir todo o Sudoeste do Paraná. Até 1892, todo o território sudoestino pertencia à Palmas, mas com a emancipação da vila de Bela Vista de Palmas/Clevelândia em 1892, o território palmense foi restringido, pois a maior parte do Sudoeste passou a pertencer a Bela Vista de Palmas/Clevelândia.

Nas análises documentais dos municípios da região Sudoeste do Paraná, encontramos arquivos especialmente dos anos de 1890, 1894, 1897, 1905/6, 1909, 1918, 1920, 1921, 1923, 1927, 1929 e 1930. São Mapas Escolares e relatórios, que apresentam dados diversificados sobre o município de Palmas e Clevelândia, com a indicação das suas respectivas vilas e distritos que tinham escolas em funcionamento. Dados que nos trazem informações sobre o quadro de professores, quantidade de

alunos matriculados nas escolas e grupos escolares, apresentando muitas vezes, as localidades que se situavam estas escolas entre outros dados.

Um dos primeiros documentos encontrados, foi o Mapa Escolar de 1890, da Escola do sexo masculino da vila de Palmas, dirigida pelo professor João Manoel Cunha Sobrinho, juntamente com outras mensagens enviadas ao presidente de Estado.

Entre os documentos, um que chamou nossa atenção, foi a descrição sobre o local onde estava inserida a escola e o pedido que o professor João Manoel Cunha Sobrinho fez para o presidente de Estado. O pedido era a concessão para construção de uma casa escolar nova. Este pedido, ocorreu porque a escola estava muito próxima da divisa com territórios até então, da República Argentina. O professor relatou que estava recebendo visitas de moradores da República vizinha, moradores estes, interessados em sua Instrução com a intenção de se mudarem para a Vila de Palmas, conforme apresentado no trecho a seguir, retirado do documento escrito pelo professor João Manoel Cunha Sobrinho:

Estando esta Escola situada em um lugar que se acha fronteira com a República Argentina, penso não ser descartada a ideia que tenho de, às expensas de donativos que vou solicitar, construir uma casa escolar, completamente mobiliada, e para esse fim, peço também o vosso valiosíssimo concurso, se julgares que a ideia é digna de levar avante, como penso no meu humilde entender, visto estarmos sendo visitados quase todos os dias por cidadão daquela República. (PARANÁ, Arquivo Público, AP, 0897, vol. 19, 1890, p. 66).

O professor concluiu o pedido reforçando a necessidade de ser realizado o concurso para efetivá-lo, sendo, segundo ele, um motivo de gratidão para com os habitantes da região e dos seus futuros cidadãos (PARANÁ, Arquivo Público, AP, 0897, vol. 19, 1890, p. 66).

No Mapa Escolar entregue ao presidente do Estado, o Professor João Manoel Cunha Sobrinho, apresentou a quantia de 40 alunos matriculados na escola no ano de 1890, estava esperançoso para que no ano subsequente (1891) este número aumentasse. Entretanto, neste mesmo documento, o professor relata a dificuldade e resistência dos pais de enviarem seus filhos à escola (PARANÁ, Arquivo Público, AP 0906, vol. 28, 1890, p. 18).

A problemática de resistência dos pais em matricularem seus filhos nesse período histórico do Brasil e no Paraná, já foi discutida nos capítulos anteriores. Vários

presidentes do Estado relatavam sobre a Instrução Pública do interior, apresentando os números reduzidos de matrículas e supostos motivos para o baixo número de matriculados.

Diferente da resistência dos pais em matricular seus filhos, por precisarem destes no trabalho, o argumento utilizado neste Mapa Escolar, foi o de que os pais não tinham materiais escolares, pois não encontravam a venda e quando encontravam, os valores eram exorbitantes, incompatíveis com o nível de pobreza que se encontravam a maioria das famílias que na região viviam.

Outra queixa do professor, era o alto número de faltas que chagavam a 1442 faltas entre os alunos. Para ele, o aluno faltar 2 ou 3 dias causam muitas percas no aprendizado. Além destas queixas, o professor descreve que necessitou retirar 3 alunos da escola por serem incapazes de aprender em decorrência do comportamento deles. Conforme mostrou Professor João Manoel Cunha Sobrinho:

Pelo mesmo mapa vereis, nas observações, que retiramos da escola três alunos, que julguei em incapazes de aprender e que seus péssimos comportamentos me induziram a que solicitasse dos respectivos responsáveis as suas retiradas, em benefício dos demais alunos, favorecendo estes que espero, se for, vos aprovados (PARANÁ, Arquivo Público, AP, 0897, vol. 19, 1890, p. 66).

Por fim, completa, pedindo ao Presidente do Estado que fossem enviados livros didáticos dedicados a Instrução primária, pois, assim como materiais escolares eram difíceis de serem encontrados na região, seus preços eram exorbitantes.

Além do Mapa Escolar, foi enviado documento informativo sobre o evento de encerramento do ano letivo, o qual foi lavrado em ata na presença de outros funcionários públicos e registrado a assinatura dos participantes. Por meio deste documento, foi descrito a cerimônia, os acontecimentos e alguns dados sobre a situação o desempenho escolar dos alunos e das condições da escola. Na ata, foi descrito os participantes da reunião, sendo eles, o Juiz da Comarca de Palmas, o Juiz de Direito e o Juiz de intendência. Além dos juízes, no evento estavam os 35 alunos da escola e seus os responsáveis. Estes alunos participaram dos exames escolares e eram divididos em 3 classes, sendo subdivididos em 2 turmas, denominadas: Atenas e Esparta. Segundo o documento, a divisão era para a verificação do aproveitamento destes alunos.

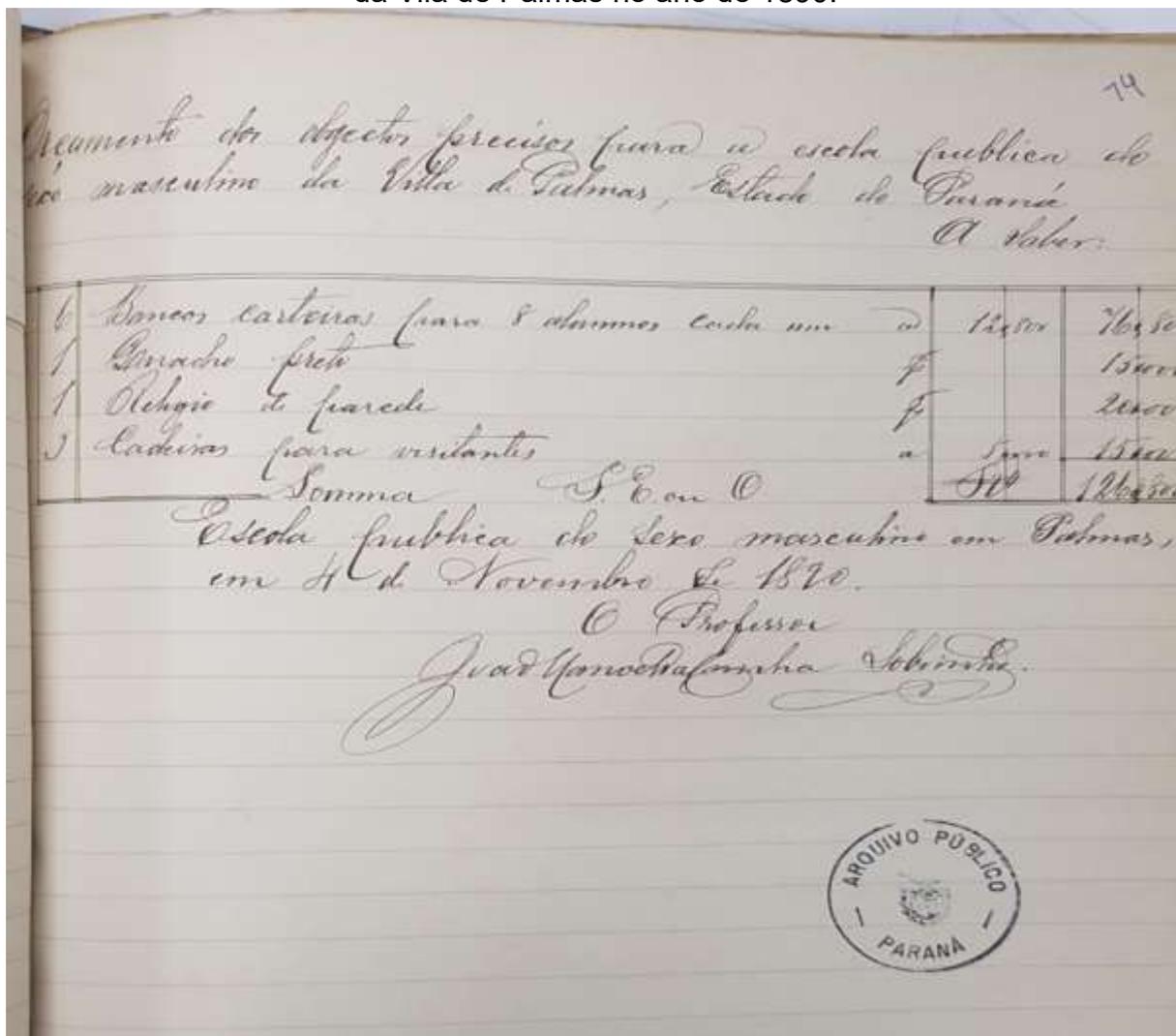
A ata aponta que o aproveitamento dos alunos foi bastante satisfatório no decorrer dos 7 meses de aula, que se iniciaram em maio de 1890 e terminaram em dezembro do mesmo ano. Os registros indicam que os alunos a partir dos 7 anos aprenderam Leitura e Escrita, aritmética, gramática, contabilidade (aritmética) e prática verbal, conteúdos que segundo o professor, eram adequados a terceira série e respeitavam os limites da idade dos alunos. (PARANÁ, Arquivo Público, AP 0926, Vol. 28, 1890, p.20).

Neste mesmo ano de 1890, encontramos dentre os documentos levantados, o pedido de nomeação, encaminhado pelo Professor João Manoel Cunha Sobrinho ao Superintendente Geral de Ensino, Vicente Machado da Silva Lima, solicitando sua nomeação oficial como Professor na escola em que atuava. No pedido está descrito que o Professor foi habilitado a atuar, após prestar exames na Congregação da Escola Normal. Reforçando que ele tinha em sua escola, 40 alunos, destes 34 frequentavam a Escola. (PARANÁ, Arquivo Público, AP 0926, Vol. 19, 1890, p.38).

Além do pedido de nomeação, foram enviadas duas solicitações feitas pelo professor João Manoel ao Superintendente Geral de ensino, pedindo que fossem providenciadas mobília para sua escola. O professor reforçou várias vezes em seus pedidos a necessidade dessa mobília, que já havia sido ignorada anteriormente. Argumentou que contava com uma boa quantidade de alunos, que mereciam a atenção do Estado, pois mobílias utilizadas na escola eram emprestadas de particulares. (PARANÁ, Arquivo Público, AP 0903, 1890, p. 75).

Juntamente com estes pedidos, o Professor enviou orçamento dos materiais necessários e seus respectivos preços, conforme figura a seguir:

Documento 06: Orçamento de mobílias e objetos para a Escola do Sexo Masculino da Vila de Palmas no ano de 1890.



Fonte: PARANÁ, Arquivo Público, AP 0903, Vol. 1, 1890.

Ao analisar um documento encontrado de 1892, do mesmo professor, ficou evidenciado dois anos depois, que as queixas sobre a mobília continuavam deixando-o muito desagradado, lastimando o desinteresse e a falta de atenção do Estado em relação a sua escola e a Vila de Palmas, no tocante a Instrução Pública. (PARANÁ. Arquivo Público, AP. 0963, Vol. 2, 1892, p.102-103).¹⁰

¹⁰ Uma evidência disso foi registrada no relatório do Superintendente Geral de Ensino Público do Estado Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva e apresentado ao Senhor Caetano Alberto Munhoz Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública em 1894: "As escolas públicas em geral acham-se mal providas de móveis, que ou são insuficientes, ou imprestáveis. Quotidianamente esta superintendência recebe reclamações de professores, pedindo mobília para a escolas e livros para distribuir aos alunos pobres. [...] A Lei número 42 de 12 de julho de 1892, criou em cada município uma caixa escolar a cargo das respectivas municipalidades, destinada ao fornecimento de mobília, livros para as escolas etc. Esta disposição de lei não me consta que tivesse sido executada pelas Câmaras Municipais que, autônomas, tem liberdade de ação, sem que o governo estatal possa lhes fazer imposição" (PARANÁ, Relatório anual de 1894, Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva. Secretário do Interior, justiça e Instrução Pública.

Quanto ao ano de 1894 encontramos os seguintes dados sobre a educação em Palmas.

Quadro 08: Resumo de escolas em Palmas-PR, ano de 1894.

Número de Escolas			Subvencionadas		Efetivas	
3			2		1	
Escola Sexo Masculino	Escola Sexo Feminino	Promíscua	Cidade	Vilas	Colônia	Bairro
1	1	1	0	2	0	1
Número de Professores			Despesas			
3			Vencimentos		Aluguel de casa	
			2:880\$000		300\$000	

Fonte: PARANÁ, Relatório de 1894a. Dados organizados pelo autor.

Sobre as escolas de Bela Vista de Palmas/Clevelândia, os primeiros dados oficiais encontrados também são referentes ao ano de 1894, mas encontramos registros de criação de escolas anterior a essa data, ainda quando a vila pertencia ao município de Palmas.¹¹ Bela Vista de Palmas se tornou município em 1892, e a partir de então, passou a aparecer nos relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. No relatório de 1894 apareceu a nomeação da professora Maria Madalena dos Santos Costa, na modalidade de escola Promíscua.

As escolas promíscuas eram aquelas em que estudavam ao mesmo tempo e no mesmo espaço meninos e meninas. Essas cadeiras eram regidas, quase que obrigatoriamente por professoras. O uso do termo “promíscuo” evidencia o grau de moralidade que baseava aquela sociedade, pois o simples contato de meninas e meninos na sala de aula já se constituía numa situação de possível imoralidades, pecaminosas¹².

A subvenção de escolas/professores era uma prática muito comum e legalizada no período. Conforme previa o regulamento da Instrução Pública de 1890, no seu

P. 53. 1894b). A citação demonstra que os Presidentes de Estado sabiam da situação precária das escolas, isto em 1894, porém, se olharmos ofícios depois de passar 10, 15 anos, os problemas persistiram e as mensagens de pedidos por mobílias continuavam. O Estado tentando solucionar criava licitações para distribuir mobílias gradativamente, mas sempre insuficientes.

¹¹ Pela Lei n. 787, de 1884, sancionada pelo presidente Brazílio Augusto Machado de Oliveira, foi criada duas cadeiras de ensino público primário do sexo feminino no município de Palmas, uma na cidade de Palmas e a outra na vila/freguesia de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista/ Bela Vista de Palmas. Pela lei n. 851 de 27 de novembro de 1886, a cadeira feminina da freguesia de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista foi declarada promíscua. (MIGUEL, 2000, p. 283 e 294).

¹² No Código de Ensino de 1915, o termo promíscuo deixou de ser empregado, passando a usar a denominação escola comum. Mas, conforme previsto no artigo 65, as escolas de meninos poderiam ser regidas por professor ou professora, já as escolas de meninas, só por professoras (PARANÁ, Código de Ensino de 1915, p. 17).

artigo 1º, § 2º, o Estado poderia firmar contrato anual com um determinado professor para ensinar as crianças em idade escolar, caso não houvesse professor efetivo na localidade. Se ao final do ano, o professor mostrasse resultados satisfatórios e, ainda não houvesse professor efetivo, o contrato poderia ser renovado (PARANÁ, Decreto n. 31, de 1890, p. 38). Nessa modalidade de escolas poderia frequentar alunos que os pais pagavam diretamente para o professor um valor mensal e de alunos, tidos como carentes, sendo o professor pago pelo Estado, para ensiná-los gratuitamente.

Localizamos também dados do ano de 1897, no relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná, José Pereira Santos Andrade, por Antônio Augusto de Carvalho Chaves, secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1 de setembro de 1897. Neste documento foram elaborados quadros sobre a Instrução Pública, apresentando professores nominados no Estado, quantidade de alunos em cada município ou vila, além de apresentar despesas e o nome dos Inspectores de ensino daquele ano. No documento aparece os municípios do Sudoeste, Bela Vista de Palmas/Clevelândia e Palmas.

No quadro 1 do documento referente aos Professores Primários do Estado do Paraná apresentam-se professores da Instrução Primária, descrevendo a localidade e município que atuavam, a data da nomeação e a data do exercício. Encontramos neste quadro, o nome de Maria Magdalena dos Santos Costa, professora no município de Bela Vista de Palmas (Clevelândia), sendo nomeada como professora efetiva em 08 de outubro de 1887 (PARANÁ, 1897, p. 694), tendo como data do Exercício iniciado no mesmo dia. Entretanto, o nome da Professora Maria Magdalena, já apareceu citado em requerimentos de 1892, deduz-se então, que ela era professora provisória e aguardava sua nomeação, que ocorreu somente em 1897. (PARANÁ. Arquivo Público, AP. 0963, Vol. 2, 1892, p.102-103).

Apareceu no quadro também, a professora Maria dos Anjos Cunha, da cidade de Palmas, que foi efetivada em 11 de abril de 1893, tendo como data do exercício, em 01 de maio de 1893. Por último, o Professor João Manoel da Cunha Sobrinho, da cidade de Palmas, foi nomeado em 29 de março de 1890, efetivado em 11 de janeiro de 1893, com data do exercício em 16 de janeiro de 1893 (PARANÁ, 1897. p. 694).

O relatório trouxe um resumo de escolas de instrução Primária do estado do Paraná, a partir dele, organizamos o quadro a seguir:

Quadro 09: Resumo de Escolas de instrução Primária dos municípios de Bela Vista de Palmas/Clevelândia e Palmas em 1897.

Município	Nº das Escolas	Sexos			Categorias			
		Masc.	Fem.	Promísua	Cidades	Vilas	Colônias	Povoado
Bela Vista de Palmas	1			1		1		
Palmas	4	1	1	2	2		2	

Fonte: PARANÁ, 1897, s/p. Dados organizados pelo autor.

Como estamos em busca de comprovação de escolarização da região Sudoeste do Paraná, outro dado interessante, diz respeito as despesas públicas, pois, se haviam gastos com a Instrução Pública nos municípios da região, existiam então, Escolas. Um outro quadro, ainda do documento de 1897, apresentou um demonstrativo de despesas com a Educação, nele apareceu Bela Vista de Palmas/Clevelândia com despesas referentes a apenas um professor e Palmas com 4 professores. O quadro abaixo reproduz essas despesas.

Quadro 10: Demonstrativo das Despesas com a Instrução Pública dos municípios de Bela Vista de Palmas/Clevelândia e Palmas em 1897.

Municípios	Professores	Vencimentos	Aluguel de Casa	Total
Bela Vista de Palmas (Clevelândia)	1	1:500\$000	120\$000	1:620\$000
Palmas	4	5:100\$000	420\$000	5:520\$000

Fonte: (PARANÁ. RELATÓRIO 1897, s/p. Dados organizados pelo autor.

Algo que chamou a atenção foram os diferentes salários entre as cidades do Estado, alguns municípios com a mesma quantidade de professores, entretanto, despesas de salários diferentes. No quadro a seguir, apresentamos dados de algumas cidades, que embora não sendo da região, servem como parâmetros de análise.

Quadro 11: Comparativo de Despesas com vencimentos dos professores entre alguns os municípios do Paraná em 1897.

Municípios	Professores	Vencimentos	Aluguel de Casa	Total
Bela Vista de Palmas	1	1:500\$000	120\$000	1:620\$000
Palmas	4	5:100\$000	420\$000	5:520\$000
Pirahy	4	4:200\$000	240\$000	4:440\$000
União da Victória	1	1:900\$000	120\$000	2:020\$000
Guaratuba	10	7:680\$000	240\$000	7:920\$000
Morretes	10	14:100\$000	900\$000	15:000\$000

Fonte: PARANÁ. s/p, 1897. Dados organizados pelo autor.

Frente a estes dados ficam algumas indagações sobre o motivo destas diferenças entre as despesas de cada município. Estariam relacionadas aos custos de vida diferentes entre as cidades? Estava relacionada a formação destes professores? Se eram efetivos, concursados ou apenas provisórios? Ou se referia ao tamanho/categoria da cidade/vila? A destinação das verbas seguia alguma regra? Enfim, são perguntas que gostaríamos de tê-las respondidas, mas no momento ficam mais como curiosidade.

No relatório de 1897 apareceu um quadro com os dados dos Inspectores de Ensino de todo o Estado do Paraná. Nesse quadro foi registrado o nome de José Cesar Almeida, como inspetor do município de Palmas, nomeado em 23 de agosto de 1897. O relatório não indicou a existência de inspetores no município de Bela Vista de Palmas/Clevelândia naquele ano.

Em relatório referente ao ano de 1905, encontramos novos dados. No quadro demonstrativo dos Professores Públicos Primários do Estado, encontramos mais dois professores nomeados para o município de Bela Vista de Palmas/Clevelândia. Encontramos os nomes da professora D. Maria José d'Oliveira, com data de 18 de março de 1896, e entrada em exercício em 1 de abril de 1896 e do Professor Eugênio dos Santos Justem, nomeado em 26 de maio de 1896, com data de exercício em 1 de junho de 1896 (PARANÁ, 1906, p. 412).

No quadro demonstrativo de Professores Primários do município de Palmas, referente ao ano de 1905, encontramos os nomes dos professores: D. Maria Magdalena dos Santos Costa, lotada na vila de General Carneiro, D. Maria Rita de Mendonça, lotada na cidade de Palmas e Pedro Carli, também em Palmas. O documento registrou que havia escola nas vilas de Xanxerê, Passo Bormam e Mangueirinha, mas não trouxe o nome dos professores.¹³

Quadro 12: Demonstrativo dos Professores Públicos Primários dos municípios de Bela Vista de Palmas/Clevelândia e Palmas em 1905.

Professor	Normalistas	Efetivos	Localidade
Maria Magdalena Dos Santos Costa	-	-	General Carneiro
Maria Rita de Mendonça	sim	-	Cidade de Palmas
Pedro Carli	-	-	Cidade de Palmas
Não Identificado			Xanxerê

¹³ Nos dados sobre Palmas aparece vários registros sobre escolas em vilas, que atualmente são municípios do Estado de Santa Catarina. Só para lembrar, até 1916 (Fim da Guerra do Contestado e delimitação da divisa entre PR e SC), parte bem expressiva do atual território catarinense pertencia ao município de Palmas.

Não Identificado			Passo Bormam
Não Identificado			Mangueirinha
Maria José de Oliveira	-	Sim	Bela Vista/Clevelândia
Eugenio dos Santos Justem	-	Sim	Bela Vista/Clevelândia

Fonte: PARANÁ, 1906, p. 75 e 80. Dados organizados pelo autor.

Ao analisarmos o relatório anual apresentado ao presidente de Estado Dr. Francisco Xavier da Silva em 1909, escrito pelo Secretário do Interior, justiça e Instrução pública, Coronel Luiz A. Xavier, encontramos um quadro com os conteúdos que deveriam ser ensinados nas escolas Públicas do Paraná. Os dados estão separados por cursos do Ensino Primário e Secundário. No ensino Primário, existiam a divisão em Curso Infantil, Elementar e Complementar. Já o Ensino Secundário, era dividido em Escola Normal e Ginásio Paranaense.

Quadro 13: Conteúdo do Ensino Primário: distribuição das disciplinas no Curso Infantil, Elementar e Complementar.

Curso Infantil	Ensino Moral -	Veneração
	Desenvolvimento dos instintos simpáticos	Bondade
		Apego
	Ensino Estético -	Poéticos
	Exercícios Rudimentares	Fônicos
		Plásticos
Curso Elementar	Português: Leitura, exercícios gramaticais por indução, exercícios de redação e composição, escrita e caligrafia.	
	Aritmética: Prática das 4 operações sobre números inteiros e fracionários, noções sobre números e sistemas de numeração.	
	Geometria: Noções fundamentais e conhecimento das principais formas geométricas, desenho a mão livres e geométrico.	
	Noções Rudimentares de Física, Química e História Natural, suficientes para suas aplicações aos principais rudimentos de higiene e agronomia.	
	Prática de Agronomia.	
	Noções de Geografia Geral e do Brasil, especialmente do Paraná.	
	Fatos principais da História do Brasil, especialmente do Paraná.	
Curso Complementar	Português – Estudo completo e francês.	
	Aritmética - Estudo completo.	
	Geometria: Noções fundamentais e estudos das principais formas geométricas. Desenho geométrico.	
	Álgebra: Noções fundamentais, resolução das equações de 1º grau. Seguida das teorias das proporções e suas aplicações às regras de três, juros e companhia.	
	Noções de geografia geral e do Brasil, especialmente do Paraná.	
	Noções de História do Brasil, especialmente do Paraná.	
	Conhecimento dos princípios básicos da Constituição Federal e estadual e principais direitos e deveres do cidadão.	

	Noções fundamentais de Física, Química, mineralogia, Botânica, zoologia, agronomia e higiene.
	Noções de escrituração Mercantil.
	Música vocal.
	Trabalhos Manuais.
	Exercícios estéticos de recitação e canto.
	Exercícios físicos moderados.

Fonte: PARANÁ, 1906, Anexos, p. 01A. Dados organizados pelo autor.

Conforme visto no quadro acima, a Instrução Primária apresentava três níveis: infantil, elementar e complementar. Pelos dados coletados, tudo evidencia que na região Sudoeste, no período só havia o ensino elementar.

Ficou claro que o currículo escolar contemplava várias áreas do conhecimento e a grade deveria ser seguida em todo o território Paranaense. Nos relatórios e mapas escolares apresentados mais a frente, fica claro que a cobrança maior por parte dos professores e do estado, concentrava-se no aprender a ler e escrever, aritmética com as quatro operações, embora nos Mapas Escolares aparecessem questionamentos a serem respondidos pelos professores, referente ao ensino de Geometria, História e Geografia, entre outras disciplinas.

O quadro 13, apresentado acima, nos remete ao que já descrevemos no primeiro capítulo, de um sistema de ensino mais rigoroso, sistemático, com teor científico, e isto já fica visível justamente por ter esse quadro de conteúdos descritos como requisitos curriculares, que contemplavam conteúdos específicos de Física, Biologia, Química, noções de Política e financeira, por exemplo. No ensino elementar e complementar não apareceu menção a conteúdos de caráter moral ou religioso. De fato, ao analisar os documentos percebemos que nem sempre era assim o funcionamento, principalmente em escolas mais isoladas, que acabam tendo o ensino voltado ao ler e escrever e noções básicas de aritmética.

No mesmo Relatório apresentado ao presidente de estado, em 1909, os Inspectores de Ensino elaboraram um Mapa Escolar das escolas públicas e particulares com dados coletados em 1909. Nele aparecem dados sobre os municípios de Palmas e Clevelândia, com seus respectivos alunos, se era escola pública, subvencionada ou particular, escola masculina, feminina ou promíscua, além da frequência média.

Sobre Palmas, os dados registram a existência de 2 escolas masculinas, 1 feminina e 1 promíscua, ou seja, 4 escolas. Os alunos matriculados eram 120 alunos

e 64 alunas, totalizando 184, com frequência média de 124 alunos. Destas escolas, 3 eram públicas e 1 particular. (PARANÁ, 1909, p. 04A).

Já no município de Clevelândia constam 3 escolas, 2 escolas masculinas e 1 feminina. Das 3 escolas, 2 eram públicas e 1 particular. Não é apresentado a quantidade de alunas da escola feminina, sendo apresentado apenas a quantidade de 46 meninos matriculados, com frequência média de 35 alunos (PARANÁ, 1909, p. 04A).

Neste mesmo ano, o relatório indica que foram criadas várias cadeiras. Em Palmas foram 11 cadeiras, sendo 9 promíscuas, 1 feminina e 1 masculina. Foram ocupadas 3 cadeiras, restando 8 cadeiras vagas. Em Clevelândia também foram criadas cadeiras, ao todo foram 4 cadeiras, sendo 3 promíscua e 1 masculina, ocupadas 2 cadeiras, restando 2 cadeiras vagas (PARANÁ, 1909, p. 108).

Essas escolas criadas no ano de 1909, possivelmente não chegaram a se efetivar, pois, nos anos seguintes, o número de escolas não cresceu significativamente, como evidenciado mais adiante.

Um documento que nos chamou muito a atenção foi o ofício enviado ao Coronel secretário do Interior, datado de 10 de setembro de 1909. Neste documento encontramos dados sobre o Povoado de Barracão, afirmando ter sido encontrado no povoado, 30 crianças brasileiras, que procuravam instrução em território Argentino. Conforme descrito no trecho retirado do documento de 1909:

Informa o Sr. Prefeito de Clevelândia em ofício [...], que, visitando o povoado de Barracão, encontrou uma população escolar de 30 crianças brasileiras que procuram instruir-se n'uma escola argentina, em território argentino, e isso por que aquela zona está desprovida de escola pública onde a infância possa receber os primeiros ensinamentos da língua pátria (PARANÁ, 1909, Ofício Anexo ao Relatório, p. 6).

Foi solicitado nesse ofício a criação de escolas nessa região fronteiriça, para que as famílias que nela viviam pudessem ter acesso ao ensino da língua oficial do país, adquirissem conhecimentos específicos, costumes, história e geografia, dos fatos gloriosos do País, sem que precisarem recorrer ao país vizinho. Conforme descrito no ofício:

E desde que uma nacionalidade só se julga bem firmada e definida quando todos os seus filhos, pela instrução e pelos ensinamentos

quotidianos, conhecem a sua língua, os seus costumes e os fatos curiosos de sua história, são evidentes que devemos concorrer para ultimar tal consolidação, envidando os meios ao nosso alcance, capazes de fazer chegar a tal desideratum (PARANÁ, 1909, Ofício Anexo ao Relatório, p. 6).

O documento enfatizou ainda, que ao professor era incumbido a ministração dos primeiros conhecimentos da nossa língua, passar às sensíveis corações das crianças daquela região e de outros pontos semelhantes; mostrar-lhes a vossa força, os fatos passados, digno da nossa história e a posição do país como potência vasta, unida, uniforme e civilizada no grande concerto das nações que dominavam o Brasil (PARANÁ, 1909, Ofício Anexo ao Relatório, p. 6).

Ao final do documento foi solicitado que a cadeira promíscua de Barracão, criada pela lei nº 788, de 22 de abril de 1908, fosse feita sua conversão para masculina, nomeando para regê-la, o professor Virgílio Ferreira. Essa proposição não se efetivou. Todavia, o documento confirma que já havia escola em funcionamento do lado argentino e que já havia demanda por escola na região de Barracão em 1909.

No relatório do ano de 1913, apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos pelo diretor geral da pasta de Instrução Pública, Francisco R. de Azevedo Macedo anexo ao relatório do presidente do Estado, Cláudio Cavalcante de Albuquerque, encontramos novos dados sobre a educação na região. Neste documento, foi registrado dados sobre os professores de Palmas. O professor efetivo Virgílio Ferreira, indicado para assumir a escola em Barracão, em 1909, ministrava a aula masculina na cidade de Palmas. Por ser professor normalista, recebia a remuneração de 2:800\$000, mais o aluguel de casa de 180\$000. A outra professora Helena Vilanova, que ministrava aulas em uma classe Feminina, na cidade de Palmas e o Professor Pedro Carli, que ensinava em Xanxerê. O professor João José Gonçalves tinha contrato provisório e ministrava aula em General Carneiro.

Em Palmas, naquele mesmo ano havia vários professores particulares que eram subvencionados pelo Estado para ensinarem alunos carentes. Nessa modalidade de escolas subvencionadas poderia haver alunos que os pais pagavam diretamente para o professor um valor mensal e outros que o Estado pagava ao professor um valor fixo mensal. Os professores subvencionados indicados no relatório eram os seguintes: Emiliano Prudêncio de Oliveira, que ensinava em Generosópolis, Maria Francisca Chichorro, que lecionava no Chopim, Marcolina Rodrigues do Amaral

e Fabiano José Rodrigues, que ensinavam no Passo do Borman, Saturnino de Oliveira Rosa, que leccionava no Rio Bonito e Procópio da Silva Castro, que ensinava em Catanduva.

Quanto ao número de alunos os números eram os seguintes: nas escolas efetivas eram 89 meninos e 45 meninas, totalizando 131 alunos. Nas escolas subvencionadas eram 130 meninos e 34 meninas, somando 164 alunos. No total, o município contava com 295 crianças que recebiam a instrução pública. (PARANÁ, 1913, diversas páginas).

Quanto ao município de Clevelândia, os dados do ano de 1913 eram os seguintes. Os professores efetivos eram: Maria José de Oliveira Toledo e Eugênio de Almeida, que lecionavam na sede. Havia também o professor subvencionado, Domingos de Souza Machado, que ensinava em Antas. Os professores efetivos ensinavam 82 meninos e 31 meninas, totalizando 116, já o professor subvencionado ensinava 30 meninos. (PARANÁ, 1913, diversas páginas).

Segundo Muller, em 1914, Palmas contou com a fundação do primeiro o Grupo Escolar, que recebeu o nome de Coronel Domingos Soares e passou a funcionar, de modo provisório em uma residência do prefeito municipal (2021, p. 129).

Nesse período a problemática da necessidade de mobílias ainda continuava presente em vários ofícios e mensagens enviadas ao governo. Era de conhecimento público das autoridades educacionais, tanto que os próprios inspetores de ensino detalhavam em seus relatórios tais problemas, que se arrastavam durante os anos. O fato da dificuldade de haver escolas com estrutura de mobílias e livros, ficou nítido em um ofício de 1914. Pelo ofício foi solicitado mobília nova para uma escola não fechar suas portas. Por telegrama, o professor Virgílio Ferreira, da cidade de Palmas-PR, comunicou que havia suspenso as aulas da escola pública que dirigia, por absoluta falta de mobília. O professor só conseguiu abrir a escola novamente alguns dias depois, graças ao Inspetor de Ensino Augusto de Souza Guimarães, que, com muita dificuldade, conseguiu emprestado da escola mantida pelos Franciscanos¹⁴, sete bancos carteiras por espaço de poucos dias, ou seja, temporários. De modo, que o professor se viu obrigado a pedir novamente, que fosse providenciado novas mobílias, para que não tivesse de novo na contingência de suspender suas aulas, o que

¹⁴ No levantamento da documentação não conseguimos mais informações sobre esta instituição mencionada no referido ofício de 1914.

acarretariam sérios prejuízos aos alunos de sua escola (PARANÁ, Arquivo Público, AP 1526, Vol. 09, 1914, p.183).

A partir de 1916, alguns quadros escolares contidos nos relatórios, começam a especificar melhor as localidades em que as escolas estavam situadas. O relatório de 1916 descreveu localidades que atualmente são municípios do PR e SC, mas que no período, estavam em territórios pertencentes a Palmas e a Clevelândia, tais como: Barracão, Mangueirinha, General Carneiro, Xanxerê, São Lourenço e Campo Erê. Vejamos o quadro abaixo organizado a partir do relatório de 1916.

Quadro 14: Lista de Professores da região Sudoeste do Paraná e suas respectivas localidades em 1916.

Municípios	Localidade	Nome do professor	Cadeira de Escola	Categoria
Clevelândia	Villa	Maria José de Oliveira Toledo	Feminina	2º ano
	Villa	Hypolito Michaud Junior	Masculina	Provisório
	Barracão	Joaquim Antônio Prestes	Masculina	Provisório
	Gramados	Manuel Antonio Vieira	Masculina	Subvencionada
	São Lourenço	Eugênio Caetano Pinto	Masculina	Subvencionada
	Campo Erê	Firmino Ribeiro Leal	Masculina	Subvencionada
Palmas	Antas	Domingos de Souza Machado	Masculina	Subvencionada
	General Carneiro	Francisco Saboya Nogueira	Masculina	Provisório
	Papanduca	José de Oliveira Penteadado	Masculina	Provisório
	Mangueirinha	Hercillia França do Nascimento	Mista	Não Informado
	Mangueirinha	Manoel Caetano Pinto	Masculina	Provisório
	Xanxerê	Pedro Carli	Masculina	2º ano
	Villa	Maria Nonesia ribas	Feminina	Provisório
	Passo de Bormann	Marcolina Rodrigues do Amaral	Mista	Provisória
	Villa	Vírgilio Ferreira	Masculina	Não Informado
	Herval	João Floriano de Athalayde	Masculina	Provisório
	Rio Bonito	João Jean Gonçalves	Masculina	Provisório
	Passo de Bormann	Fabriciano José Rodrigues	Masculina	Provisório
	Faxinal de irany	Affonso Goetting	Masculina	Provisório
	São Bentinho	Pedro Brito Bittencourt	Masculina	Provisório
	General Carneiro	Theotonio de Oliveira Silvério	Masculina	Provisório
	Villa	Anna da Silva Vieira	Feminina	Provisória
Villa	Karnac Petrelli	Feminina	Efetiva	

	Marco Cinco	Simão Vsttink	Masculina	Subvencionada
	Catanduva	Theophilo Costa	Masculina	Subvencionada
	Chopim	Maria Francisca Chichorro	Feminina	Subvencionada

Fonte: PARANÁ, 1916. Dados organizados pelo autor.

Neste quadro, os professores Francisco Nogueira, José Penteado, Marcolina Amaral e Karnac Petrelli, foram exonerados através dos decretos 03/04, 28/10, 12/01 e 25/04 de 1916 (PARANÁ, 1916, p. a10). As subvenções aos professores ocorreram a partir da Lei nº 1560, de 14 de março de 1916 (PARANÁ, 1916, p. a17).

O relatório de 1916, também trouxe dados relevantes sobre a escolarização da população infantil do município de Palmas. A partir deles construímos o quadro abaixo. Fica possível verificar que entre as 277 crianças, 130 não recebiam instrução. O motivo dos meninos ausentes era em decorrência de não haver cadeiras suficientes. Já para as meninas, a não frequência se dava por resistência das famílias. Os números mostram que quase a metade dos filhos das famílias de Palmas não frequentavam as escolas.

Quadro 15: Alunos matriculados e não matriculados no município de Palmas em 1916.

Crianças matriculadas em escolas Públicas			Crianças Matriculadas em escolas Particulares			Crianças que residiam dentro do perímetro da obrigatoriedade			Total de Crianças que recebem Instrução			Total de Crianças que não recebem Instrução		
M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
66	28	94	28	25	53	62	68	130	94	53	147	62	68	130

Fonte: PARANÁ, 1916, p. A10. Dados organizados pelo autor.

No levantamento, só foram computadas as crianças que moravam nas proximidades das escolas, cujos pais ou responsáveis deveriam cumprir a lei de obrigatoriedade escolar¹⁵. As que moravam a uma distância superior a três quilômetros das escolas não fizeram parte dessa contagem. Devemos lembrar também as dificuldades em encontrar materiais, a pobreza das famílias e a

¹⁵ Conforme disposto no Código de Ensino do Estado do Paraná de 1915, no seu artigo 49, excetuavam-se dessa obrigatoriedade as crianças que moravam a mais de três quilômetros das escolas urbanas, suburbanas, rurais ou ambulantes. Estavam desobrigadas também as crianças com deficiência, as que provassem que já dominavam os conhecimentos ensinados nas escolas e as que comprovassem frequência em escolas particulares. (PARANÁ. Código de Ensino de 1915, p. 14).

necessidades de ajuda dos filhos nos trabalhos, como motivos para justificar essas ausências.

O relatório anual escrito ao final de 1918, elaborado por Enéas Marques dos Santos ao Presidente de Estado Affonso Alves de Camargo trouxe dados incompletos sobre o quadro de professores de Clevelândia e Palmas, mas, indica o aumento das escolas na vila de Mangueirinha (pertencente a Palmas). Conforme indicado no quadro a seguir.

Quadro 16: Alguns Professores da região Sudoeste do Paraná em 1918.

Municípios	Localidade	Nome do professor	Cadeira de Escola	Categoria
Clevelândia	Villa	Maria José de Oliveira Toledo	Feminina	3º ano
	Villa	Hypolito Michaud Junior	Masculina	1º ano
Palmas	Cidade	Virgílio Ferreira	Masculina	1º ano
	Cidade	Dulce de Barros	Feminina	1º ano
	Mangueirinha	Hercillia França do Nascimento	Mista	1º ano
	Mangueirinha	Manoel Caetano Pinto	Masculina	Provisório
	Mangueirinha	Pedro Carli	Masculina	2º ano

Fonte: PARANÁ, 1918. Dados organizados pelo autor.

Outra informação relevante no relatório de 1918 foi sobre as escolas que já haviam sido criadas, algumas já haviam funcionado por um tempo, outras ainda não, estando, portanto, vagas, ou seja, não havia professores para regê-las. No município de Clevelândia apareceu as seguintes localidades: na cidade de Clevelândia, Campo Erê, Dionísio Cerqueira, São Domingos, Marco, Barracão, São Lourenço, Gramados, Pato Branco, Bom Retiro, Santa'Ana e Santo Antonio. Esse dado evidencia, que na região, já havia várias vilas se formando (PARANÁ, 1918).

No relatório de 1921, do secretário Geral de Ensino, Cesar Pietro Martinez, encontramos outras informações. Segundo o documento, em Clevelândia havia 135 alunos matriculados em 2 escolas isoladas, destes alunos, 49 eram alfabetizados e 79 analfabetos. Estas escolas isoladas ficavam na vila de Clevelândia; uma, regida pelo Professor Joaquim Antônio Prestes, com 57 alunos matriculados, 24 analfabetos e 10 alfabetizados e a outra localizada em Bom Retiro/Pato branco, aos cuidados do professor Eduardo Padilha Witt, tendo 29 alunos matriculados, dos quais 25 eram

analfabetos (PARANÁ, 1921). O fato novo nesse relatório foi o de que uma das escolas de Bom Retiro/Pato Branco, já havia sido provida de professor.

No município de Palmas, os registros indicam que havia 7 escolas isoladas, atendendo 275 alunos, 199 analfabetos e apenas 57 alfabetizados. Os dados estão sintetizados no quadro abaixo.

Quadro 17: Matrículas nas Escolas Isoladas de Palmas em 1921.

Localidade	Nome do professor	Matriculados	Analfabetos	Alfabetizados
Vila	Virgílio Ferreira	61	34	22
Vila	Anna S. V. Camargo	50	34	23
Vila	Lília Vianna de Araújo	22	22	0
Mangueirinha	Hercília França do Nascimento	35	14	9
Mangueirinha	Manoel Caetano Pinto	24	20	3
Covózinho	Maria dos Santos Motta	40	35	5
Campina	Maria Luiza de Oliveira	43	40	3
	TOTAL	275	199	65

Fonte: PARANÁ, 1921, s/p. Dados organizados pelo autor.

Ao realizarmos análises documentais em Curitiba-PR, no Departamento de Arquivos Públicos do Paraná, encontramos vários documentos internos as escolas, dentre eles destacamos um sobre uma Escola Subvencionada Mista de Mangueirinha. Neles constava o nome da Escola, Localidade, Professor, a quantidade de Matrículas, alunos que frequentavam, quantos não sabiam ler e, quantos saíram do referido ano alfabetizado, quantos foram eliminados, quais disciplinas trabalhadas, datas comemorativas. Organizamos esses dados no quadro que segue.

Quadro 18: Mapa da Escola Mista de Mangueirinha, município de Palmas, Professor Manoel França do Nascimento, ano de 1924.

Número total de Alunos Matriculados durante o ano	37 Alunos
Alunos Meninos	27 Alunos
Alunas Meninas	10 Alunas
Eliminados	0 Aluno
Existentes no fim do ano	37 Alunos
Destes, não sabiam ler	13 Alunos
Matriculados na 1º Série	13 Alunos
Matriculados na 2º Série	12 Alunos
Matriculados na 3º Série	12 Alunos
Alunos que aprenderam a ler durante o ano de 1924	7 Alunos
Frequência média anual	22 Alunos
Alunos fizeram exercícios de Caligrafia, ditado e composição?	Sim
Exercícios de Aritmética?	Sim
Ensino de História Pátria e Geografia?	Sim
Ensino de Ciências Naturais?	Sim

Guardados e colecionados trabalhos escritos?	Não
Quais datas nacionais que foram comemoradas?	Sim, todas

Fonte: PARANÁ, Arquivo Público, MAPAS ESCOLARES de 1924, AP. 2334, v.3. Dados organizados pelo autor.

As escolas mistas eram sinônimas das escolas, definidas como promíscuas, até os primeiros anos do século XX e, majoritariamente, eram regidas por professores. Esse documento sobre a Escola Mista de Mangueirinha, registra uma exceção à regra, já que era regido por um professor. Isso deve ter a ver com o fato de a maioria dos alunos serem meninos, sendo 27 meninos e 10 meninas.

O relatório do inspetor de Instrução Pública de 1924 trouxe dados sobre a escolarização no município de Palmas. Os dados revelam um crescimento no número de matriculados, trazendo informações sobre o grupo escolar. Sintetizamos, os dados no quadro abaixo.

Quadro 19: Dados da Escolarização no município de Palmas, no ano de 1924.

Número total de Alunos Matriculados durante o ano	412
Alunos de Grupos escolares	182 Alunos
Alunos de Escolas	230 Alunos
Total de professores	10
Com exame da Escola Normal	2
Ensino Federal	2
Provisórios	2
Estaduais	4

Fonte: PARANÁ, 1924. Dados organizados pelo autor.

No ano de 1927 encontramos dados gerais específicos sobre o Grupo Escolar de Palmas e construímos o quadro que segue.

Quadro 20: Movimento dos Alunos do Grupo Escolar de Palmas do ano de 1927.

Número total de Alunos Matriculados durante o ano	150 Alunos
Alunos Meninos	84 Alunos
Alunas Meninas	66 Alunas
Eliminados	79 Alunos
Alunos meninas	44 Alunos
Alunos Meninos	35 Alunos
Existentes no fim do ano	113 Alunos
Alunos Meninos	55 Alunas
Alunos Meninas	58 Alunas
Matriculados na 1º Série	Alunos
Alunos Meninos	36
Alunos Meninas	43
Matriculados na 2º Série	45 Alunos
Alunos Meninos	31

Alunos Meninas	14
Matriculados na 3ª Série	24 Alunos
Alunos Meninos	15
Alunos Meninas	9
Alunos que aprenderam a ler durante o ano de 1927	22 Alunos
Alunos Meninos	9
Alunos Meninas	13
Frequência média anual	79 Alunos
Alunos fizeram exercícios de Caligrafia, ditado e composição?	Sim
Exercícios de Aritmética?	Sim
Ensino de História Pátria e Geografia?	Sim
Ensino de Ciências Naturais?	Sim
Guardados e colecionados trabalhos escritos?	Não
Quais datas nacionais que foram comemoradas?	Sim, todas

Fonte: PARANÁ, Arquivo Público, Mapa Escolar de 1927, AP. 2363, v.1. Dados organizados pelo autor.

O que chamou a atenção nos dados foi o número de alunos eliminados, chegando ao total de 79 alunos. O relatório não traz explicações sobre as razões dessa eliminação. Tudo indica que a maioria dos casos tenha sido de desistência, já que ao final do ano letivo existiam 113 alunos, frequentando, sendo a média de frequência anual de 79 alunos.

Quanto ao município de Clevelândia, os dados encontrados do ano de 1927, foram os seguintes: havia 9 professores, distribuídos na sede e nas Vilas. Ao todo, eram 264 alunos, desde a 1ª série até a 3ª série. Naquele ano ocorreram 91 aprovações e 48 reprovações. O percentual de alfabetização variou de 35% a 95%, dependendo das escolas. (PARANÁ, Arquivo Público, Relatório de 1927, p. 109-110).

Cabe observar que os relatórios de vários anos eram bem incompletos, já outros bem detalhados. Isso tinha a ver com as preocupações dos gestores, mas também com os dados obtidos pelos inspetores que visitavam as escolas. Também temos que considerar, é claro, as dificuldades de locomoção e comunicação da época.

Felizmente, para o ano de 1930, recorte final de nossa pesquisa, tivemos relatórios com dados bem consistentes. Isso possibilita demonstrar que já havia naquele ano várias escolas distribuídas pelo Sudoeste do Paraná. O Relatório de 1930 é bem completo, quanto ao mapeamento do quadro de funcionários de Clevelândia e de Palmas. De Clevelândia foi registrado 17 professores e 560 alunos, número bastante considerável em relação aos anos anteriores. De Palmas estes números chegam a 26 professores e a 796 alunos. A partir dos dados construímos os quadros que seguem abaixo.

Quadro 21: Nome dos Professores, localização e categoria, das escolas do município de Clevelândia em 1930.

Municípios	Localidade	Nome do professor	Funcionou o ano todo?	Categoria
Clevelândia	Villa	Ruy do nascimento	Sim	Provisório
	Bom Retiro (Pato Branco)	João Fagundes	Sim	Provisório
	Bority	Eduardo Padilha de With	Sim	Provisório
	San'tanna	João Vicente Filho	Sim	Provisório
	Forquilhas	Francisco Joaquim Mariano	Sim	Provisório
	São Francisco	Maria Noêmia de Araújo	Sim	Provisório
	Villa	Henedina Cardoso Cunha	Sim	efetiva
	Villa	Elvira Loureiro Cardoso	Sim	Provisório
	Villa	Maria M. do Canto Pacheco	Sim	Provisório
	Campo Erê	Messias de Lara	Sim	Provisório
	Gramados	Nayr de Oliveira	Sim	Provisório
	Cerqueira	Marcia Prestes	Sim	provisório
	Esperança	Manoel Archanjo Bento	Sim	Provisório
	Bom Retiro	Noé Alves de Melo	Sim	Provisório
	Barracão	Marcelino Nascimento Leão	Sim	Provisório
São Sebastião	Lygia Bueno	Sim	Provisório	

Fonte: PARANÁ, Relatório Inspetor de 1930, p. 93. Dados organizados pelo autor.

Como visto era um número considerável de professores, e de localidades atendidas. Várias das vilas e localidades onde havia escolas, atualmente ainda existem, sendo que algumas se constituíram em municípios.

Quadro 22: Situação das matrículas e exames dos alunos de Clevelândia em 1930.

Localidade de	Alunos Matriculados				Alunos Eliminados	Aprovações				Reprovações				Não realizaram exame
	1º	2º	3º	Total		1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total	
Villa	22	12	4	38	12	12	3	1	16	-	3	1	4	6
Bom Retiro	18	4	4	26	-	10	-	-	10	8	-	4	12	4
Bority	13	25	-	38	-	7	15	-	22	-	5	-	5	11
San'tanna	33	4	-	37	-	15	3	-	18	9	-	-	9	10
Forquilhas	31	-	-	31	-	5	-	-	5	26	-	-	26	-
São Francisco	16	5	-	21	-	7	5	-	12	9	-	-	9	-
Villa	22	6	-	28	6	3	1	-	4	15	3	-	18	-
Villa	40	8	12	60	15	16	5	5	26	13	-	-	13	6
Villa	25	12	10	47	14	3	5	4	12	15	1	1	17	4
Campo Erê	29	-	-	29	-	9	-	-	9	20	-	-	20	-

Gramados	24	11	-	35	5	4	3	-	7	16	5	-	21	2
Cerqueira	24	6	-	30	-	15	6	-	21	9	-	-	9	-
Esperança	26	6	-	32	2	5	1	-	6	19	3	-	22	2
Bom Retiro	14	12	2	28	-	8	12	-	20	2	-	2	4	4
Barracão	17	8	-	23	-	10			23	2	3	-	5	5
São Sebastião	17	8	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	17	15	11	6	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PARANÁ, Relatório Inspetor de 1930, p. 94. Dados organizados pelo autor.

Quanto ao município de Palmas, os dados registrados no relatório de do Inspetor foram sintetizados no quadro abaixo.

Quadro 23: Nome dos Professores, localização e categoria, das escolas do município de Palmas em 1930.

Municípios	Localidade	Nome do professor	Funcionou o ano todo?	Categoria
Palmas	Campinas	Alipio Evaristo de oliveira	Sim	Provisório
	Lagoão	Olympia N. Figueiró	Sim	Provisório
	Covó	Aracy S. Brito	Sim	Provisório
	Jangada	Sérgio Sawitzki	2 meses	Provisório
	Pouso Alegre	Doralina Ferreira dos Santos	Sim	Provisório
	Faxinalzinho	Elvira dos santos Johanson	Sim	Provisório
	Lagoão	Francisca ribeiro de Lara	8 meses	Provisório
	Santa Barbara	Hermengarda G. rosa Lima	Sim	Sem dados
	Mangueirinha	Herolia França do Nascimento		Provisório
	São Manoel	Henrique Dutra de oliveira	Sim	Provisório
	Jangada	Stefano Jakymine	3 meses	Provisório
	Passo Fundo	Antônio Teixeira de Camargo	Sim	provisório
	Marco 5	João Cimbaluck	Sim	Provisório
	Fundos	Nestor ribas dos Santos	Sim	Provisório
	Jangada	Idil Balbina Kukul Damiana	Sim	Provisório
	São Sebastião	Damiana r. Vieira	2 meses	Provisório
	Pitanga	Maurício Pereira de Maia	Sim	Provisório
	Saltinho de Sant-anna	João Marques Filho	9 meses	Provisório
	Colônia de Chopim	Maria Francisca Chichorro	Sim	Sem dados
	Covó	Marciano Carvalho	6 meses	Provisório
Costa do Iguassú	Consuelo P. Barreto	6 meses	Provisório	
Estrada Velha	Miguel KuKul	5 meses	Provisório	
Passo de Gallinha	Felippe Harbartinka	2 meses	Provisório	
Sepultura	Oswaldo Muller	3 meses	Provisório	

	Covó	Mariano de carvalho	Sim	Provisório
--	------	---------------------	-----	------------

Fonte: PARANÁ, Relatório Inspetor de 1930, p. 133. Dados organizados pelo autor.

Quadro 24: Situação de matrículas e exames dos alunos de Palmas em 1930.

Localidade	Alunos Matriculados				Alunos Eliminados	Aprovações				Reprovações				Não realizaram exame
	1º	2º	3º	Total		1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total	
Campinas	25	17	-	42	-	12	13	-	25	5	-	-	5	12
Lagoão	16	5	-	21										
Covó	22	13	3	38	-	8	6	-3	17	6	4	-	10	11
Jangada	13	15	2	30										
Pouso Alegre	20	15	-	35	4	12	7	-	19	2	3	-	5	7
Faxinalzinho	15	12	8	35	5	6	6	6	18	3	2	1	6	6
Lagoão	21	1	-	22	1	4	1	-	5	13	-	-	13	3
Santa Barbara	20	17	2	39	8	9	14	-	23	8	-	-	8	-
Mangueirinha	15	8	12	35	-	10	5	7	22	-	-	-	-	13
São Manoel	21	8	-	29	-	21	8	-	29	-	-	-	-	-
Jangada	29	4	-	33	2	4	-	-	4	18	3	-	21	6
Passo Fundo	21	-	-	21	-	7	-	-	7	8	-	-	8	6
Marco 5	24	14	10	48	3	6	4	-	10	10	4	4	18	7
Fundos	12	11	7	30	-	7	4	2	13	5	7	5	17	-
Jangada	15	6	9	30	4	4	1	6	11	5	2	1	8	7
São Sebastião	15	8	2	25	-	3	4	-	7	11	2	2	15	3
Pitanga	3	11	6	30	-	11	6	-	17	2	5	-	7	6
Saltinho de Santana	34	-	-	34	1	14	-	-	14	15	-	-	15	4
Colônia de Chopim	15	7	4	36	4	10	2	4	16	10	-	-	10	6
Covó	20	22	14	56	8	6	14	10	30	7	3	1	11	7
Costa do Iguassú	11	11	6	28										
Estrada Velha	23	10	5	28										

Passo de Gallinha	9	15	4	28											
Sepultura	10	4	1	15											
Covó	16	7	4	27											
Encatilhado	34	-	-	34	1	14	-	-	14	15	-	-	15	4	

Fonte: PARANÁ, Relatório Inspetor de 1930, p. 133B. Dados organizados pelo autor.

De acordo com os dados apresentados nos quadros 21 a 24, existiam consideráveis atividades escolares na região. As informações nesses documentos contemplam ainda mais informações, algumas descrevem as mobílias, livros disponíveis, se algum professor era estrangeiro, se houveram doenças entre os alunos e possíveis informações adicionais. No espaço das observações, no final dos mapas, era disponibilizado, sugestões e queixas.

É importante reforçarmos que estas, possivelmente não eram as únicas escolas existentes na região, muitos professores de casas e escolas não eram nominados, lecionando em suas próprias residências. Contudo, também, algumas supostas escolas foram citadas em determinados relatórios, porém, ficaram como informações soltas, não sendo possível a confirmação ou não do efetivo funcionamento, como foi o caso da escola que ficava sob a responsabilidade de Franciscanos.

Além disso, já esclarecemos e reforçamos, não foram catalogados todos os dados possíveis, tivemos empecilhos que dificultaram a totalidade do êxito desta pesquisa, devido a impossibilidade de acesso aos documentos municipais, por isso, é possível que algumas escolas não tenham sido mencionadas. Esperamos que outros pesquisadores tenham acesso aos arquivos municipais de Palmas e Clevelândia e consigam obter novos dados ampliando assim o conhecimento sobre a educação no Sudoeste do Paraná no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolarização no Sudoeste do Paraná, emerge das constantes movimentações que a região vivenciou. Ora, se a Educação é uma prática social, é fato que ela vai acompanhar as transformações que os homens realizam por onde passam ao longo da história. A passagem da estrada do tropeiro, para o transporte de produtos e animais pela região; o Sudoeste estar em uma área de limites territoriais entre a República Argentina e Santa Catarina, despertou olhares de disputas, gerando conflitos, como o da Guerra do Contestado. Na época, o Sudoeste era uma região pouco habitada, porém, com considerável tráfego de indivíduos, a rota de viajantes, fuga caboclos e surgimento de quilombos meio a mata, escravos e muitos fugitivos da lei que por essas terras circulavam, caracterizando as primeiras migrações em busca de terras. Além disso, tivemos as disputas entre empresas e jagunços contra os Posseiros. Foram estes sujeitos, suas histórias, entre outras tantas histórias, que possibilitaram a construção da região Sudoeste do Paraná que temos hoje.

Embora pouca citada, e pouco pesquisada, a região Sudoeste foi nosso objeto de pesquisa, buscando elucidar fatos, dar o início a uma mudança da perspectiva escassa de dados sobre a educação, abrindo janelas e possibilidades para futuros pesquisadores, entre outras tantas informações que buscamos e julgamos serem importantes para a educação e para a ciência.

Nesta pesquisa preocupamo-nos em demonstrar como se deu o processo de escolarização na região, conseguimos apontar que existiu vários espaços de educação formal, desde meados do século XIX, mesmo que quase despercebida, existiu.

As dificuldades dos professores em conseguirem atuar, tendo que enfrentar, segundo os relatórios dos superintendentes, inspetores e presidentes (numa visão verticalizada), a falta de móveis, materiais didáticos, além da resistência dos pais em enviarem seus filhos para as escolas.

Cabe refletirmos qual o papel e função social que era visto na educação ao longo da construção histórica do Brasil e do Sudoeste do Paraná. Citamos o exemplo da menina Maria que foi atuante no Conflito do Contestado, sabe-se de sua participação, porém, ainda ficam questionamentos: será que ela frequentou a escola? Sabia ler e escrever? São apontamentos que são interessantes a se pensar.

Ao mesmo tempo que a instrução se fazia necessária e importantíssima, para a construção do sujeito desde criança, tinha em contrapartida, a realidade do aluno, segundo alguns documentos, quase indigentes, trabalhando desde cedo com a família na agricultura, não vendo esperanças na Instrução, muitas vezes as escolas instaladas longe, sem meios de locomoção, a falta de dinheiro para se alimentar, quiçá, comprar materiais. Como registrado no texto, os materiais didáticos eram raros de serem encontrados, quando encontrados, com valores exorbitantes.

Estes são alguns fatores que nos fazem refletir e compreender o porquê da educação, sob duras resistências, se desenvolveu tão lentamente. Isso demonstra que a Instrução estava longe dos propósitos apresentados nos relatórios do Estado, que dizia-se haver em todas as localidades do Estado, escolas e que a obrigatoriedade de escolarização era válida. Além disso, essa educação a lentos e curtos passos era empecilho para a construção do sentimento nacionalista, de se sentir pertencente ao Brasil, a pensar na Nação, valorizando-a.

Outra problemática bastante atual que, se olharmos para o passado, com os dados apresentados verificamos a insatisfação e desafios na profissão Professor, não possuir um local adequado, como a queixa do professor João Manoel, em 1890. Evidenciamos vários ofícios e relatórios enviados ao Estado solicitando mobília, materiais didáticos para os alunos estudarem, sem obter respostas. A falta de reconhecimento do Estado em não os nomear professores efetivos, entre os demais aspectos, são problemáticas que se arrastam por anos.

Foram/são com estas reflexões, que embora pertinentes, são apenas uma parte de todo o universo de outras informações e reflexões que poderiam ter sido contempladas na pesquisa, se tivéssemos tido acesso e conhecimento dos documentos, nos municípios mais antigas da região.

Mesmo com todas as dificuldades de acesso aos documentos, podemos e comprovamos a importância das fontes, do estudo da legislação para a história da educação e, sobretudo, da importância de preservar estes documentos, para que sofram o mínimo possível de agressões do tempo, para que não se percam no tempo. Atrelado a isso, criar mecanismos que garantam a disponibilidade para a pesquisa, que sejam utilizadas as novas tecnologias para armazenar, scanear e criar plataformas de pesquisa para que estes documentos sejam suporte de pesquisa e valorização da história.

Para a área da história, as fontes são muito importantes. Utilizá-las nas análises permite construir vários caminhos, novos conhecimentos sobre acontecimentos do passado. Estão diretamente ligadas na sistematização do conhecimento, na historiografia.

A falta de oportunidades, de disponibilidade de acesso aos documentos, não limita somente os pesquisadores, mas acaba limitando as pesquisas, os objetos de pesquisa, enfim, o conhecimento histórico é que fica prejudicado. Se os órgãos públicos dessem mais credibilidade ao trabalho do pesquisador e conseguissem ver o horizonte, para onde as pesquisas poderiam levar a história da região, sobre o quanto tudo mudou, evoluiu e cresceu, o quanto as pesquisas poderiam contribuir para com suas cidades, escolas, professores, entre outros tantos benefícios.

Terminamos esta pesquisa realizados, apesar dos percalços, contemplamos boa parte de nossos objetivos, conseguimos constatar fatos, mostrar os dados e analisá-los, respondendo nossas dúvidas e inquietações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Transformações na vida camponesa: o Sudoeste do Paraná. São Paulo, 1981. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH/USP
- ARAÚJO, Bernardo Goytacazes de. A instabilidade Política na Primeira República Brasileira. *Revista Estudos Filosóficos. Juiz de Fora.* nº 3 /2009. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos> DFIME. Acesso em; 16/09/2019.
- ARÓSTEGUI, J. *A pesquisa histórica: teoria e método.* Bauru: Edusc, 2006.
- BOGUSZEWSKI, José Humberto. Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações. Curitiba, 2007.
- BONETI, L. W. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, P. (Org.). *Os caminhos da exclusão social.* Ijuí: Editora Unijuí, 1998.
- BRITO, Jonas. NEGRO, Antônio L. A Primeira República muito além do café com leite. *Revista Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 197-201. Disponível em: 1518-3319-topoi-14-26-00197.pdf (scielo.br). Acesso em: 22 de dezembro de 2020.
- CAMARGO, João Borba de. História do Paraná: a República – 1889-2002. Maringá: Maranata, 2006.
- CASTANHA, A. P. O uso da legislação educacional como Fonte: orientações a partir do marxismo”. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 309-331, abr/2011.
- CHAÍIA, Vera. A longa conquista do voto na história política brasileira. PUC-SP, São Paulo, SP. 2014. Disponível em: https://www.pucsp.br/fundasp/textos/downloads/O_voto_no_Brasil.pdf. Acessado em: 22/09/2019.
- Coletânea de Mapas Históricos do paraná. Instituto de Água e Terra – IAT. Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana#>. Acessado em: 22/02/2021.
- CORRÊA, Lobato Roberto. O Sudoeste paranaense antes da Colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 32, n. 01, Jan-mar., 1970.
- DICIONÁRIO Histórico Biográfico do Paraná. Paraná: Chain/Banestado, 1991, p. 133-136.
- FARIAS, C. de S. Instrução pública no Paraná: o ensino primário na visão de Caetano Munhoz da Rocha expressas nas mensagens de governo (1920-1924). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 18, n. 3, p. 654–670, 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i3.8652307. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652307>. Acesso em: 21 de dezembro de 2020.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. O coronelismo e a transição republicana no paraná. Dia-a-dia educação. Paraná. Disponível em:

- http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/roteiropedagogico/recursometod/4781_artigo_sobre_coronelismo_Monica.pdf. Acesso em: 02 de março de 2021.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GREMAUD, Amaury Patrick. *Economia brasileira contemporânea / Amaury Patrick Gremaud, Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr.* - 6. ed. - 3. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2007.
- KIESKOSKI, Silvestre. CASTANHA, André P. Do Contestado a luta pelo Estado do Iguazu: a ocupação do Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão – PR: UNIOESTE e Revista Faz Ciência Volume 16 – Número 24. p. 143-162. Jul/Dez 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/11401/9722>
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto, o município e o regime representativo no Brasil*. 7º ed. São Paulo, SP. Companhia das letras. 2012
- LOMBARDI, J. C. “História e historiografia da educação: atentando para as fontes”. In: LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (Org). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- MACHADO, M. C. G., & MELO, C. S. O Ensino Primário e a Política Educacional do Paraná (1890-1892). *Diálogos*, 16, p. 207-227, 2012. Disponível em; <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36062>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças no Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- Mapa destacando a área de conflito da guerra do contestado. Mapa Há 100 anos, o fim da sangrenta Guerra do Contestado. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>. Acesso em: 04 de janeiro de 2021.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. MOURA, Leandro Souza. IMASATO, Akeyoshi. Coronelismo: um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro contemporâneo? p. 389-402 & S - Salvador, v.18 - n.58, p. 389-402 - julho/setembro – 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/RRLRR64VVPNyvNwXYMg3tXg/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 27/09/2019
- MELO, C. S.; MACHADO, M. C. G. A organização da instrução pública no estado do Paraná no início da república: o decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 248–260, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639703. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639703>. Acesso em: 02 de janeiro de 2021.
- MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. (Org.). *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Campinas: Autores Associados, SBHE, 2000.
- MONDARDO, Marcos Leandro. Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 2, n. 3 – UFGD - Dourados Jan/Jun. 2008.

MULLER, Bruna Aldine. Tropeirismo e educação no Caminho de Palmas a Palmeira/PR: limites e possibilidades de escolarização (1854-1916). 2021. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA. Prefeitura Municipal de Clevelândia. Disponível em: http://clevelandia.pr.gov.br/pagina/78_Historia.html#:~:text=Clevel%C3%A2ndia%20%C3%A9%20sede%20da%20Comarca,28%20de%20junho%20de%201.892. Acesso em 02/02/2021.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira república. São Paulo: EPU, 1974. 400 p.

NASCIMENTO, M. I. M. O advento da república e os grupos escolares no Paraná (1900 – 1920). Revista Histedbr, Campinas, n.12, dez. 2003. Disponível em: <http://ri.uepg.br:8080/riuepg//handle/123456789/705>. Acesso em: 12 de outubro de 2019

NOBREGA, Paulo de. A expansão da escola primária republicana paranaense em números: quantidade X qualidade (1900-1930). Maringá-PR. Revista Espaço Acadêmico – nº 154, 2014.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Cópia da Ata da Escola do Sexo Masculino da vila de Palmas*. Professor João Manoel C. Sobrinho. AP. 0906. p.20. Vol. 28. 1890.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Mapa Escolar da Escola do Sexo Masculino da Vila de palmas*, professor João Manoel C. Sobrinho. Curitiba: Arquivos Públicos do Paraná, AP. 0906. p.18, 60. Vol. 28. 1890.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Mensagens ao Governo enviada pelo João Manoel Cunha Sobrinho. Ofício de pedido de criação de Casa Escolar na Vila de Palmas. Arquivos Públicos do Paraná. Curitiba, AP. 0897. p. 66. Vol. 19. 1890.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Ofício enviado ao presidente do Estado. Solicitação de mobília Professor João Manoel Cunha Sobrinho. Arquivos Públicos do Paraná. AP. 0903. p.75. 1890.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Pedido de Nomeação de professor. Escola do Sexo Masculino da Vila de Palmas, professor João Manoel C. Sobrinho. Curitiba: Arquivos Públicos do Paraná, AP. 0897. p. 38, 60. Vol. 19. 1890

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Relatório anual de 1890, Governador Américo Lobo Leite Pereira*. Arquivos públicos do Paraná. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1890MFN629.pdf>. Acessado em 13/07/2019.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Mensagem ao Presidente de Estado. Arquivos Públicos do Paraná, AP 0903. p. 75. Vol. 19. 1892.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Mensagem ao Presidente de Estado. Arquivos Públicos do Paraná, AP 0963. p. 102. Vol. 2. 1892.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Requerimentos*. Curitiba: Arquivos Públicos do Paraná, AP. 0963. p.102-103. Vol. 2. 1892.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Relatório anual de 1894, Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva. Secretário do Interior, justiça e Instrução Pública*. Arquivos públicos do Paraná. Curitiba. P. 53. 1894a.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Caetano Alberto Munhoz*, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 29 de setembro de 1894. Curitiba: Tipografia Impressora Paranaense, 1894b.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio Augusto de Carvalho Chaves*, apresentado ao Governador do Estado José Pereira Santos Andrade, em 1º de setembro de 1897. Curitiba: Tipografia Atelier Novo Mundo, 1897.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira*, apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Bento José Lamena Lins em 31 de dezembro de 1906. Curitiba, 1906.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Coronel Luiz A. Xavier*, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 31 de dezembro de 1909. Curitiba: Tipografia A República, 1910.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relatório anual de 1912, Dr. Claudino Ferreira dos Santos. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/ano1912MFN787.pdf>. Acessado em: 08/07/2017.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relatório anual de 1912, Presidente do Estado Fernando Xavier da Silva. Arquivos Públicos do Paraná. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1912_p.pdf. Acessado em: 14/07/2019.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos apresentado ao Governador do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 31 de dezembro de 1913. Curitiba.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Ofício solicitando mobília para a escola, professor Virgílio Ferreira*. Curitiba: Arquivos Públicos do Paraná, AP. 1526, Vol. 09, p. 183, 1914.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Requerimento Professor de Palmas (Virgílio Ferreira), Solicita mobília para sua escola a fim de não ter que fechar por falta de móveis. Ofícios de 1914, V 9, A.P 1526, p.183. 1914.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Requerimento Professor de Palmas (Virgílio Ferreira), Solicita mobília para sua escola a fim de não ter que fechar por falta de móveis. Ofícios de 1914, V 9, A.P 1526, p.183. 1914.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Enéas Marques dos Santos*, apresentado ao Governador do Estado Affonso Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1916. Curitiba: Tipografia da República, 1917.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relatório anual de 1918, de Eneas Marques dos Santos apresentado ao governador Affonso Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1918. Curitiba: Tipografia da República, 1918.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relatório do secretário do Estado 1921, Professor Cesar Prieto Martinez. Arquivos Públicos do Paraná. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1921MFN807.pdf>. Acessado em: 12/07/2019.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Mapa Escolar de 1922. Escola Federal de Palmas. Curitiba: Arquivos Públicos do Paraná, A.P. 2320, vol. 1, 1922.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Mapa Escolar de 1922. Escola General Carneiro de Palmas. Curitiba; Arquivos Público do Paraná. A.P. 2321. v.2, 1922.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Mapa Escolar de 1922. Escola Subvencionada de Mangueirinha de Palmas. Curitiba; Arquivos Públicos do Paraná., v. 4, A.P. 2323. 1922.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *Mapa Escolar, Escola Mista de Mangueirinha-Palmas*. Arquivos públicos do Paraná. Curitiba; v.3, AP. 2334. 1924.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relatório anual de 1924 AO Presidente Caetano Munhoz da Rocha. MFN 1049. Curitiba

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Mapa Escolar, Relatório anual do Movimento Escolar em Palmas- PR, 1927. RELATÓRIOS ESCOLARES 1927, v.1, AP. 2363. Arquivos públicos do Paraná. Curitiba, PR.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relatório anexo do quadro de matriculados, aprovações e reprovações. MFN1019. Curitiba. 1927.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Hostilio Cesar S. Araújo apresentado ao Secretário Geral do Estado. Curitiba, 1930.

PARANÁ. Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890. *Aprova Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná*. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Curitiba: Tipografia d'A República, 1929.

PARANÁ. Decreto n. 710, de 18 de outubro de 1915. *Código do Ensino do Estado do Paraná*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99744/Ano_1915_MFN_1914%5b1%5d.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02/02/2021.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. *Coletânea de Mapas Históricos do Paraná*. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg3.html. acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

PATO BRANCO. Por que o nome de Pato Branco. Município de Pato Branco. Pato Branco. Disponível em: <http://patobranco.pr.gov.br/omunicipio/por-que-o-nome-pato-branco>. Acesso em: 18/03/2021.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de Queiroz. *Messianismo e conflito social: (a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. São Paulo. Editora Ática, 1981.

RAGAZZINI, Dário. “Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?”. In: *Educar em revista*, nº 18. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

REAL, E. A. S. O Nacionalismo na educação brasileira: a construção de uma pátria (1838-2009). *Temporalidades*, v. 5, 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/9505>. Acesso em: 22/08/2019.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SAES, D. A. M. de. *Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação*. Nova Escrita Ensaio, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 107- 127, 1982.

SAVIANI, Dermeval. “Breves considerações sobre fontes para a história da educação”. In: LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (Org). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias Pedagógicas no Brasil*. 4º ed. Campinas, SP. Autores associados. 2013.

SBARDELOTTO, Denise K. CASTANHA, André P. A pesquisa em História da Educação no Sudoeste do Paraná: análise e perspectiva. *Revista de História e Historiografia da Educação*. Curitiba. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/56109/34774> Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

SILVA, João Carlos da, “O amor como princípio, a ordem por base, o progresso por fim”: As propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930). Cascavel: EDUNIOESTE, 2016.

SMITH, Anthony D. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006, p.16.

SOUZA, Sônia Ribeiro de. Nação, Nacionalismo e escola pública na Primeira República. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300625491_ARQUIVO_Nacao,nacionalismoeEscolapublica.pdf. Acessado em: 02/10/2019.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: Do século XVI à década de 1950*. Londrina: ed. UEL, 2002.

SZESZ, Christiane Marques. *A Invenção do Paraná: O discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997.

THOMÉ, Nilson. *Primeira história da educação escolar no Contestado*. Caçador, SC. UnC/Museu do Contestado, 2002.

TONON, E. Virgens, videntes, guerreiras. Centenário do movimento do Contestado. *Revista de História. Kayganguê*, 2012. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/virgens-videntes-guerreiras>. Acesso em: 20 outubro de 2019.

TRENTO, Aline Eloíse; LUDKA, Vanessa Maria e FRAGA, Nilson Cesar. *Guerreiras imortais do contestado, as que tudo viam e faziam durante a guerra de extermínio*.

Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 1, número especial, p. 272-292, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20295/15342>
Acesso em 20 de novembro de 2020.

VERÍSSIMO, José. A educação Nacional: Introdução de José Murilo de Carvalho – 4. ed. - Rio de Janeiro: Topbooks; Puc-Minas. 2013.

VORPAGEL, Edvino Knäsel. DIAS, Reginaldo Benedito. Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná. Secretaria do Estado da Educação do Paraná. Universidade Estadual de Maringá. PDE. Maringá. 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_edvino_knasel_vorpagel.pdf. Acesso em: 02 março de 2021.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

WITTE, Gerson. Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017. Disponível em: TEDE: Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado (unioeste.br). Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

ZATTA, Ângela; ROCHA, Diego da L.; FRAGA, Nilson C.; Virgem Maria Rosa, a Joana d'Arc do sertão do Contestado – líder máxima do povo caboclo em guerra - a menina-mulher, cujo corpo e sexualidade sobressaíram ao silêncio secular imposto pela república. V SIMPÓSIO GÊNERO E Políticas Públicas. Universidade Estadual De Londrina. Londrina – PR. 2018.

ZATTA, Ronaldo. A COLONIZAÇÃO OFICIAL DO SUDOESTE PARANAENSE E MITO DO “VAZIO DEMOGRÁFICO. XV Encontro regional de História, 100 anos da Guerra do Contestado, historiografia, acervos e fontes. ISSN 1808-9690. Curitiba. 2016 Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1466125179_ARQUIVO_TrabalhoAnpuhPR2016RonaldoZatta.pdf. Acesso em: 30 de março de 2021.

ZUMBLICK, W. A. Artista Plástico. Pintura: Maria Rosa, 1953. Disponível em: Acesso em: 30 ago.1988.